



PREVIDÊNCIA SOCIAL



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - EDIFÍCIO SEDE

E-BOOK

INSS

600 QUESTÕES INÉDITAS

MODELO CEBRASPE

Olá, futuro Servidor Público!

É com imensa satisfação que apresentamos o e-book de 600 questões inéditas de para o Concurso do INSS!

Como, ao longo de sua preparação, é fundamental que você resolva diversas questões de concursos passados, sabemos que este material será de grande utilidade. Nosso objetivo é proporcionar mais uma valiosa ferramenta de estudo para deixá-lo mais perto de sua aprovação.

Aproveite muito este material! Bons estudos!

Equipe Estratégia Concursos



SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	4
RACIOCÍNIO LÓGICO	38
ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO	63
DIREITO ADMINISTRATIVO	75
DIREITO CONSTITUCIONAL	97
INFORMÁTICA	115
LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	127
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	229

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO

Nos Estados Unidos, no século XIX, a transição da polícia do sistema de justiça para um órgão governamental urbano também significou uma mudança na percepção dos criminosos e na prevenção dos crimes, de uma abordagem de punição para uma de prevenção. Na Europa, a ênfase na prevenção representou uma nova atitude em relação ao controle social, com o desenvolvimento de uma política mais específica para identificar e prevenir o comportamento criminoso. Isso resultou na focalização das "classes perigosas", grupos específicos da sociedade considerados como produtores de comportamento criminoso. Durante esse processo, surgiram várias áreas de conhecimento ligadas aos sistemas de justiça criminal, polícia e prisão, voltadas para a identificação, explicação e prevenção do comportamento criminoso, agora visto como "desviante", assim como a medicina legal, a psiquiatria e, especialmente, a criminologia.

Na Europa ocidental, as novas instituições estatais de vigilância deveriam controlar o uso da força em sociedades onde os níveis de violência física nas relações interpessoais e entre o Estado e a sociedade estavam em declínio. Segundo a teoria do processo civilizador de Norbert Elias, no Ocidente moderno, a agressividade, assim como outras emoções e prazeres, foi domada, "refinada" e "civilizada". Elias estabeleceu um contraste entre a violência "franca e desinibida" do período medieval, que não excluía ninguém da vida social e era socialmente permitida até certo ponto, e o autocontrole e a moderação das emoções que se impuseram na modernidade. A conversão do controle exercido por terceiros ao autocontrole está relacionada à organização e à estabilização dos Estados modernos, nos quais a monopolização da força física era central para a criação de sociedades pacificadas. Dessa forma, os indivíduos passaram a ser submetidos a regras e leis mais rígidas, mas ficaram mais protegidos da irrupção da violência em suas vidas, na medida em que as ameaças físicas se tornaram despersonalizadas e monopolizadas por especialistas.

De acordo com o texto acima, julgue os itens.

1. A transição da polícia nos Estados Unidos para um órgão governamental urbano marcou uma mudança na abordagem da criminalidade, focando mais na coibição do crime.

Comentários:

A transição da polícia nos Estados Unidos para um órgão governamental urbano marcou uma mudança na abordagem da criminalidade, focando mais na **prevenção** do crime.

Coibir significa **restringir**, **reprimir** ou **impedir** algo de acontecer, geralmente por meio de medidas **punitivas** ou de controle.

Gabarito: Errado

2. Segundo a teoria apresentada no texto, controlar e refinar a agressividade resulta em maior autocontrole e estabilização social.

Comentários:

Segundo a teoria apresentada no texto, controlar e refinar a agressividade resulta em maior autocontrole e estabilização social. A teoria do processo civilizador de Norbert Elias sugere que, no Ocidente moderno, a agressividade e outras emoções foram domadas, refinadas e civilizadas, o que levou ao desenvolvimento do autocontrole e à moderação das emoções, contribuindo para a organização e estabilização das sociedades.

Gabarito: Certo

3. No último período do primeiro parágrafo, a expressão 'várias áreas de conhecimento' exerce a função de complemento direto do verbo.

Comentários:

Na verdade, essa expressão exerce a função de sujeito do verbo 'surgiram'. O problema é que tal expressão está posposta ao verbo e isso pode causar confusão em relação à função sintática dessa expressão.

Gabarito: Errado

4. No texto, o vocábulo ‘desviante’ poderia ser substituído por ‘transgressor’.

Comentários:

No contexto do texto, o vocábulo ‘desviante’ poderia ser substituído por ‘transgressor’ sem alterar significativamente o sentido. Ambos os termos se referem a comportamentos que desviam das normas sociais e legais estabelecidas.

Gabarito: Certo

5. No último período do primeiro parágrafo, a vírgula após ‘especialmente’ poderia ser corretamente retirada.

Comentários:

Nesse caso, a vírgula após ‘especialmente’ não pode ser suprimida. Isso porque ela faz parte com a vírgula que está imediatamente anterior a esse vocábulo.

Gabarito: Errado

6. No segundo período do segundo parágrafo, o termo ‘Segundo’ poderia ser substituído por ‘Consoante’.

Comentários:

No segundo período do segundo parágrafo, o termo ‘Segundo’ pode ser substituído por ‘Consoante’ mantendo o mesmo sentido, justamente pelo fato de os dois termos apresentarem valor conformativo.

Gabarito: Certo

7. Seriam mantidos a correção e o sentido original do texto se o trecho ‘Dessa forma, os indivíduos passaram a ser submetidos a regras e leis mais rígidas, mas ficaram mais protegidos da irrupção da violência em suas vidas, na medida em que as ameaças físicas se tornaram despersonalizadas e monopolizadas por especialistas’ fosse reescrito da seguinte forma:

‘Desse modo, os indivíduos passaram a ser submetidos às regras e leis mais rígidas, porém ficaram mais protegidos da irrupção da violência em suas vidas, à medida que as ameaças físicas tornaram-se despersonalizadas e monopolizadas por especialistas.’

Comentários:

A troca da expressão ‘na medida em que’ por ‘à medida que’ altera substancialmente o sentido do texto original. Na medida em que → valor de causa.

À medida que → valor proporcional.

Além disso, o deslocamento da partícula ‘se’ para depois do verbo ‘tornaram’ fere a correção gramatical. Com orações subordinadas que apresentam conectivos na frase, a próclise é obrigatória.

Gabarito: Errado

8. No segundo parágrafo, o deslocamento da partícula ‘se’ em ‘se impuseram’ para depois do verbo prejudicaria a correção gramatical.

Comentários:

O termo ‘que’ – presente na oração – provoca atração obrigatória do pronome átono para antes do verbo. Nesse caso, realmente o deslocamento do pronome prejudicaria a correção.

Gabarito: Certo

9. No trecho ‘Segundo a teoria do processo civilizador de Norbert Elias, no Ocidente moderno, a agressividade, assim como outras emoções e prazeres, foi domada’, a expressão ‘foi domada’ poderia ser reescrita no plural, mantendo a correção gramatical, ‘foram domadas’.

Comentários:

Nesse caso, a expressão em questão não pode ser flexionada no plural. O núcleo do sujeito da oração é ‘agressividade’. O verbo, portanto, é obrigado a concordar com esse núcleo.

Gabarito: Errado

10. Na expressão ‘voltadas para a identificação’, a expressão ‘para a’ poderia ser substituída por ‘à’, com manutenção do sentido original e da correção.

Comentários:

O termo ‘voltadas’ pode tanto pedir a preposição ‘a’ quanto a preposição ‘para’. Nesse caso, é tão correto utilizar ‘para a’ quanto ‘à’.

Gabarito: Certo

TEXTO II

A previdência social é um sistema essencial para garantir a segurança financeira e o bem-estar dos cidadãos em diversas fases da vida. Sua existência é fundamental, pois oferece proteção contra riscos econômicos decorrentes de doença, invalidez, velhice e morte, proporcionando uma rede de segurança para trabalhadores e suas famílias. Ao redistribuir renda, a previdência social ajuda a reduzir a pobreza e a desigualdade, promovendo a justiça social. Além disso, ao garantir uma renda estável para aposentados e beneficiários, a previdência contribui para a estabilidade econômica e social, incentivando o consumo e fortalecendo o mercado interno. Portanto, a previdência social não apenas protege indivíduos, mas também sustenta a coesão e o desenvolvimento da sociedade como um todo.

11. O texto aborda a essencialidade da previdência na promoção da igualdade e na diminuição da pobreza.

Comentários:

O texto aborda a essencialidade da previdência social na promoção da igualdade e na diminuição da pobreza, destacando seu papel na redistribuição de renda e na garantia de segurança financeira para os cidadãos em diversas fases da vida.

Gabarito: Certo

12. A previdência social é importante principalmente para garantir a renda dos aposentados, com o mínimo de impacto na estabilidade econômica e social da sociedade.

Comentários:

A previdência social não é importante apenas para garantir a renda dos aposentados, mas também tem um impacto significativo na estabilidade econômica e social da sociedade, ajudando a reduzir a pobreza e a desigualdade, além de promover a justiça social e fortalecer o mercado interno.

Gabarito: Errado

13. No último período do texto, o conectivo 'mas' expressa contraste.

Comentários:

O conectivo 'mas' integra a expressão 'não apenas... mas também', a qual tem valor aditivo.

Gabarito: Errado

14. A expressão 'para aposentados e beneficiários' exerce a função de complemento nominal do termo 'estável'.

Comentários:

Nesse caso, na verdade, essa expressão é complemento do verbo 'garantir'. Quem garante, garante algo a alguém, exercendo a função de objeto indireto do verbo.

Gabarito: Errado

15. A oração "ao garantir uma renda estável para aposentados e beneficiários" funciona como uma oração subordinada adverbial consecutiva, pois estabelece uma relação de efeito de uma causa.

Comentários:

Essa oração não tem valor de consequência. Na verdade, ela pode até ser entendida como 'causa', como algo anterior a outro fato. A consequência é necessariamente posterior a um fato.

Gabarito: Errado

TEXTO I

Nos Estados Unidos, todos os trabalhadores da iniciativa privada são cobertos pela previdência social, gerida pelo governo federal, além de parte dos servidores públicos de alguns estados e municípios que, no passado, decidiram se associar ao sistema federal. Os entes que estão de fora da previdência federal têm fundos próprios de pensão, e a maioria enfrenta problemas de financiamento inferior ao necessário para custear os benefícios.

Em alguns estados, os professores têm fundos de pensão separado dos demais servidores, mas com regras parecidas para aquisição de benefícios.

O valor da aposentadoria é calculado por uma fórmula que leva em consideração as contribuições feitas pelo trabalhador e a renda média durante os 35 anos em que ele recebeu os salários mais altos. A maioria dos americanos, tanto funcionários públicos quanto os da iniciativa privada, se aposenta aos 65 anos.

Para obter benefícios adicionais ao da aposentadoria pública, os trabalhadores devem contribuir para um plano de pensão complementar – os chamados 401(k) -, ou formar poupanças individuais. Atualmente, 2/3 dos americanos acima dos 65 anos de idade dependem basicamente das pensões pagas pelo sistema público.

Disponível em: <https://www.funpresjud.com.br/a-previdencia-pelo-mundo/>

16. Considerando as ideias veiculadas no texto apresentado e seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

Nos Estados Unidos, a previdência social cobre todos os trabalhadores da iniciativa privada e parte dos servidores públicos de alguns estados e municípios.

Comentários:

O trecho confirma que a previdência social cobre todos os trabalhadores da iniciativa privada e, adicionalmente, parte dos servidores públicos de certos estados e municípios. Dessa forma, a afirmação está de acordo com as informações apresentadas no texto.

Vejamos na literalidade do texto: “Nos Estados Unidos, todos os trabalhadores da iniciativa privada são cobertos pela previdência social, gerida pelo governo federal, além de parte dos servidores públicos de alguns estados e municípios que, no passado, decidiram se associar ao sistema federal.”

Gabarito: Certo

17. Infere-se do texto que todos os entes que não fazem parte da previdência social federal têm fundos de pensão financiados adequadamente.

Comentários:

O trecho revela que, embora existam fundos próprios para os entes fora da previdência federal, a maioria desses fundos enfrenta problemas de financiamento insuficiente para cobrir os benefícios. Portanto, a afirmação está incorreta, pois esses fundos frequentemente carecem dos recursos necessários.

Vejamos no texto: “Os entes que estão de fora da previdência federal têm fundos próprios de pensão, e a maioria enfrenta problemas de financiamento inferior ao necessário para custear os benefícios.”

Gabarito: Errado

18. Em alguns estados, os professores têm fundos de pensão diferentes dos demais servidores, com as mesmas regras de aquisição de benefícios.

Comentários:

A questão está incorreta, pois o texto indica que, embora os professores possam ter fundos de pensão distintos em alguns estados, as regras para aquisição de benefícios são semelhantes às dos demais servidores. Não são “idênticas”, apenas parecidas.

Vejamos na literalidade do texto: “Em alguns estados, os professores têm fundos de pensão separado dos demais servidores, mas com regras parecidas para aquisição de benefícios.”

Gabarito: Errado

19. A fórmula de cálculo da aposentadoria nos Estados Unidos considera as contribuições do trabalhador e a média salarial dos trinta e cinco anos de maior rendimento.

Comentários:

A questão está correta, uma vez que o texto confirma que a fórmula de cálculo da aposentadoria leva em conta as contribuições e a média dos salários nos 35 anos de maior rendimento do trabalhador. A afirmação está, portanto, em conformidade com as informações textuais.

Veamos na literalidade do texto: “O valor da aposentadoria é calculado por uma fórmula que leva em consideração as contribuições feitas pelo trabalhador e a renda média durante os 35 anos em que ele recebeu os salários mais altos.”

Gabarito: Certo

20. Cerca de dois terços dos americanos com mais de 65 anos dependem basicamente das pensões públicas para seu sustento.

Comentários:

A afirmação está correta, pois o texto especifica que aproximadamente dois terços dos americanos com mais de 65 anos dependem principalmente das pensões públicas para seu sustento.

Veamos na literalidade do texto: “Atualmente, 2/3 dos americanos acima dos 65 anos de idade dependem basicamente das pensões pagas pelo sistema público.”

Gabarito: Certo

21. A vírgula após “pensão”, no último período do primeiro parágrafo, poderia ser suprimida sem prejuízo à correção gramatical.

Comentários:

A vírgula antes do “e” separa orações com sujeitos diferentes, então é facultativa.

“**Os entes que estão de fora da previdência federal** têm fundos próprios de pensão, e **a maioria** enfrenta problemas de financiamento inferior ao necessário para custear os benefícios.”

Gabarito: Certo

22. A forma verbal “enfrenta”, no primeiro parágrafo, poderia ser flexionada no plural – enfrentam –, tendo em vista que o sujeito é a expressão partitiva “a maioria”.

Comentários:

Se a frase fosse “a maioria dos entes enfrentam”, a redação seria correta. Porém, a expressão “maioria” é partitiva, mas não veio seguida de determinante. Então, não se qualifica na regra que permite a concordância com o sujeito ou com a expressão preposicionada. A concordância só pode ser feita no singular com o núcleo, que é “maioria”. “Os entes que estão de fora da previdência federal têm fundos próprios de pensão, e a maioria enfrenta problemas de financiamento inferior ao necessário para custear os benefícios.”

Gabarito: Errado

23. A forma verbal “estão”, em “Os entes que estão de fora”, concorda com seu sujeito sintático, “entes”.

Comentários:

A oração adjetiva é “que estão fora”, então o sujeito é o próprio pronome relativo “que”. Na oração adjetiva, o “que” tem a função que seu antecedente “teria”, se estivesse no lugar do pronome.

“Os entes” é sujeito de “têm”.

Os entes que estão de fora da previdência federal têm fundos próprios de pensão, e a maioria enfrenta problemas de financiamento inferior ao necessário para custear os benefícios.

Gabarito: Errado

24. A forma verbal “enfrenta”, no primeiro parágrafo, poderia ser flexionada no plural – enfrentam –, tendo em vista que o sujeito é a expressão partitiva “a maioria”.

Comentários:

Se a frase fosse “a maioria dos entes enfrentam”, a redação seria correta. Porém, a expressão “maioria” é partitiva, mas não veio seguida de determinante. Então, não se qualifica na regra que permite a concordância com o sujeito ou com a expressão preposicionada. A concordância só pode ser feita no singular com o núcleo, que é “maioria”.

“Os entes que estão de fora da previdência federal têm fundos próprios de pensão, e a maioria enfrenta problemas de financiamento inferior ao necessário para custear os benefícios.”

Gabarito: Errado

25. No último período do texto, a preposição “Para” introduz oração com sentido de causalidade.

Comentários:

O sentido é de finalidade, propósito; “para” equivale a “a fim de”:

Para/A fim de obter benefícios adicionais ao da aposentadoria pública, os trabalhadores devem contribuir para um plano de pensão complementar — os chamados 401(k) —, ou formar poupanças individuais.

Gabarito: Errado

TEXTO II

O envelhecimento populacional está prestes a tornar-se numa das transformações sociais mais significativas do século XXI, com implicações transversais a todos os setores da sociedade – no mercado laboral e financeiro; na procura de bens e serviços como a habitação, nos transportes e na proteção social; e nas estruturas familiares e laços intergeracionais.

Estima-se que o número de idosos, com 60 anos ou mais, duplique até 2050 e mais do que triplique até 2100, passando de 962 milhões em 2017 para 2,1 mil milhões em 2050 e 3,1 mil milhões em 2100.

Em todo o mundo, a população com 60 anos ou mais está a crescer mais rapidamente do que todos os grupos etários mais jovens. A população com mais de 60 anos está a crescer a uma taxa de cerca de 3% ao ano. Em 2017 estimava-se que, em todo o mundo, 962 milhões de pessoas tinham 60 anos ou mais – representando 13% da população global.

Atualmente, a Europa tem a maior percentagem da população com 60 anos ou mais (25%).

O envelhecimento rápido também ocorrerá noutras partes do mundo e até 2050 todas as regiões do mundo, exceto África, terão quase um quarto ou mais das respetivas populações com mais de 60 anos.

Globalmente, o número de pessoas com 80 anos ou mais deverá triplicar até 2050 passando de 137 milhões, em 2017, para 425 milhões em 2050.

As pessoas mais velhas são cada vez mais vistas como contribuintes para o desenvolvimento, cujas competências devem estar interligadas com políticas e programas transversais. Não obstante, nas próximas décadas, muitos países irão enfrentar pressões fiscais e políticas na esfera dos sistemas públicos de saúde, providência e proteção social para a população com a faixa etária mais avançada.

Disponível em: <https://unric.org/pt/envelhecimento/>

Considerando os sentidos e estruturas do texto, julgue os itens a seguir.

26. De acordo com o texto, o envelhecimento da população mundial é irreversível e terá como consequência fatal a vulnerabilidade econômica dos idosos.

Comentários:

O texto comprova com dados estatísticos que a população está envelhecendo no mundo inteiro. Fato. Contudo, não declara em momento algum que é irreversível, nem que todos os idosos serão vulneráveis economicamente.

Gabarito: Errado

27. Segundo o quarto parágrafo, a Europa é o país com maior porcentagem de idosos no mundo.

Comentários:

A “Europa” é um continente, não é um país.

Atualmente, a Europa tem a maior porcentagem da população com 60 anos ou mais (25%).

Gabarito: Errado

28. No último período do texto, a substituição de “No entanto” por “Não obstante” manteria a correção gramatical e os sentidos do texto.

Comentários:

“Não obstante” e “No entanto” são conjunções adversativas e podem ser trocadas, sem prejuízo.

Gabarito: Certo

29. No último período do texto, o vocábulo “mais” intensifica o sentido do adjetivo “velhas”.

Comentários:

Exato; “mais” é advérbio de intensidade, pois intensifica o adjetivo “velhas”.

As pessoas **mais** velhas são cada vez mais vistas como contribuintes para o desenvolvimento, cujas competências devem estar interligadas com políticas e programas transversais.

Gabarito: Certo

30. Os vocábulos “públicos”, “etária” e “saúde” são acentuados por regras gramaticais diferentes.

Comentários:

De fato, são regras diferentes:

“pú-bli-cos”= proparoxítona

“e-tá-ria”= paroxítona terminada em ditongo

“sa-ú-de”= regra do hiato

Gabarito: Certo

Texto AI1A02

Apesar do termo ser conhecido, nem todo mundo sabe o que é Previdência Social. Bem, a Previdência Social é um seguro social em que o trabalhador participa através de contribuições mensais. O benefício dessa contribuição é garantir ao trabalhador segurado uma renda na hora em que ele não puder mais trabalhar – ou seja, quando ele se aposentar.

Em outras palavras, a previdência social é o sistema público que garante as aposentadorias dos trabalhadores brasileiros.

Vale ainda notar que, além de proteger o trabalhador para a sua aposentadoria, a Previdência tem como missão proteger os trabalhadores contra os chamados riscos econômicos: como a perda de rendimentos por conta de doença, invalidez, entre outros infortúnios.

Assim, o sistema não oferece apenas aposentadorias, mas também benefícios como auxílio-doença, salário-maternidade e pensão por morte!

A Previdência Social no Brasil funciona a partir da mesma lógica usada em um seguro. Qualquer seguro funciona por conta da existência de subgrupos, alguns superavitários, outros deficitários: estes são sustentados por aqueles.

O que isso quer dizer? Simplesmente que as contribuições dos trabalhadores ativos servem para custear os benefícios dos trabalhadores inativos (aposentados, pensionistas e outros).

Assim, as receitas da previdência são contribuições de empregadores, de empregados, e da União (com contribuições sociais e receitas do orçamento fiscal).

Disponível em: <https://www.politize.com.br/previdencia-social-o-que-e/>

No que se refere aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, julgue os itens a seguir:

31. Segundo o texto, a previdência social se restringe à aposentadoria dos trabalhadores.

Comentários:

O 4º parágrafo deixa bem claro o oposto: “Assim, o sistema não oferece apenas aposentadorias, mas também benefícios como auxílio-doença, salário-maternidade e pensão por morte!”. Dessa forma, a previdência social não se restringe à aposentadoria, mas é ampla e contempla outros benefícios. Portanto, o item está Errado

Gabarito: Errado

32. Pode-se afirmar que a previdência social no Brasil trabalha com o equilíbrio entre grupos, nem todos superavitários.

Comentários:

Vejam os que diz o 5º parágrafo *“Qualquer seguro funciona por conta da existência de subgrupos, alguns superavitários, outros deficitários: estes são sustentados por aqueles”*. Note que, de fato, não são todos os grupos que são superavitários. Portanto, o item está certo.

Gabarito: Certo

33. A oração reduzida de infinitivo “para custear os benefícios dos trabalhadores inativos” (6º parágrafo) poderia ser substantivada, mantidos o sentido e a correção gramatical: para o custeamento dos benefícios dos trabalhadores.

Comentários:

A oração *“para custear os benefícios dos trabalhadores inativos”* é, de fato, reduzida de infinitivo. Ocorre que a substantivação de *“custear”* é *“custeio”*, e não *“custeamento”*. Portanto, o item está Errado

Gabarito: Errado

34. O pronome relativo “em que” em “a Previdência Social é um seguro social em que o trabalhador participa” pode ser substituído por “onde”, sem alteração de sentido ou incorreção gramatical.

Comentários:

O pronome *“onde”* só pode ser utilizado quando se referir a lugar (físico ou virtual). Portanto, o item está errado.

Gabarito: Errado

35. A substituição do travessão por vírgula no primeiro parágrafo não prejudica a correção gramatical do período.

Comentários:

Retomando o trecho com travessão, temos que *“O benefício dessa contribuição é garantir ao trabalhador segurado uma renda na hora em que ele não puder mais trabalhar – ou seja, quando ele se aposentar.”*. Note que o travessão está separando uma explicação sobre o trecho que o antecede (*“na hora em que ele não puder mais trabalhar”*). Assim, é possível a substituição do travessão pela vírgula sem que haja prejuízo gramatical. Portanto, o item está certo.

Gabarito: Certo

36. O texto possui duas partes, estruturadas a partir de uma definição, seguida de explicação e conclusão.

Comentários:

Vamos observar a estrutura do texto: definição (1º parágrafo – “previdência social”), explicação (2º e 3º parágrafos) e conclusão (4º parágrafo) e definição (5º parágrafo – “sistema de custeio”), explicação (6º parágrafo) e conclusão (7º parágrafo). Assim, temos de fato uma estrutura (definição – explicação – conclusão) que se repete ao longo do texto. Portanto, o item está certo.

Gabarito: Certo

Texto AI2A01

Dizem que todos os dias você deve comer uma maçã por causa do ferro. E uma banana pelo potássio. E também uma laranja pela vitamina C.

Uma xícara de chá verde sem açúcar para prevenir a diabetes.

Todos os dias deve-se tomar ao menos dois litros de água. E uriná-los, o que consome o dobro do tempo.

Todos os dias deve-se tomar um Yakult pelos lactobacilos (que ninguém sabe bem o que é, mas que aos bilhões, ajudam a digestão).

Cada dia uma Aspirina, previne infarto.

Uma taça de vinho tinto também. Uma de vinho branco estabiliza o sistema nervoso.

Um copo de cerveja, para... não lembro bem para o que, mas faz bem.

O benefício adicional é que se você tomar tudo isso ao mesmo tempo e tiver um derrame, nem vai perceber. (...)

Há que se dormir oito horas por noite e trabalhar outras oito por dia, mais as cinco comendo são vinte e uma. Sobram três, desde que você não pegue trânsito.

As estatísticas comprovam que assistimos três horas de TV por dia. Menos você, porque todos os dias você vai caminhar ao menos meia hora (por experiência própria, após quinze minutos dê meia volta e comece a voltar, ou a meia hora vira uma).

E você deve cuidar das amizades, porque são como uma planta: devem ser regadas diariamente, o que me faz pensar em quem vai cuidar delas quando eu estiver viajando. (...)

Na minha conta são 29 horas por dia. A única solução que me ocorre é fazer várias dessas coisas ao mesmo tempo! (...)

Agora tenho que ir.

É o meio do dia, e depois da cerveja, do vinho e da maçã, tenho que ir ao banheiro. E já que vou, levo um jornal... Tchau!.

Nelson Rodrigues

Disponível em: <https://www.universodosleitores.com/>

Em relação aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, julgue os itens a seguir:

37. Pode-se inferir do texto que o autor se mostra descrente com todos os deveres diários.

Comentários:

Ao longo do texto, o autor mostra, de fato, sua descrença: “*não lembro bem para o que, mas faz bem. O benefício adicional é que se você tomar tudo isso ao mesmo tempo e tiver um derrame, nem vai perceber.*”. Portanto, o item está correto.

Gabarito: Certo

38. Pela sua organização e objetivo, pode-se afirmar que o texto é predominantemente injuntivo.

Comentários:

O texto é uma crônica, ou seja, faz parte do gênero narrativo. Existem instruções (uma das características do texto injuntivo) utilizadas como uma estratégia narrativa para chamar a atenção do leitor. Mas não podemos afirmar que o texto é injuntivo, e sim narrativo. Portanto, o item está errado.

Gabarito: Errado

39. Seria mantido o sentido, caso o conectivo destacado em “E uma banana pelo potássio. E também uma laranja pela vitamina C.” fosse substituído por “assim como” e realizadas as alterações na pontuação necessárias.

Comentários:

O conectivo “e” tem sentido aditivo e, no trecho, “também” foi utilizado como uma forma de ênfase da adição. O mesmo sentido aditivo acontece com “assim como”. Dessa forma, como o item pede apenas a manutenção do sentido, a substituição é possível. Portanto, o item está correto.

Gabarito: Certo

40. Os trechos “sem açúcar” em “chá verde sem açúcar” e “ao mesmo tempo” em “várias dessas coisas ao mesmo tempo” exercem a mesma função sintática.

Comentários:

Vejamos os trechos:

“chá verde sem açúcar”: “sem açúcar” é um complemento de “chá verde”, assim exerce função de adjunto adnominal.

“*várias dessas coisas ao mesmo tempo*”: “ao mesmo tempo” traz uma circunstância de tempo à oração, por isso exerce função de adjunto adverbial. Como os trechos exercem funções distintas, o item está errado.

Gabarito: Errado

41. Seriam mantidos o sentido e a correção gramatical caso fosse inserida uma vírgula antes de “deve-se tomar ao menos dois litros de água.”.

Comentários:

O trecho que antecede “*deve-se tomar ao menos dois litros de água.*” é um adjunto adverbial – “Todos os dias” – e, como está deslocado, a vírgula pode ser utilizada. Portanto, o item está certo.

Gabarito: Certo

42. Pode-se afirmar do texto que sua construção enfatiza a ideia criticada pelo autor: transformar o dia em uma lista de afazeres.

Comentários:

Se olharmos para a estruturação do texto, ele parece uma lista de afazeres – ideia criticada pelo autor. Portanto, o item está certo.

Gabarito: Certo

Tendo como referência o Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens seguintes:

43. Na indicação da data no ofício, admite-se tanto o uso de numeral ordinal quanto o de numeral cardinal, razão por que seria igualmente adequado usar 01 em vez de “1º”.

Comentários:

Sobre a data do documento, o MRPR diz que “c) dia do mês: em numeração ordinal se for o primeiro dia do mês e em numeração cardinal para os demais dias do mês. Não se deve utilizar zero à esquerda do número que indica o dia do mês”. Assim, o número deve ser 1º (ordinal) e os seguintes 2, 3 etc. (cardinais). Portanto, o item está errado.

Gabarito: Errado

44. A ausência de assinatura em correspondência enviada pelo Presidente da República está de acordo com o previsto no MRPR.

Comentários:

Exatamente de acordo com o que prevê o MRPR: “Excluídas as comunicações assinadas pelo Presidente da República, todas as demais comunicações oficiais devem informar o signatário segundo o padrão”. Portanto, o item está correto.

Gabarito: Certo

45. Em caso de ofício do Diretor-Geral do Ministério do Trabalho e da Previdência encaminhado ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, o fecho adequado seria “Atenciosamente”.

Comentários:

Note que o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho é a autoridade máxima daquele Tribunal. Se o ofício é assinado por um Diretor-Geral, então o correto seria o fecho “Respeitosamente”. Portanto, item Errado

Gabarito: Errado

46. As palavras "história", "carência" e "vitória" recebem acento de acordo com a mesma regra de acentuação.

Comentários:

Todas essas palavras são paroxítonas terminadas em ditongo. Questão correta.

Gabarito: Certo

47. No trecho "A vida requer olhar afetuoso, inteligência nas relações, empatia nas limitações e planejamento efetivo", as vírgulas foram empregadas para separar expressões de caráter explicativo.

Comentários:

As vírgulas foram empregadas para separar elementos em uma enumeração. Questão incorreta.

Gabarito: Errado

48. Sem prejuízo da correção gramatical do texto, as palavras "é" e "que", presentes em "É a necessidade de sobreviver que dá força para mais um dia de luta", poderiam ser suprimidas.

Comentários:

"É... que" é uma expressão de realce, também chamada de partícula expletiva. Como o nome diz, funciona discursivamente para ressaltar um trecho, no caso "necessidade de sobreviver". A supressão da partícula expletiva não traz prejuízo gramatical ao trecho. Questão correta.

Gabarito: Certo

49. Em “Fala-se muito da coragem do herói, mas pouco se pratica”, as duas ocorrências do pronome “se” têm o papel de indeterminar os agentes responsáveis pelas ações.

Comentários:

Na primeira ocorrência, “se” é índice de indeterminação do sujeito (verbo transitivo indireto + SE), então o agente está indeterminado. Já na segunda ocorrência, o “se” funciona como partícula apassivadora, não tendo como função indeterminar o agente responsável pela ação.

Gabarito: Errado

50. Seria mantida a correção gramatical do texto se o trecho “nos esquecer” fosse reescrito como esquecer em: Não devemos nos esquecer de que a vida é muito curta.

Comentários:

A forma verbal “esquecer-se” (pronominal) é transitiva indireta, exigindo a preposição “de”. A troca por “esquecer” (transitivo direto) acarretaria erro gramatical por causa da presença da preposição. Questão incorreta.

Gabarito: Errado

51. Mantendo-se o sentido original e a correção gramatical do texto, o trecho “Todo dia é uma nova oportunidade de fazer escolhas diferentes” poderia ser reescrito da seguinte forma: *Todo o dia é uma nova oportunidade de fazer escolhas diferentes.*

Comentários:

“Todo” indica “qualquer”, “cada”. Já “todo o” expressa “inteireza”, “totalidade”. Portanto, a proposta de reescrita alteraria o sentido original do trecho. Questão incorreta.

Gabarito: Errado

52. A locução “já que” introduz, na oração “Precisamos economizar, já que os recursos eram escassos”, valor de causa, podendo ser corretamente substituída por uma vez que.

Comentários:

“Já que” é uma locução conjuntiva que estabelece uma relação sintático-semântica de causa. “Uma vez que” também indica esse mesmo valor semântico, logo a substituição de uma pela outra estaria correta. Questão correta.

Gabarito: Certo

53. No período “Consumo muito literatura e cinema franceses”, a substituição do vocábulo “franceses” por francês preservaria a correção gramatical do texto, embora alterasse o seu sentido e as relações sintáticas do período.

Comentários:

O adjetivo “franceses” refere-se tanto a “cinema” quanto a “literatura”. Na alteração proposta, “francês” passaria a modificar apenas “cinema” (deixa de ser adjunto adnominal de dois substantivos, passando a ser adjunto apenas do segundo), o que acarreta mudança de sentido, mas preserva a correção gramatical. Questão correta.

Gabarito: Certo

54. Em “O financiamento pode levar a um descontrole contábil e pode acarretar prejuízos inimagináveis”, as duas ocorrências da forma verbal “pode” expressam sentido de possibilidade.

Comentários:

O verbo auxiliar “pode” indica uma possibilidade, uma hipótese no que tange a ações futuras. Questão correta.

Gabarito: Certo

55. Na frase “O jovem que o presenteou estava há tempo procurando ajuda”, a posição em que o pronome oblíquo se encontra é a única possível.

Comentários:

O pronome relativo “que” é palavra atrativa, portanto a única posição possível do pronome “o” é antes da forma verbal (próclise obrigatória). Questão correta.

Gabarito: Certo

TEXTO

O conceito de pós-modernidade tornou-se, nos últimos anos, um dos mais discutidos nas questões relativas à arte, à literatura e à teoria social. No entanto, a noção de pós-modernidade reúne rede de conceitos e modelos de pensamento em “pós”, dentre os quais podemos elencar alguns: sociedade pós-industrial, pós-estruturalismo, pós-fordismo, pós-comunismo, pós-marxismo, pós-hierárquico, pós-liberalismo, pós-imperialismo, pós-urbano, pós-capitalismo. A pós-modernidade coloca-se também em relação com o feminismo, a ecologia, o ambiente, a religião, a planificação, o espaço, o *marketing*, a administração, entre outros. O geógrafo Georges Benko afirma que o “pós” é incontornável e que o fim do século XX se conjuga em “pós”.

As características da pós-modernidade podem ser resumidas em alguns pontos: propensão a se deixar dominar pela imaginação das mídias eletrônicas; colonização do seu universo pelos mercados (econômico, político, cultural e social); celebração do consumo como expressão pessoal; pluralidade cultural; polarização social devido aos distanciamentos acrescidos pelos rendimentos; falências das metanarrativas emancipadoras como aquelas propostas pela Revolução Francesa — liberdade, igualdade e fraternidade.

A pós-modernidade recobre todos esses fenômenos, conduzindo, em um único e mesmo movimento, a uma lógica cultural que valoriza o relativismo e a (in)diferença, a um conjunto de processos intelectuais flutuantes e indeterminados, a uma configuração de traços sociais que significaria a erupção de um movimento de descontinuidade da condição moderna: mudanças dos sistemas produtivos e crise do trabalho, eclipse da historicidade, crise do individualismo e onipresença da cultura narcisista de massa.

Em outras palavras: esse evento sociocultural tem predomínio do instantâneo, da perda de fronteiras, gerando a ideia de que o mundo está cada vez menor através do avanço da tecnologia. Estamos diante de um mundo virtual, imagético, sonoro e textual.

Os mecanismos da pós-modernidade, para se manter como sistema, têm de recorrer: à saturação, à sedução, ao simulacro, ao soft, ao light, à globalização, à automação, à fragmentação, ao chip. Os modelos são Michael Jackson e Madonna, que qualquer dia destes farão um grande show para ajudar crianças famintas da África; que gravarão um disco, com numerosos colegas para ajudar os “americanos a salvarem” refugiados de algum país latino-americano. Como assinala Otávio Lanni: “Ao lado da montagem, colagem, bricolagem, simulação e virtualidade”, muitas vezes combinando tudo isso, a mídia parece priorizar o espetáculo. São os próprios acontecimentos cotidianos da humanidade que o protagoniza.

Estamos vivendo um momento de fenômenos insólitos. Tudo se passa como se o futuro tivesse se tornado um lugar vazio.

(Márcio B. Cavalcante. O conceito de pós-modernidade na sociedade atual.
Disponível em: meuartigo.brasilecola.uol.com.br. Acessado em: 8 out. 2020. Adaptado)

A respeito das ideias e dos aspectos linguísticos do texto, julgue o item a seguir.

56. A forma verbal “têm” (no primeiro período do penúltimo parágrafo) concorda com o termo “mecanismos” que está no mesmo trecho.

Comentários:

A forma verbal em questão estabelece relação de concordância com o núcleo do sujeito (‘mecanismos’). Essa é a regra básica da sintaxe de concordância. A questão está correta.

Gabarito: Certo

57. A inserção do sinal indicativo de crase em “a uma lógica cultural” (3º parágrafo) não comprometeria a correção gramatical do texto.

Comentários:

O fenômeno de crase é a junção da preposição ‘a’ com o artigo definido feminino ‘a’. No trecho destacado na questão, não ocorre artigo definido, e sim indefinido. Assim, o único ‘a’ que aparece é preposição. A inserção do sinal indicativo de crase comprometeria a correção gramatical. A questão está incorreta.

Gabarito: Errado

58. O texto trata dos fenômenos e dos efeitos da pós-modernidade, focando nos prejuízos trazidos por esse novo momento.

Comentários:

O autor destaca inúmeros pontos negativos da vida pós-moderna ao relatar suas críticas a esse momento. A questão está correta.

Gabarito: Certo

59. O vocábulo “conceito” (linha 1) foi empregado, no texto, como sinônimo de concepção.

Comentários:

O vocábulo “conceito” significa, no texto, definição, formulação de ideias, concepção. Portanto, a questão está correta.

Gabarito: Certo

60. A expressão “esse evento sociocultural” (4º parágrafo) se refere à “crise do individualismo” no parágrafo anterior.

Comentários:

A expressão mencionada retoma “pós-modernidade”, que aparece no 3º parágrafo.

Gabarito: Errado

Aurora sem dia

Naquele tempo contava Luís Tinoco vinte e um anos. Era um rapaz de estatura meã, olhos vivos, cabelos em desordem, língua inesgotável e paixões impetuosas. Exercia um modesto emprego no foro, donde tirava o parco sustento, e morava com o padrinho cujos meios de subsistência consistiam no ordenado da sua aposentadoria. Tinoco estimava o velho Anastácio e este tinha ao afilhado igual afeição.

Luís Tinoco possuía a convicção de que estava fadado para grandes destinos, e foi esse durante muito tempo o maior obstáculo da sua existência. No tempo em que o Dr. Lemos o conheceu começava a arder-lhe a chama poética. Não se sabe como começou aquilo. Naturalmente os louros alheios entraram a tirar-lhe o sono. O certo é que um dia de manhã acordou Luís Tinoco escritor e poeta; a inspiração, flor abotoada ainda na véspera, amanheceu pomposa e viçosa. O rapaz atirou-se ao papel com ardor e perseverança, e entre as seis horas e as nove, quando o foram chamar para almoçar, tinha produzido um soneto, cujo principal defeito era ter cinco versos com sílabas de mais e outros cinco com sílabas de menos. Tinoco levou a produção ao Correio Mercantil, que a publicou entre os pedidos.

Mal dormida, entremeada de sonhos interruptos, de sobressaltos e ânsias, foi a noite que precedeu a publicação. A aurora raiou enfim, e Luís Tinoco, apesar de pouco madrugador, levantou-se com o sol e foi ler o soneto impresso. Nenhuma mãe contemplou o filho recém-nascido com mais amor do que o rapaz leu e releu a produção poética, aliás decorada desde a véspera. Afigurou-se-lhe que todos os leitores do Correio Mercantil estavam fazendo o mesmo; e que cada um admirava a recente revelação literária, indagando de quem seria esse nome até então desconhecido.

Não dormiu sobre os louros imaginários. Daí a dois dias, nova composição, e desta vez saiu uma longa ode sentimental em que o poeta se queixava à lua do desprezo em que o deixara a amada, e já entrevia no futuro a morte melancólica de Gilbert. Não podendo fazer despesas, alcançou, por intermédio de um amigo, que a poesia fosse impressa de graça, motivo este que retardou a publicação por alguns dias. Luís Tinoco trágica a custo a demora, e não sei se chegou a suspeitar de inveja os redatores do Correio Mercantil. A poesia saiu enfim; e tal contentamento produziu no poeta que foi logo fazer ao padrinho a grande revelação.

— Leu hoje o Correio Mercantil, meu padrinho? perguntou ele.

(...)

— Isto não tem graça, disse ele ao afilhado estupefato; que diabo tem a lua com a indiferença dessa moça, e a que vem aqui a morte deste estrangeiro?

Luís Tinoco teve vontade de descompor o padrinho, mas limitou-se a atirar os cabelos para trás e a dizer com supremo desdém:

— São coisas de poesia que nem todos entendem; esses versos sem graça são meus.

ASSIS, Machado de. Obra Completa de Machado de Assis. Vol. II.
Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

61. Inference do texto que o personagem sentia dificuldade em lidar com sua criação poética, mesmo que no início de sua carreira.

Comentários:

Questão de compreensão de textos. Note que no 3º parágrafo o narrador conta que “(...) *Nenhuma mãe contemplou o filho recém-nascido com mais amor do que o rapaz leu e releu a produção poética*” (...). Ou seja, o personagem se orgulhava, e muito de sua obra. Por outro lado, no desenrolar da narrativa, ao apresentar os versos a uma pessoa que estima, o padrinho, sem receber os elogios que esperava, teve uma reação de “desdém”, o que pode ser inferido que se sentia melhor ou superior a ele, que não conseguia captar a essência de seus escritos. Assim, não há dificuldade, mas certa facilidade em se lidar com a criação poética. Portanto, o item está incorreto.

Gabarito: Errado

62. No trecho “No tempo em que o Dr. Lemos o conheceu” (2º parágrafo, o pronome “que” apresenta a mesma função sintática que em “Tinoco levou a produção ao Correio Mercantil, que a publicou entre os a pedidos” (3º parágrafo).

Comentários:

Em “em que o Dr. Lemos o conheceu”, o pronome “que” é pronome relativo que compõe oração subordinada adjetiva, da mesma forma que acontece com “que a publicou entre os a pedidos” (C). Portanto, o item está correto.

Gabarito: Certo

63. Constata-se, a partir da leitura do conto, que o narrador é onisciente, já que conhece os personagens, inclusive em seus pensamentos e emoções.

Comentários:

No texto como um todo, observamos um narrador em 3ª pessoa, onisciente, ou seja, conhece os fatos referentes à narrativa e acontecimentos, bem como os sentimentos e pensamentos dos personagens. A narrativa do 3º parágrafo exemplifica bem essas duas faces do narrador onisciente: *A aurora raiou enfim, e Luís Tinoco, apesar de pouco madrugador, levantou-se com o sol e foi ler o soneto impresso. Nenhuma mãe contemplou o filho recém-nascido com mais amor do que o rapaz leu e releu a produção poética, aliás decorada desde a véspera. Afigurou-se-lhe que todos os leitores do Correio Mercantil estavam fazendo o mesmo; e que cada um admirava a recente revelação literária, indagando de quem seria esse nome até então desconhecido.* (3º parágrafo).

Portanto, o item está correto.

Gabarito: Certo

64. No trecho “Não se sabe como começou aquilo.” (2º parágrafo), o pronome demonstrativo “aquilo” refere-se a Tinoco querer grandes conquistas.

Comentários:

Retomando o início do 2º parágrafo, temos que: *“Luís Tinoco possuía a convicção de que estava fadado para grandes destinos, e foi esse durante muito tempo o maior obstáculo da sua existência. No tempo em que o Dr. Lemos o conheceu começava a arder-lhe a chama poética. Não se sabe como começou aquilo.”* (2º parágrafo).

Note que “aquilo” está se referindo a “arder-lhe a chama poética”, ou seja, ao início da carreira de Tinoco como poeta.

Portanto, o item está errado.

Gabarito: Errado

65. Mantendo-se a correção gramatical, o trecho “Afigurou-se-lhe que todos os leitores do Correio Mercantil estavam fazendo o mesmo; e que cada um admirava a recente revelação literária” pode ser reescrito da seguinte maneira “Se delineou se todos, aqueles que liam o Correio Mercantil estariam, também, lendo seu poema da mesma forma. Se os leitores apreciavam tal revelação literária recente”.

Comentários:

Questão de reescrita. Note que a questão pede apenas “correção gramatical”, sem se preocupar com o sentido. E na reescrita há algo marcante: não é possível iniciar orações com pronome oblíquo, além de a regência do verbo “delinear” estar incorreta. Também a concordância com “cada um deles” deve ser no singular, e não no plural. Portanto, o item está errado.

Gabarito: Errado

66. A oração “Não podendo fazer despesas” (4º parágrafo) estabelece, quanto ao trecho que a sucede, uma relação de explicação.

Comentários:

Note que “Não podendo fazer despesas” é a explicação do motivo pelo qual “alcançou, por intermédio de um amigo, que a poesia fosse impressa de graça.”
Portanto, o item está correto.

Gabarito: Certo

67. A função da vírgula no trecho "*Luís Tinoco possuía a convicção de que estava fadado para grandes destinos, e foi esse durante muito tempo o maior obstáculo da sua existência*" é a de introduzir uma pausa enfática para destacar o sujeito da oração.

Comentários:

Note que a vírgula separa duas orações coordenadas sindéticas aditivas ("Luís Tinoco possuía a convicção..." e "foi esse durante muito tempo o maior obstáculo..."), unidas pela conjunção "e". Portanto, o item está errado.

Gabarito: Errado

68. O desfecho do texto, com a fala de Luís Tinoco ao padrinho ("*São coisas de poesia que nem todos entendem*"), sugere que Tinoco acredita que sua arte está além da compreensão de outros.

Comentários:

Note que "*Tinoco reage com desdém à crítica do padrinho*", reafirmando sua visão de que "*nem todos entendem*" a poesia, o que reflete sua arrogância e autoengano.

Portanto, o item está correto.

Gabarito: Certo

69. No trecho: "*Nenhuma mãe contemplou o filho recém-nascido com mais amor do que o rapaz leu e releu a produção poética*", a expressão "com mais amor" indica um exagero retórico para enfatizar o orgulho de Tinoco.

Comentários:

Note que a comparação entre o amor de uma mãe e a relação de Tinoco com seu poema é uma hipérbole que reforça o orgulho excessivo do protagonista. Portanto, o item está correto.

Gabarito: Certo

70. O texto apresenta características predominantes de um texto narrativo, com elementos descritivos e tom irônico.

Comentários:

Note que a comparação entre o amor de uma mãe e a relação de Tinoco com seu poema é uma hipérbole que reforça o orgulho excessivo do protagonista.

Portanto, o item está correto.

Gabarito: Certo

71. No trecho "Luís Tinoco trouxe a custo a demora, e não sei se chegou a suspeitar de inveja os redatores do Correio Mercantil." é utilizada a substituição pronominal para evitar repetição como recurso de coesão.

Comentários:

Na verdade, o que se tem é a coesão sequencial pelo uso de conjunções coordenativas, no caso, a conjunção aditiva "e". Não há, portanto, nenhum elemento de substituição no trecho em análise.

Portanto, o item está errado.

Gabarito: Errado

Acerca dos aspectos da redação oficial definidos no MRPR, julgue o item a seguir:

72. De acordo com MRPR, o órgão emissor do documento oficial deve adotar o padrão mais adequado em suas comunicações, conforme suas especificidades. Isso inclui a abolição total de termos técnicos ou de difícil compreensão.

Comentários:

Para a obtenção de clareza, o MPRP sugere utilizar palavras e expressões simples, em seu sentido comum.

Contudo, quando o texto versar assunto técnico, será utilizada nomenclatura própria da área. Ou seja, haverá uso de termos técnicos se o documento oficial assim demandar.

Portanto, o item está Errado

Gabarito: Errado

73. Em um ofício a ser enviado pelo Ministro da Justiça a um Ministro do Supremo Tribunal Federal, é adequado o emprego do pronome de tratamento Vossa Senhoria como vocativo, pois ambos ocupam cargos de mesmo nível hierárquico.

Comentários:

O tratamento para ministros do Poder Judiciário é “Vossa Excelência”, independente da relação de hierarquia entre eles, caso haja.

Portanto, o item está errado.

Gabarito: Errado

74. A mensagem é o instrumento de comunicação oficial entre os Chefes dos Poderes Públicos em assuntos que são de interesse dos Poderes Públicos e da Nação.

Comentários:

A partir da última edição do MRPR, não há mais a distinção entre “ofício”, “aviso” e “memorando”, sendo todos eles denominados de “padrão ofício”.

Portanto, o item está errado.

Gabarito: Errado

75. O trecho “Apurado, com impressionante agilidade e precisão, naquela tarde de 2009, o resultado da consulta à população acriana, verificou-se que a esmagadora e ampla maioria da população daquele distante estado manifestou-se pela efusiva e indubitável rejeição da alteração realizada pela Lei n. 11.662/2008” está de acordo com os atributos da impessoalidade e da concisão que regem a Correspondência Oficial.

Comentários:

O trecho é prolixo, além de faltar objetividade no relato. Por isso, o texto não é conciso, ou seja, não consegue transmitir o máximo de informação com o mínimo de palavras. Em relação à impessoalidade, não há nenhum elemento que contrarie tal atributo.

Portanto, o item está errado.

Gabarito: Errado

RACIOCÍNIO LÓGICO

76. De uma pequeníssima amostra de 120 alunos do Estratégia Concursos, verificou-se que 60 farão prova para AFRFB, 40, para SEFAZ RJ e 40, para outros concursos. Verificou-se, também, que alguns farão concurso para AFRFB e para a SEFAZ RJ.

Diante do exposto, julgue o item seguinte:

A quantidade de alunos que fará os dois concursos citados é superior a 20.

Comentários:

Somando os valores do enunciado, $60 + 40 + 40 = 140$. Sabemos que há apenas 120 alunos. Portanto, a diferença $140 - 120 = 20$ alunos são os alunos que farão os concursos de AFRFB E SEFAZ RJ.

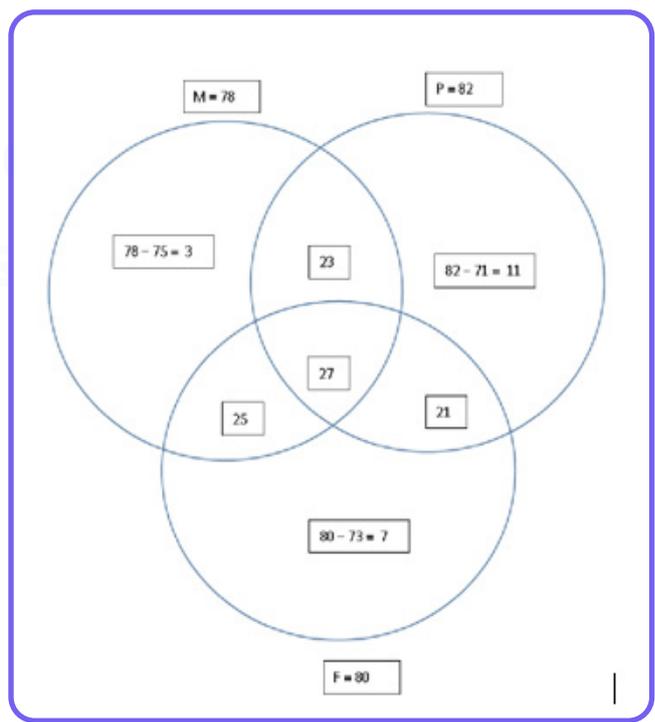
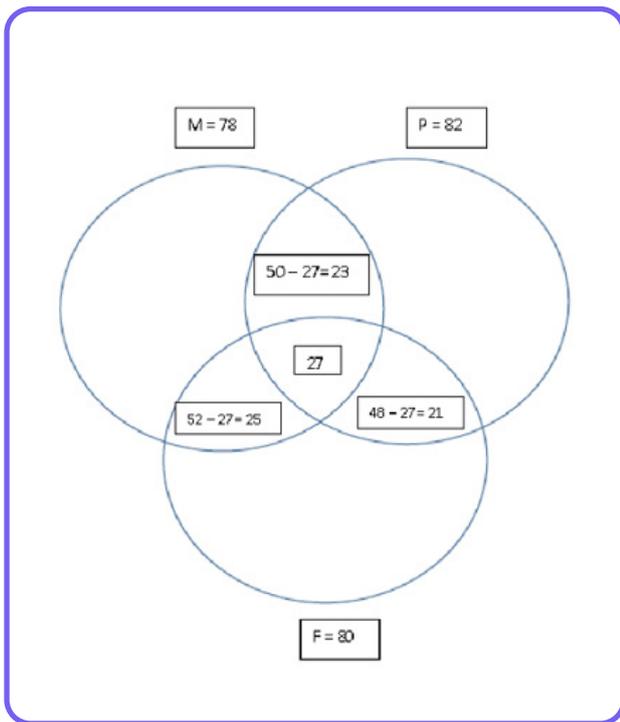
Gabarito: Errado

O dono de uma sorveteria quis saber a preferência de seus clientes sobre três sabores: morango, pistache e framboesa. Para isso, elaborou uma ficha em que cada cliente marcaria com um X quais sabores eram de sua preferência, podendo marcar quantos sabores quisesse. O resultado foi o seguinte: 27 clientes marcaram os três sabores, 50 marcaram os sabores morango e pistache, 48 marcaram pistache e framboesa, 52 marcaram morango e framboesa, 80 marcaram framboesa, 78 marcaram morango e 82 marcaram pistache.

Diante do exposto, julgue os itens seguintes.

77. Se todos os clientes marcaram pelo menos um sabor e preencheram somente uma ficha cada, então o total de clientes consultados é superior a 120.

Comentários:



$$3 + 23 + 11 + 21 + 27 + 25 + 7 = 117$$

Gabarito: Errado

78. A quantidade de clientes que gostam somente de um dos sabores é superior a 20.

Comentários:

A quantidade de clientes que gostam somente de um dos sabores é a quantidade daqueles que gostam SOMENTE de morango mais aqueles que gostam SOMENTE de pistache mais aqueles que gostam SOMENTE de framboesa, ou seja, $3 + 11 + 7 = 21$

Gabarito: Certo

Considere o seguinte argumento lógico:

- *P1: ou João é ateu ou Carla não é evangélica;*
- *P2: João irá ao Rio de Janeiro se e somente se Carla também for;*
- *P3: Carla é evangélica se e somente se for à igreja aos domingos;*
- *P4: ou Carla vai à igreja aos domingos ou irá ao Rio de Janeiro;*
- *P5: Carla não vai à igreja aos domingos.*

Diante do exposto, julgue o item seguinte:

79. O argumento composto pelas premissas P1, P2, P3, P4 e P5 e pela conclusão “Nem João é ateu, nem Carla é evangélica” é válido.

Comentários:

Primeiramente, enfatizo que é imprescindível que você assista à solução em vídeo.

Carla não vai à igreja aos domingos. V(1)

P4: ou Carla vai à igreja aos domingos F(2) ou irá ao Rio de Janeiro

Logo

P4: ou Carla vai à igreja aos domingos F(2) ou irá ao Rio de Janeiro V(3)

p3: Carla é evangélica se e somente se for à igreja aos domingos F(4)

Logo

p3: Carla é evangélica F(5) se e somente se for à igreja aos domingos F(4)

p2: João irá ao Rio de Janeiro se e somente se Carla também for ao Rio de Janeiro V(6)

Logo

p2: João irá ao Rio de Janeiro V(7) se e somente se Carla também for ao Rio de Janeiro V(6)

p1: ou João é ateu ou Carla não é evangélica V(8)

Logo

p1: ou João é ateu F(9) ou Carla não é evangélica V(8)

Conclusões finais:

- Carla irá ao Rio de Janeiro
- Carla não é evangélica
- João irá ao Rio de Janeiro
- João não é ateu

Ou seja, nem José é ateu, nem Carla é evangélica.

Gabarito: Certo

Um HORTIFRUTI vende tomates de dois tamanhos: pequenos e grandes. Esses tomates podem ser verdes ou vermelhos. No estoque do HORTIFRUTI, há 155 tomates, dos quais 82 são vermelhos e 85 são pequenos.

Julgue o item seguinte:

80. Sabendo que 33 dos tomates em estoque são pequenos e vermelhos, a porcentagem dos tomates grandes que são verdes é inferior a 35%.

Comentários:

Se há 85 tomates pequenos, há $155 - 85 = 70$ tomates grandes. Se 33 tomates são pequenos e vermelhos, então $82 - 33 = 49$ tomates são grandes e vermelhos. Como há 70 tomates grandes, então $70 - 49 = 21$ tomates são grandes e verdes.

Portanto, dentre os tomates grandes, aqueles que são verdes são, percentualmente:

$$(21/70) \times 100\% = 30\%$$

Gabarito: Certo

Carlinha tem alguns cartões e disse a seu pai: “cada um dos meus cartões tem uma letra em uma das faces e um número em outra”. Carlinha complementou: “se na face de um cartão tem uma vogal, então no verso há um número ímpar”.

Em seguida, Carlinha mostrou frente e verso de três cartões.

	Primeiro cartão	Segundo cartão	Terceiro cartão
Frente	C	B	A
Verso	2	3	5

Julgue o item seguinte:

81. O único cartão que contradiz a afirmação de Carlinha é o segundo cartão.

Comentários:

Vamos analisar a frase de Carlinha:

“se na face de um cartão tem uma vogal, então no verso há um número ímpar”

Em que circunstâncias essa frase seria falsa?

Para isso, precisamos NEGAR a frase da Carlinha. Como negamos uma condicional (se... então...)? A negação da condicional é feita com o conectivo “E” e utilizamos a teoria do MANÉ (mantém a primeira e nega a segunda).

Assim:

\sim (se na face de um cartão tem uma vogal, então no verso há um número ímpar) = A face de um cartão tem uma vogal E no verso há um número par.

Então, para que um cartão contradiga o que disse Carlinha, ele teria que ter uma vogal na frente e um número par no verso. Tal cartão não aparece nos cartões da figura. Logo, nenhum dos três cartões contradizem as informações de Carlinha.

Gabarito: Errado

82. A negação da proposição P: Em todos os domingos, se fazia sol, Renata passeava de moto, é a proposição Q: houve ao menos um domingo em que fez sol e Renata não passeou de moto.

Comentários:

A negação de um quantificador universal (TODO) é feita com um quantificador existencial (pelo menos um, ao menos um, algum, existe, há).

O quantificador do conectivo SE... ENTÃO... é feito com o conectivo E e utilizando-se a teoria do MANÉ (MANTÉM A PRIMEIRA E NEGA A SEGUNDA).

Assim a negação fica:

~ (em todos os domingos, se fazia sol, Renata passeava de moto) =

Houve ao menos um domingo em que fez sol E Renata NÃO passeou de moto.

Gabarito: Certo

Julgue os itens 83 a 84 relativos à lógica proposicional.

83. A sentença “O questionamento ‘Qual é o motivo da solicitação de aposentadoria por invalidez?’ deve ser realizado pelos Técnicos do Seguro Social que fazem atendimento ao público” é uma proposição lógica simples.

Comentários:

Observe que a sentença em questão **não é uma sentença interrogativa**. A pergunta presente na sentença é um termo da oração principal, que pode ser simplificada assim:

“O questionamento ‘Qual é o motivo da solicitação de aposentadoria por invalidez?’ **deve ser realizado** pelos Técnicos do Seguro Social ~~que fazem atendimento ao público~~”

“O questionamento ‘Q’ **deve ser realizado** pelos Técnicos do Seguro Social”

Note que temos uma **proposição simples** que apresenta a locução verbal “deve ser realizado”, que funciona como um único verbo.

Gabarito: Certo

84. “O Técnico do Seguro Social não age em desacordo com a lei” é uma maneira correta de se negar a proposição “O Técnico do Seguro Social age de acordo com a lei”.

Comentários:

A maneira mais imediata de se negar uma proposição simples consiste em negar o verbo da oração principal. Logo, a negação de “O Técnico do Seguro Social age de acordo com a lei” é:

“O Técnico do Seguro Social não age de acordo com a lei”

Veja que o **item erra** ao trocar “de acordo” por “em desacordo”:

“O Técnico do Seguro Social não age em desacordo com a lei”

Note que, se considerarmos que “agir em desacordo” é a negação de “agir de acordo”, podemos dizer que o item acaba por negar duas vezes a proposição original, trazendo uma equivalência, não uma negação.

Gabarito: Errado

85. Caso a proposição “O segurado faltou com a verdade” seja falsa, a proposição “O benefício não foi concedido porque o segurado faltou com a verdade” poderá ser falsa.

Comentários:

Sejam as proposições simples:

- **s**: “O segurado faltou com a verdade”
- **b**: “O benefício foi concedido”

Note que a proposição composta original está na forma “**q porque p**”, que corresponde à condicional “**Se p, então q**”. Em outras palavras, na proposição composta “[O benefício **não** foi concedido] **porque** [o segurado faltou com a verdade]”, o antecedente é “o segurado faltou com a verdade”. Logo, a proposição composta corresponde a:

s → ~b: “**Se** [o segurado faltou com a verdade], **então** [o benefício **não** foi concedido].”

O item informa que **s** é falso. Nesse caso, temos a seguinte condicional:

[F] → ~b

Perceba que **essa condicional sempre será verdadeira**, qualquer que seja o valor de **~b**. Isso ocorre porque, para que a condicional seja falsa, devemos ter o caso **V → F**, que nunca vai ocorrer, uma vez que o antecedente é falso. Logo, é **ERRADO afirmar que a condicional poderá ser falsa**.

Gabarito: Errado

86. O número de linhas da tabela-verdade da proposição composta “O Perito Médico foi diligente e o segurado faltou com a verdade, logo o benefício não foi concedido e o segurado faltou com a verdade” é superior a 10.

Comentários:

Sejam as proposições simples:

- **p**: “O Perito Médico foi diligente”
- **s**: “O segurado faltou com a verdade”
- **b**: “O benefício foi concedido”

Note que a proposição composta em questão corresponde à condicional $(p \wedge s) \rightarrow (\sim b \wedge s)$:

$(p \wedge s) \rightarrow (\sim b \wedge s)$: “[O Perito Médico foi diligente) e (o segurado faltou com a verdade)], logo [(o benefício não foi concedido) e (o segurado faltou com a verdade)]”

Note que a proposição composta apresenta 3 proposições simples distintas: **p**, **s** e **b**.

O número de linhas da tabela-verdade de uma proposição composta é 2^n , em que n é o número de proposições simples distintas. Para o caso em questão, temos $n = 3$. Logo, o número de linhas da tabela-verdade é:

$$2^3 = 2 \times 2 \times 2 = 8$$

Gabarito: Errado

87. Sendo P, Q e R proposições simples, a proposição composta $[(P \vee Q) \wedge R] \rightarrow [((\sim P) \wedge (\sim Q)) \vee R]$ é uma tautologia.

Comentários:

A questão nos pergunta se a proposição apresentada é uma tautologia. Vamos resolvê-la por meio da **prova por absurdo**.

Vamos analisar se a proposição $[(P \vee Q) \wedge R] \rightarrow [((\sim P) \wedge (\sim Q)) \vee R]$ pode ser falsa. Se sim, não se trata de uma tautologia. Se chegarmos a um absurdo, isso significa que a proposição é sempre verdadeira e, portanto, é uma tautologia.

Para que a condicional $[(P \vee Q) \wedge R] \rightarrow [((\sim P) \wedge (\sim Q)) \vee R]$ seja falsa, devemos ter o antecedente $[(P \vee Q) \wedge R]$ verdadeiro e o conseqüente $[((\sim P) \wedge (\sim Q)) \vee R]$ falso. Veja que:

Para que o antecedente $[(PVQ)\wedge R]$ seja verdadeiro, ambas as parcelas da conjunção devem ser verdadeiras. Logo, (PVQ) deve ser verdadeiro e R deve ser verdadeiro.

Para que o conseqüente $[((\sim P)\wedge(\sim Q))\vee R]$ seja falso, ambas as parcelas da disjunção inclusiva devem ser falsas. Logo, $((\sim P)\wedge(\sim Q))$ deve ser falso e R deve ser falso.

Note que aqui chegamos a um **absurdo**, pois a proposição simples R não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Portanto, a condicional em questão não pode ser falsa e, conseqüentemente, é sempre verdadeira. Logo, trata-se de uma **tautologia**.

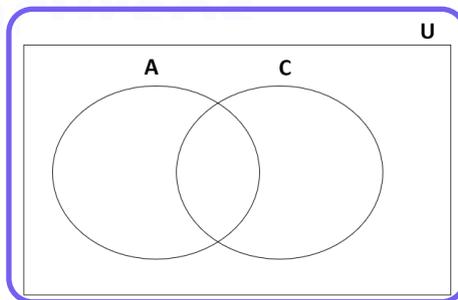
Gabarito: Certo

Com relação a operações com conjuntos e porcentagem, julgue os itens 88 e 89 a seguir.

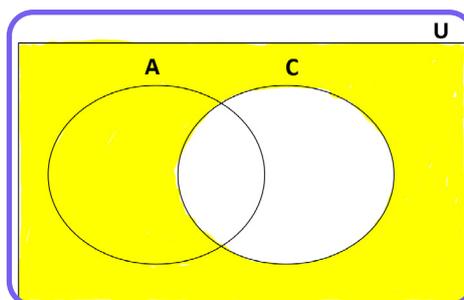
88. Dados os conjuntos A , B e C , com $A \cap C \neq \emptyset$ e $B = C$, o conjunto $(A \cap B) \cup (A \cap C)$ é igual ao conjunto A .

Comentários:

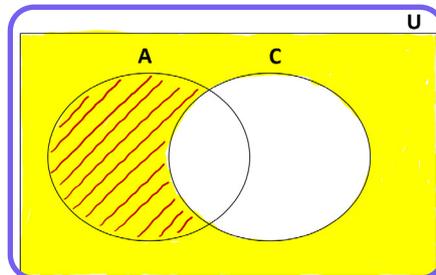
Considere os dois conjuntos A e C representados a seguir em um universo U , com $A \cap C$ diferente do conjunto vazio:



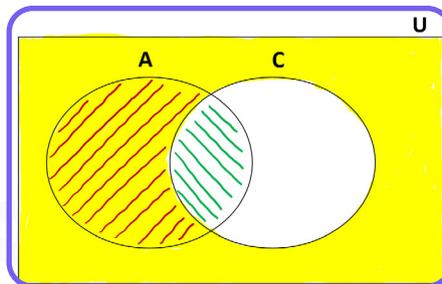
Note que o conjunto B é o conjunto complementar ao conjunto C ($B = C$). Temos a seguinte representação do conjunto B em amarelo:



A seguir, representamos $(A \cap B)$ hachurado em vermelho:



A seguir, representamos $(A \cap C)$ hachurado em verde:



Observe que a união dos conjuntos $(A \cap B)$ e $(A \cap C)$ corresponde ao conjunto A. Logo, é CORRETO afirmar que $(A \cap B) \cup (A \cap C)$ é igual ao conjunto A.

Gabarito: Certo

89. Em uma repartição do INSS, foram analisados 56% dos processos de aposentadoria de um lote. Se tivessem sido analisados mais 24 processos, a taxa percentual de processos analisados desse lote subiria para 62%. Nesse caso, a quantidade de processos desse lote é inferior a 370.

Comentários:

Observe que, dentre os processos do lote, **uma diferença de $62\% - 56\% = 6\%$ corresponde a 24 processos**. Considerando-se que a quantidade de processos do lote é X, temos:

$$\begin{aligned}6\% \text{ de } x &= 24 \\ \frac{6}{100} \times x &= 24 \\ x &= \frac{24 \times 100}{6} \\ x &= 400\end{aligned}$$

Logo, a quantidade de processos desse lote é **superior a 370**.

Gabarito: Errado

Considere, abaixo, as afirmações e o valor lógico atribuído a cada uma delas entre parênteses.

- Ou Junior é pintor, ou Bia não é cozinheira (afirmação FALSA).
- Se César é matemático, então Junior não é pintor (afirmação FALSA).
- Bia é cozinheira ou Ana não é motoqueira (afirmação VERDADEIRA).

A partir dessas afirmações, julgue os itens 90 e 91:

90. A proposição “César é matemático e Ana não é motoqueira” é verdadeira.

Comentários:

Começaremos com a proposição composta:

Se César é matemático, então Junior não é pintor (afirmação FALSA).

Para que a proposição seja falsa, a primeira proposição deve ser verdadeira, e a segunda falsa.

Assim:

“César é matemático” é uma proposição verdadeira e “Junior não é pintor” é uma proposição falsa.

Logo “Junior é pintor” é uma proposição verdadeira.

Ou Junior é pintor, ou Bia não é cozinheira (afirmação FALSA).

Como a proposição “Junior é pintor” é uma proposição verdadeira, e como a proposição composta deve ser falsa, então a proposição “Bia não é cozinheira” deve ser verdadeira.

Lembremos que na disjunção exclusiva (ou... ou...) se as duas proposições são verdadeiras, então a proposição composta é falsa.

“Bia é cozinheira” é falsa.

“Bia é cozinheira ou Ana não é motoqueira (afirmação VERDADEIRA).

Como “Bia é cozinheira” é falsa, então “Ana não é motoqueira” é verdadeira para que a proposição composta seja verdadeira.

Portanto a proposição “Ana é motoqueira” é falsa.

Vamos analisar a proposição.

César é matemático (V) e Ana não é motoqueira (V) = V

Gabarito: Certo

91. A negação da proposição “Se César é matemático então Júnior não é pintor” é dada pela proposição “César não é matemático ou Júnior não é pintor”.

Comentários:

A negação da CONDICIONAL (SE... ENTÃO...) é feita com o conectivo “E” e utiliza-se a TEORIA DO MANÉ (mantém a primeira e nega a segunda).

Assim a negação da proposição “Se César é matemático então Júnior não é pintor” será dada por:

\sim (Se César é matemático então Júnior não é pintor) = César é matemático E Júnior é pintor.

Gabarito: Errado

O Estratégia Concursos promoveu uma reunião entre os professores. Em um certo intervalo, 20% das mulheres deixaram a sala de reunião e o número de professoras ficou igual a $\frac{3}{5}$ do número de professores homens. Se, com a saída das mulheres, o grupo passou a ser de 320 pessoas, julgue os itens 92 e 93:

92. Depois da saída das mulheres, a porcentagem de homens passou a ser superior a 65%.

Comentários:

Depois da saída das mulheres, o número de mulheres passou a ser $\frac{3}{5}$ do número de homens, ou seja, em um grupo de 8 pessoas, há 3 mulheres e 5 homens.

Portanto, o percentual masculino passou a ser

$$\left(\frac{5}{8}\right) \times 100\% = 62,5\%$$

Gabarito: Errado

93. A quantidade original de pessoas na reunião é inferior a 360 pessoas.

Comentários:

Depois da saída de 20% das mulheres, a razão entre mulheres e homens passou a ser $\frac{3}{5}$. Digamos então que as mulheres são $3k$ e os homens $5k$.

$$M + H = 320$$

$$3k + 5k = 320$$

$$8k = 320$$

$$k = 320/8$$

$$k = 40$$

Portanto, depois da saída de 20% de mulheres, as mulheres passaram a ser $3k = 3 \cdot 40 = 120$ mulheres, o que representa 80% do valor original.

Chamando o valor original de mulheres de M , teremos

$$120 \text{ ----- } 80\%$$

$$M \text{ ----- } 100\%$$

Assim, $M = 150$ mulheres, ou seja, 30 mulheres saíram no intervalo.

Portanto, o número original de pessoas é igual a $320 + 30 = 350$ pessoas.

Gabarito: Certo

No Rio de Janeiro, foram entrevistadas várias pessoas acerca de suas preferências em relação a três raves; Master RJ (M), Nano Tech (N) e Primer RJ (P). Os resultados mostraram que:

- 420 pessoas gostam da rave M.
- 420 pessoas gostam da rave N.
- 500 pessoas gostam da rave P.
- 40 pessoas gostam das três raves.
- 200 pessoas não gostam de nenhuma das três raves.
- 120 pessoas gostam das raves M e N.
- 140 pessoas gostam das raves M e P
- 100 pessoas gostam das raves N e P.

Diante do exposto, julgue os itens 94 e 95

94. O número de pessoas que respondeu à pesquisa foi superior a 1200.

Comentários:

Farei uma solução por fórmula, porém é IMPRESCINDÍVEL que o aluno assista à solução em vídeo, pois farei uma solução visual.

$$n(M \cup N \cup P) = n(M) + n(N) + n(P) - n(M \cap N) - n(M \cap P) - n(N \cap P) + n(M \cap N \cap P)$$

$$n(M \cup N \cup P) = 420 + 420 + 500 - 120 - 140 - 100 + 40$$

$$n(M \cup N \cup P) = 1020$$

Lembremos que 200 pessoas não gostam de nenhuma das três raves, logo o total será igual a

$$1020 + 200 = 1220$$

Gabarito: Certo

95. A negação da proposição “Corujinha gosta da rave P e não gosta da rave M” é dada por “Se Corujinha não gosta da rave M então ela não gosta da rave P”.

Comentários:

Tradicionalmente, a negação do conectivo “OU” é feita com o conectivo “E” negando-se as duas proposições que o compõem. Assim:

$\sim(\text{Corujinha gosta da rave P E não gosta da rave M}) =$
Corujinha NÃO gosta da rave P OU gosta da rave M

Como a resposta veio com a CONDICIONAL (SE... ENTÃO...), devemos pegar a resposta que obtivemos e fazermos uma equivalência. Conforme a teoria, para transformarmos o conectivo “OU” em uma CONDICIONAL (SE... ENTÃO...) devemos utilizar a teoria do NEYMAR (NEGA A PRIMEIRA PROPOSIÇÃO E MANTÉM A SEGUNDA).

$\sim(\text{Corujinha gosta da rave P E não gosta da rave M}) =$
Corujinha NÃO gosta da rave P OU Corujinha gosta da rave M =
Se Corujinha gosta da rave P ENTÃO ela gosta da rave M

Podemos fazer outra equivalência, desta vez, transformando a CONDICIONAL (SE... ENTÃO...) em outra CONDICIONAL (SE... ENTÃO...). Para isso, usaremos a TEORIA DO X (INVERTE AS DUAS PROPOSIÇÕES E AS NEGA).

$\sim(\text{Corujinha gosta da rave P E não gosta da rave M}) =$
Corujinha NÃO gosta da rave P OU Corujinha gosta da rave M =
Se Corujinha gosta da rave P ENTÃO ela gosta da rave M =
Se Corujinha NÃO gosta da rave M ENTÃO ela não gosta da rave P.

A última proposição composta está de acordo com o enunciado.

Gabarito: Certo

96. Dos 72 servidores públicos de um setor do INSS, sabe-se que: apenas 14 são advogados, 44 são do sexo masculino e 22 são mulheres que não são advogadas.

Com base nessas afirmações, é correto afirmar que o número de homens que não são advogados é superior a 37.

Comentários:

Em primeiro lugar, aconselho que você assista à resolução em vídeo. Essa solução possui um forte apelo visual.

Se 44 são homens, então $72 - 44 = 28$ são mulheres.

Se 22 mulheres não são advogadas, então $28 - 22 = 6$ mulheres são advogadas.

Se há 14 advogados no total, então $14 - 6 = 8$ homens são advogados.

Se há 44 homens, então $44 - 8 = 36$ homens não são advogados.

Gabarito: Errado

A respeito da proposição “Com o significativo avanço do INSS na digitalização dos atendimentos nesta semana, não há quem não acredite no potencial de melhoria nos serviços públicos oferecidos aos cidadãos”, julgue os itens a seguir.

97. A negação da proposição apresentada pode ser escrita corretamente do seguinte modo: “Com o significativo avanço do INSS na digitalização dos atendimentos nesta semana, há quem acredite no potencial de melhoria nos serviços públicos oferecidos aos cidadãos”

Comentários:

Removendo as circunstâncias presentes na proposição original e explicitando somente a oração principal, podemos sintetizá-la da seguinte forma:

“Com o significativo avanço do INSS na digitalização dos atendimentos nesta semana, não há quem não acredite no potencial de melhoria nos serviços públicos oferecidos aos cidadãos”

“Não há **ISSO**”

Para negar essa proposição, basta remover o “não” da oração principal. Obtemos a seguinte negação:

“Há **ISSO**”

Retornando aos termos do enunciado, temos a seguinte negação:

“Há quem **não** acredite no potencial de melhoria nos serviços públicos oferecidos aos cidadãos”

Note que o item removeu o segundo “não”:

“Há quem acredite no potencial de melhoria nos serviços públicos oferecidos aos cidadãos”

Gabarito: Errado

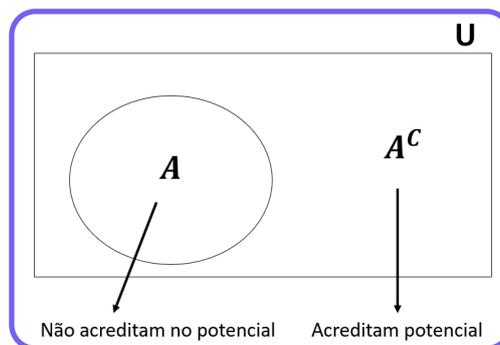
98. Se U é o conjunto de todas as pessoas e A é o conjunto das pessoas que não acreditam no potencial de melhoria nos serviços públicos oferecidos aos cidadãos, o conjunto das pessoas que acreditam no potencial de melhoria nos serviços públicos oferecidos aos cidadãos pode ser representado por $U - A$.

Comentários:

Observe que o universo U de todas as pessoas pode ser dividido em duas partes mutuamente exclusivas:

- Conjunto das pessoas que **não acreditam** no potencial de melhoria nos serviços públicos (**conjunto A**); e
- Conjunto das pessoas que **acreditam** no potencial de melhoria nos serviços públicos.

Ao representar o universo U e o conjunto A em um Diagrama de Venn, observe que o conjunto das pessoas que **acreditam** no potencial de melhoria nos serviços públicos é o conjunto complementar de A (**conjunto A^c**):



Da Teoria dos Conjuntos, sabemos que o complementar de um conjunto é o conjunto universo menos o conjunto original:

$$A^c = U - A$$

Portanto, é **CORRETO** afirmar que o conjunto das pessoas que **acreditam** no potencial de melhoria nos serviços públicos oferecidos aos cidadãos pode ser representado por $U - A$.

Gabarito: Certo

99. A proposição “Se há quem acredite e não há quem acredite no potencial de melhoria nos serviços públicos, então há quem acredite no potencial de melhoria nos serviços públicos” é uma tautologia.

Comentários:

Considere a seguinte proposição simples:

p: “Há quem acredite no potencial de melhoria nos serviços públicos”

Nesse caso, a proposição composta apresentada pode ser descrita por $(p \wedge \sim p) \rightarrow p$:

$(p \wedge \sim p) \rightarrow p$: “Se [(há quem acredite (no potencial de melhoria nos serviços públicos)) e (não há quem acredite no potencial de melhoria nos serviços públicos)], então [há quem acredite no potencial de melhoria nos serviços públicos]”

Observe que **o antecedente dessa condicional é sempre falso**, pois temos no antecedente a contradição $(p \wedge \sim p)$.

Nesse caso, a depender do valor lógico do consequente **p**, podemos ter as seguintes condicionais:

- Para **p** verdadeiro, temos **F → V**.
- Para **p** falso, temos **F → F**.

Note que essas duas possíveis condicionais são **verdadeiras**. Portanto, estamos diante de uma **proposição composta condicional sempre verdadeira**. Consequentemente, temos uma **tautologia**.

Gabarito: Certo

P: No momento da solicitação da aposentadoria, se o segurado não estiver com a carteira de identidade nem com a carteira de habilitação, então ele terá de retornar outro dia.

A partir da proposição precedente, julgue os itens a seguir.

100. Caso o segurado esteja com a carteira de habilitação, a proposição P será necessariamente verdadeira.

Comentários:

Considere as seguintes proposições simples:

- **i**: “O segurado está com a carteira de identidade.”
- **h**: “O segurado está com a carteira de habilitação.”
- **r**: “O segurado terá de retornar outro dia.”

Observe que “no momento da solicitação da aposentadoria” é uma circunstância que pode ser desconsiderada. Além disso, “nem” corresponde à conjunção “e” seguida da negação “não”. Logo, a proposição **P** pode ser descrita por $(\sim i \wedge \sim h) \rightarrow r$:

$(\sim i \wedge \sim h) \rightarrow r$: “Se [(o segurado **não** estiver com a carteira de identidade) e (não estiver com a carteira de habilitação)], então [ele terá de retornar outro dia].”

Observe que, **se de fato o segurado está com a carteira de habilitação**, temos que **h** é verdadeiro. Nesse caso, a condicional $(\sim i \wedge \sim h) \rightarrow r$ fica da seguinte forma:

$$\begin{aligned} &(\sim i \wedge \sim (V)) \rightarrow r \\ &(\sim i \wedge F) \rightarrow r \end{aligned}$$

A conjunção entre $\sim i$ e uma proposição falsa (**F**) é uma conjunção falsa, pois a conjunção só será verdadeira quando ambas as parcelas forem verdadeiras. Ficamos com:

$$F \rightarrow r$$

Sabemos que uma condicional só é falsa no caso $V \rightarrow F$. Como o antecedente é falso, essa condicional será verdadeira, qualquer que seja o valor de **r**, pois podemos ter somente os casos $F \rightarrow V$ ou $F \rightarrow F$. Portanto, a condicional é verdadeira:

$$V$$

Logo, é **CORRETO afirmar** que, caso o segurado esteja com a carteira de habilitação (caso **h** seja verdadeiro), a proposição **P** será necessariamente verdadeira.

Gabarito: Certo

101. A tabela-verdade associada à proposição P possui 16 linhas.

Comentários:

Conforme visto no item anterior, a proposição **P** apresenta três proposições simples:

- **i**: “O segurado está com a carteira de identidade.”
- **h**: “O segurado está com a carteira de habilitação.”
- **r**: “O segurado terá de retornar outro dia.”

O número de linhas da tabela-verdade de uma proposição composta é 2^n , em que **n** é o número de proposições simples distintas presentes na proposição composta. Para o caso em questão, temos $n=3$. Logo, o número de linhas é:

$$2^3 = 2 \times 2 \times 2 = 8$$

Gabarito: Errado

102. A negação da proposição P pode ser descrita por “No momento da solicitação da aposentadoria, o segurado não está com a carteira de identidade, nem com a carteira de habilitação e não tem de retornar outro dia”.

Comentários:

Considere as seguintes proposições simples:

- **i**: “O segurado está com a carteira de identidade.”
- **h**: “O segurado está com a carteira de habilitação.”
- **r**: “O segurado terá de retornar outro dia.”

Observe que “no momento da solicitação da aposentadoria” é uma circunstância que pode ser desconsiderada. Além disso, “nem” corresponde à conjunção “e” seguida da negação “não”. Logo, a proposição **P** pode ser descrita por $(\sim i \wedge \sim h) \rightarrow r$:

$(\sim i \wedge \sim h) \rightarrow r$: “Se [(o segurado **não** estiver com a carteira de identidade) e (não estiver com a carteira de habilitação)], então [ele terá de retornar outro dia].”

Para realizar a negação de uma condicional, usa-se a equivalência $\sim(p \rightarrow q) \equiv p \wedge \sim q$. Para aplicar essa equivalência, devemos seguir o seguinte procedimento:

- Mantém-se o primeiro termo;
- Troca-se a condicional (\rightarrow) pela conjunção (\wedge); e
- Nega-se o segundo termo.

Para o caso em questão, temos:

$$\sim[(\sim i \wedge \sim h) \rightarrow r] \equiv (\sim i \wedge \sim h) \wedge \sim r$$

Logo, ficamos com a seguinte negação:

$(\sim i \wedge \sim h) \wedge \sim r$: “[O segurado **não** está com a carteira de identidade] e [o segurado **não** está com a carteira de habilitação] e [o segurado **não** tem de retornar outro dia].”

Omitindo-se a repetição do termo “o segurado” e do verbo “estar”, bem como substituindo o primeiro “e... não” pela palavra “nem”, ficamos com:

$(\sim i \wedge \sim h) \wedge \sim r$: “[O segurado **não** está com a carteira de identidade] [nem com a carteira de habilitação] e [não tem de retornar outro dia].”

Incluindo a circunstância “no momento da solicitação da aposentadoria”, que permanece inalterada, temos:

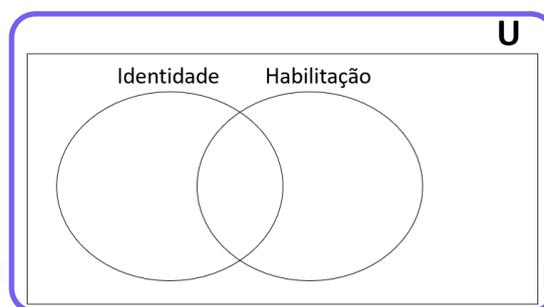
$(\sim i \wedge \sim h) \wedge \sim r$: “No momento da solicitação da aposentadoria, [o segurado **não** está com a carteira de identidade] [nem com a carteira de habilitação] e [não tem de retornar outro dia].”

Gabarito: Certo

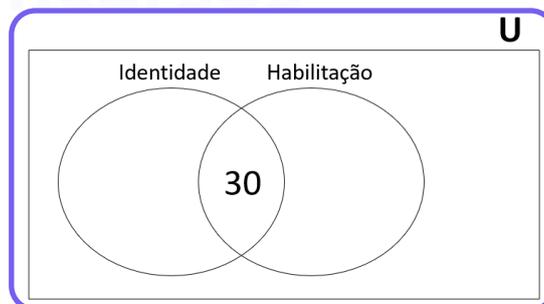
103. Em uma agência do INSS, do total de solicitantes de aposentadoria, 100 pessoas portavam a carteira de identidade, 70 pessoas portavam a carteira de habilitação, 30 portavam as carteiras de identidade e de habilitação e 45 não portavam nenhum desses dois documentos. Nessa situação, é correto afirmar que o número total de solicitantes foi superior a 200.

Comentários:

Temos uma questão de Teoria dos Conjuntos. Para resolvê-la, vamos desenhar um Diagrama de Venn.



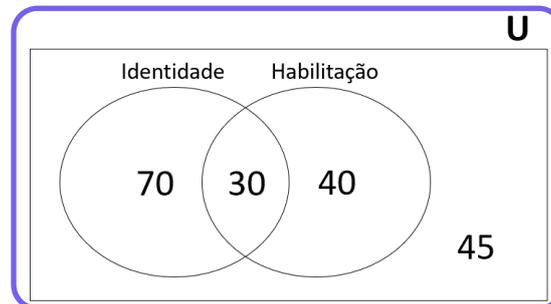
Para preencher o diagrama, é necessário começar pela região em que há intersecção. Segundo o problema, **30 pessoas portavam as carteiras de identidade e de habilitação**. Ficamos com:



Além disso, note que:

- **100 pessoas portavam a carteira de identidade**. Logo, $100 - 30 = 70$ portavam somente a carteira de identidade.
- **70 pessoas portavam a carteira de habilitação**. Logo, $70 - 30 = 40$ portavam somente a carteira de habilitação.
- **45 pessoas não portavam nenhum dos dois documentos**.

Preenchendo o diagrama, temos:



O número total de solicitantes corresponde à soma das regiões do diagrama:

$$70+30+40+45 = 185 \text{ solicitantes}$$

Logo, é **ERRADO** afirmar que o número total de solicitantes foi superior a 200.

Gabarito: Errado

De uma pequeníssima amostra de 120 alunos do Estratégia Concursos, verificou-se que 60 farão prova para o INSS, 40, para o MPU, e 40, para outros concursos. Verificou-se, também, que alguns farão concurso para o INSS e para o MPU. Acerca dessa situação, julgue os itens seguintes.

104. Mais de 20 alunos farão prova para o INSS e para o MPU.

Comentários:

Somando os valores do enunciado, $60 + 40 + 40 = 140$. Sabemos que há apenas 120 alunos. Portanto, a diferença $140 - 120 = 20$ alunos são os alunos que farão os concursos do INSS e do MPU.

Gabarito: Errado

105. Selecionando-se ao acaso dois alunos do curso, a probabilidade de que ambos façam prova para o INSS e para o MPU será inferior a 2 %.

Comentários:

A Probabilidade de que o primeiro aluno faça a prova para as duas instituições é igual a $20/120 = 1/6$.

A Probabilidade de que o segundo aluno faça a prova para as duas instituições é igual a $19/119$.

Logo a probabilidade de que os dois alunos façam prova para as duas instituições é:

$$(1/6) \times (19/119) = 19/714$$

A banca afirmou que tal probabilidade é inferior a 2%.

$$19/714 < 2/100$$

Cruzando os valores:

$$1900 < 1498$$

Gabarito: Errado

106. A quantidade de maneiras distintas de se selecionarem três alunos que não farão prova nem para o INSS e nem para o MPU é inferior a 10.000.

Comentários:

Como a ordem não importa, utilizaremos combinações simples.

$$C(40,3) = (40 \times 39 \times 38)/(3 \times 2 \times 1) = 9880$$

Gabarito: Certo

Dos 5.000 candidatos inscritos para determinado cargo, 800 foram eliminados pelos procedimentos de investigação social; 4.500 foram desclassificados na primeira etapa; 50 foram reprovados no curso de formação (segunda etapa), apesar de não serem eliminados na investigação social, e os outros eliminados durante o curso de formação também foram eliminados na investigação social; 350 foram nomeados; todos os classificados na primeira etapa e não eliminados na investigação social até o momento da matrícula no curso de formação foram convocados para a segunda etapa; todos os aprovados no curso de formação e não eliminados na investigação social foram nomeados.

Tendo como referência esses dados hipotéticos, julgue os itens a seguir.

107. Infere-se das informações apresentadas que 50 candidatos foram reprovados no curso de formação e também eliminados no processo de investigação social.

Comentários:

Lembremos que 500 pessoas passaram para a segunda etapa. Dessas, 50 foram eliminadas na segunda etapa MAS NÃO FORAM ELIMINADAS na investigação social.

Como no final, somente 350 foram nomeados, concluímos que $500 - 50 - 350 = 100$ candidatos foram eliminados na segunda etapa (curso de formação) e também eliminados no processo de investigação social.

Gabarito: Errado

108. Se um candidato inscrito para o referido cargo for selecionado ao acaso, então a probabilidade de ele ter sido eliminado no processo de investigação social será inferior a 20%.

Comentários:

Lembremos que 800 pessoas foram eliminadas na investigação social. A probabilidade de um candidato ter sido eliminado no processo de investigação social é dada por:

$$P = \text{quero}/\text{total} = 800/5000 = 0,16 = 16\%$$

Gabarito: Certo

No argumento seguinte, as proposições P1, P2, P3 e P4 são as premissas, e C é a conclusão.

- P1: “Se há carência de recursos tecnológicos no setor Alfa, então o trabalho dos servidores públicos que atuam nesse setor pode ficar prejudicado.”.
- P2: “Se há carência de recursos tecnológicos no setor Alfa, então os beneficiários dos serviços prestados por esse setor podem ser mal atendidos.”.
- P3: “Se o trabalho dos servidores públicos que atuam no setor Alfa fica prejudicado, então os servidores públicos que atuam nesse setor padecem.”.
- P4: “Se os beneficiários dos serviços prestados pelo setor Alfa são mal atendidos, então os beneficiários dos serviços prestados por esse setor padecem.”.
- C: “Se há carência de recursos tecnológicos no setor Alfa, então os servidores públicos que atuam nesse setor padecem e os beneficiários dos serviços prestados por esse setor padecem.”.

Considerando esse argumento, julgue os itens seguintes.

109. Se a proposição P4 for verdadeira, então a proposição “Os beneficiários dos serviços prestados pelo setor Alfa são mal atendidos.” será, necessariamente, verdadeira.

Comentários:

Se a proposição “Os beneficiários dos serviços prestados pelo setor Alfa são mal atendidos” for FALSA e se a proposição “os beneficiários dos serviços prestados por esse setor padecem” também for FALSA, então a proposição P4 será verdadeira, ou seja, a veracidade da proposição P4 não garante a veracidade da proposição “Os beneficiários dos serviços prestados pelo setor Alfa são mal atendidos.”

Gabarito: Errado

110. Se a proposição “O trabalho dos servidores públicos que atuam nesse setor pode ficar prejudicado.” for falsa e a proposição “Há carência de recursos tecnológicos no setor Alfa.” for verdadeira, então a proposição P1 será falsa.

Comentários:

Seguindo as valorações do item, a proposição P1 ficará:

$V \rightarrow F$ o que levará à proposição composta FALSA.

Gabarito: Certo

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Tomando por base o regramento contido no Decreto 1.171/1994 e demais preceitos sobre ética no serviço público, julgue os quatro itens a seguir.

111. O servidor público tem o dever de apresentar comportamentos e atitudes direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos, tanto no exercício do seu cargo como também fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal.

Comentários:

O item está correto. Segundo o Decreto nº 1.171/94, na seção sobre as Regras Deontológicas, temos que:

I - A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, **seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele**, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

Nesse sentido, o decreto deixa claro que a **função pública** deve ser tida como exercício profissional e, portanto, **se integra na vida particular de cada servidor público**. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

Gabarito: Certo

112. O servidor não pode omitir ou falsear a verdade, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.

Comentários:

É isso mesmo:

Decreto nº 1.171/94, Capítulo I, VIII - Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação.

Gabarito: Certo

113. É dever fundamental do servidor público exercer suas atribuições com rapidez e perfeição, embora nada se exija quanto à organização e limpeza do seu local de trabalho.

Comentários:

O item está em desacordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal:

Decreto nº 1.171/94, Capítulo I, XIV - São **deveres** fundamentais do servidor público: (...)

n) **manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho**, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição;

Gabarito: Errado

114. É vedado ao servidor público resistir às pressões de superiores hierárquicos, de contratantes e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.

Comentários:

O item está em desacordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal:

Decreto nº 1.171/94, Capítulo I, XIV - São deveres fundamentais do servidor público:

i) resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las;

Gabarito: Errado

115. O servidor sujeita-se à pena de censura pelo descumprimento dos preceitos contidos no Código de Ética.

Comentários:

O item está correto. A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de **censura** e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso (Decreto 1.171/1994, item XXII).

Gabarito: Certo

Tomando por base o Decreto 1.171/1994, analise as assertivas abaixo.

116. O servidor público deve evitar qualquer ação que possa prejudicar a imagem do serviço público, ainda que o prejuízo causado seja de ordem exclusivamente privada.

Comentários:

O Decreto 1.171/1994 exige que o servidor público evite qualquer comportamento que possa comprometer a imagem e a credibilidade do serviço público. Mesmo em situações de caráter privado, o servidor deve agir com ética, pois a sua conduta reflete sobre o serviço público de maneira geral.

Decreto 1.171/1994 - "II - O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto."

Gabarito: Certo

117. O servidor público deve buscar a eficiência no desempenho de suas funções, mas a legalidade e a moralidade podem ser flexibilizadas em situações excepcionais para atender ao interesse público.

Comentários:

O Decreto exige que o servidor público sempre atue com observância aos princípios da legalidade, moralidade e eficiência, sem flexibilizar nenhum desses princípios, mesmo em situações excepcionais. O interesse público não pode justificar a violação de preceitos éticos ou legais.

Decreto 1.171/1994 - "III - A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo."

Gabarito: Errado

118. O servidor público pode utilizar recursos públicos para fins particulares, desde que com autorização prévia da chefia imediata.

Comentários:

O servidor público jamais pode utilizar recursos públicos para fins particulares, ainda que haja autorização de sua chefia imediata.

Gabarito: Errado

119. Exige-se que o servidor público mantenha discrição em sua vida privada, pois sua conduta fora do ambiente de trabalho pode influenciar na imagem da função pública que exerce.

Comentários:

O Decreto estabelece que a função pública se estende para a vida privada do servidor, e sua conduta fora do ambiente de trabalho pode afetar o conceito de probidade e respeito pela função pública. Portanto, a vida privada também deve ser condizente com os padrões éticos esperados:

Decreto 1.171/1994 - "VI - A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional."

Gabarito: Certo

120. Um dos princípios éticos é o dever do servidor público de agir com cortesia e respeito, inclusive com os cidadãos que não concordam com as políticas adotadas pela Administração Pública.

Comentários:

A cortesia e o respeito são princípios que devem reger a conduta do servidor público, independentemente das circunstâncias, incluindo situações em que haja divergência de opiniões ou críticas às políticas da Administração. O servidor deve tratar todos os cidadãos com dignidade e atenção.

Decreto 1.171/1994 - IX - A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina. Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral. Da mesma forma, causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao Estado, mas a todos os homens de boa vontade que dedicaram sua inteligência, seu tempo, suas esperanças e seus esforços para construí-los.

Gabarito: Certo

Julgue os itens a seguir tendo por base os ditames dos Decretos nº 1.171/94 e 6.029/07 que tratam sobre ética no serviço público:

121. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal é aplicável aos empregados de sociedades de economia mista que desempenhem atividades de interesse público.

Comentários:

O Decreto nº 1.171/1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, estende sua aplicação aos servidores e empregados de entidades que desempenham funções vinculadas ao interesse estatal.

O art. XXIV do Anexo especifica que "servidor público", para fins de comprometimento ético, abrange todos aqueles que prestam serviços direta ou indiretamente ligados ao poder estatal, incluindo empregados de sociedades de economia mista.

Gabarito: Certo

122. É vedado ao servidor efetivo de uma autarquia federal retirar documentos pertencentes ao patrimônio público do ambiente de trabalho em qualquer circunstância.

Comentários:

O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171/1994, estabelece, no art. XV, alínea "I", que é vedado ao servidor público retirar documentos, livros ou bens pertencentes ao patrimônio público sem autorização legal.

Dessa forma, percebe-se que a vedação não é absoluta, permitindo a retirada de tais documentos quando devidamente autorizado.

Gabarito: Errado

123. Nos termos do Decreto nº 1.171/1994, as penalidades aplicáveis ao servidor público pela Comissão de Ética incluem advertência, suspensão e demissão.

Comentários:

De acordo com o Decreto nº 1.171/1994, a única penalidade que pode ser aplicada pela Comissão de Ética é a de **censura**, conforme disposto no art. XXII do Anexo.

Gabarito: Errado

124. A formação de longas filas ou qualquer outra espécie de atraso, decorrente de ação ou omissão de servidor público federal, caracteriza, principalmente, grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.

Comentários:

O Código de Ética dispõe no item X do Capítulo I que deixar qualquer pessoa à espera de solução, permitindo a formação de longas filas ou atrasos, não configura apenas uma atitude contra a ética ou desumanidade, **mas, principalmente, grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.**

Gabarito: Certo

125. A Comissão de Ética Pública (CEP) é composta por cinco brasileiros, escolhidos pelo Presidente da República, com mandatos de três anos, sendo permitida uma única recondução.

Comentários:

Conforme o art. 3º do Decreto nº 6.029/2007, a Comissão de Ética Pública (CEP) é composta por sete brasileiros que atendam aos requisitos de idoneidade moral, reputação ilibada e notória experiência em administração pública, designados pelo Presidente da República. Os mandatos são de três anos, não coincidentes, sendo permitida uma única recondução. A questão está incorreta porque menciona um número errado de membros, afirmando que são cinco, enquanto o correto são sete.

Gabarito: Errado

Julgue os itens a seguir tendo por base os ditames dos Decretos nº 1.171/94 e 6.029/07 que tratam sobre ética no serviço público:

126. O Sistema de Gestão da Ética, instituído pelo Decreto nº 6.029/2007, aplica-se exclusivamente aos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal, excluindo empregados públicos de empresas públicas e sociedades de economia mista.

Comentários:

O Decreto nº 1.171/1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, estende sua aplicação aos servidores e empregados de entidades que desempenham funções vinculadas ao interesse estatal.

O art. XXIV do Anexo especifica que "servidor público", para fins de comprometimento ético, abrange todos aqueles que prestam serviços direta ou indiretamente ligados ao poder estatal, incluindo empregados de sociedades de economia mista.

Gabarito: Errado

127. Conforme disposto no Decreto nº 6.029/2007, compete às Comissões de Ética do Sistema de Gestão da Ética aplicar penalidades de suspensão ou demissão aos agentes públicos que violem normas de conduta ética previstas no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Comentários:

As Comissões de Ética não possuem competência para aplicar penalidades como suspensão ou demissão. A única penalidade prevista é a de censura.

Gabarito: Errado

128. De acordo com o Decreto nº 1.171/1994, é vedado ao servidor público utilizar informações privilegiadas obtidas em razão de seu cargo para obter vantagens pessoais ou para terceiros, sendo tal conduta passível de aplicação da pena de demissão pela Comissão de Ética.

Comentários:

É proibido o uso de informações privilegiadas para obter vantagens pessoais ou para terceiros, considerando tal prática antiética e passível de censura pela Comissão de Ética. Contudo, penalidades como demissão não estão no escopo das competências das Comissões de Ética.

Gabarito: Errado

129. É obrigação do servidor público resistir a pressões de superiores hierárquicos que objetivem obter vantagens indevidas em razão de suas funções, denunciando eventuais práticas antiéticas ou imorais às autoridades competentes.

Comentários:

O Decreto nº 1.171/1994 estabelece no Capítulo I, inciso XIV, expressamente o que está no enunciado, portanto cópia literal.

Gabarito: Certo

130. A Comissão de Ética Pública (CEP), instituída pelo Decreto nº 6.029/2007, é composta por sete membros brasileiros, escolhidos pelo Presidente da República, com mandato de três anos, sendo permitida uma única recondução.

Comentários:

Conforme o art. 3º do Decreto nº 6.029/2007, a Comissão de Ética Pública (CEP) é composta por sete brasileiros que atendam aos requisitos de idoneidade moral, reputação ilibada e notória experiência em administração

pública, designados pelo Presidente da República. Os mandatos são de três anos, não coincidentes, sendo permitida uma única recondução. A questão está incorreta porque menciona um número errado de membros, afirmando que são cinco, enquanto o correto são sete.

Gabarito: Certo

Julgue os itens subsequentes com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal — Decreto nº 1.171/1994.

131. A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o interesse da administração pública.

Comentários:

A afirmativa está equivocada, pois informa que o objetivo é sempre o interesse da administração pública, quando, na realidade, **o foco deve ser o bem comum**. O interesse da administração deve estar a serviço da sociedade, e não o contrário.

*“III - A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que **o fim é sempre o bem comum**. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.”*

Gabarito: Errado

132. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal estabelece eixos deontológicos fundamentais para orientar a conduta dos agentes públicos. Entre esses eixos, destaca-se a consideração de que faltas injustificadas ao trabalho desmoralizam o serviço público e causam desordem às relações interpessoais.

Comentários:

A afirmativa está correta, pois está de acordo com o inciso XII da Seção das Regras Deontológicas:

*“XII - **Toda ausência injustificada** do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.”*

Gabarito: Certo

133. A sanção prevista para a violação dos deveres fundamentais, estabelecidos no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é a pena de repreensão.

Comentários:

Embora apresente semelhança com a censura, a repreensão não é o termo empregado no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. A denominação correta e prevista legalmente no Decreto nº 1.171/1994 é censura.

*“XXII - A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de **censura** e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.”*

Portanto, a afirmativa está equivocada.

Gabarito: Errado

134. Úrsula, servidora pública vinculada a um órgão previdenciário federal, com o intuito de minimizar sua carga de trabalho, forneceu informações imprecisas a cidadãos que buscaram atendimento, alegando que a demanda apresentada não encontrava respaldo na legislação vigente. Apesar da inconsistência das informações prestadas, ela não sofreu sanção disciplinar, sob a justificativa de que sua conduta não foi motivada por má-fé, mas sim por desconhecimento das atualizações legislativas aplicáveis ao caso.

Do ponto de vista ético, sua conduta configura uma infração aos deveres fundamentais do servidor público, independentemente da análise sob a perspectiva disciplinar, tornando-o passível de pena de censura.

Comentários:

Nos termos do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é dever do servidor atuar com diligência e zelo no desempenho de suas atribuições. Ainda que Úrsula sustente a ausência de má-fé em sua conduta, sua negligência em se manter atualizada quanto à legislação vigente configura descumprimento de um dever fundamental inerente ao serviço público.

Dessa forma, independentemente de eventual enquadramento disciplinar, sua conduta caracteriza uma infração ética, passível de pena de censura, pois compromete a qualidade e a fidedignidade das informações prestadas à população, pilares essenciais da atuação do agente público.

“XIV - São deveres fundamentais do servidor público: (...)

*q) **manter-se atualizado** com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções;”*

Portanto, a afirmativa está correta.

Gabarito: Certo

135. A participação do servidor em greve é vedada enquanto não houver legislação infraconstitucional que regulamente seus limites. No entanto, permanece assegurado o direito de manifestação e reivindicação, garantindo a expressão de posicionamentos e demandas dentro dos parâmetros éticos e institucionais estabelecidos.

Comentários:

O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal não veda o direito de greve, mas reconhece que seu exercício está sujeito a limitações decorrentes da necessidade de exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva.

*“XIV - São **deveres** fundamentais do servidor público: (...)*

*j) zelar, no **exercício do direito de greve**, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva;*”

Portanto, a afirmativa está errada.

Gabarito: Errado

DIREITO ADMINISTRATIVO

Tomando por base o Regime Jurídico Único dos servidores federais, analise as afirmações a seguir.

136. Para que seja cabível a reversão a pedido do servidor público estável, é necessário que a aposentadoria tenha ocorrido dentro dos cinco anos anteriores à solicitação.

Comentários:

A **reversão** consiste no **retorno à atividade** do servidor que estava **aposentado** (Lei 8.112, art. 25). Tratando-se da **reversão a pedido**, a legislação requer o atendimento aos seguintes requisitos:

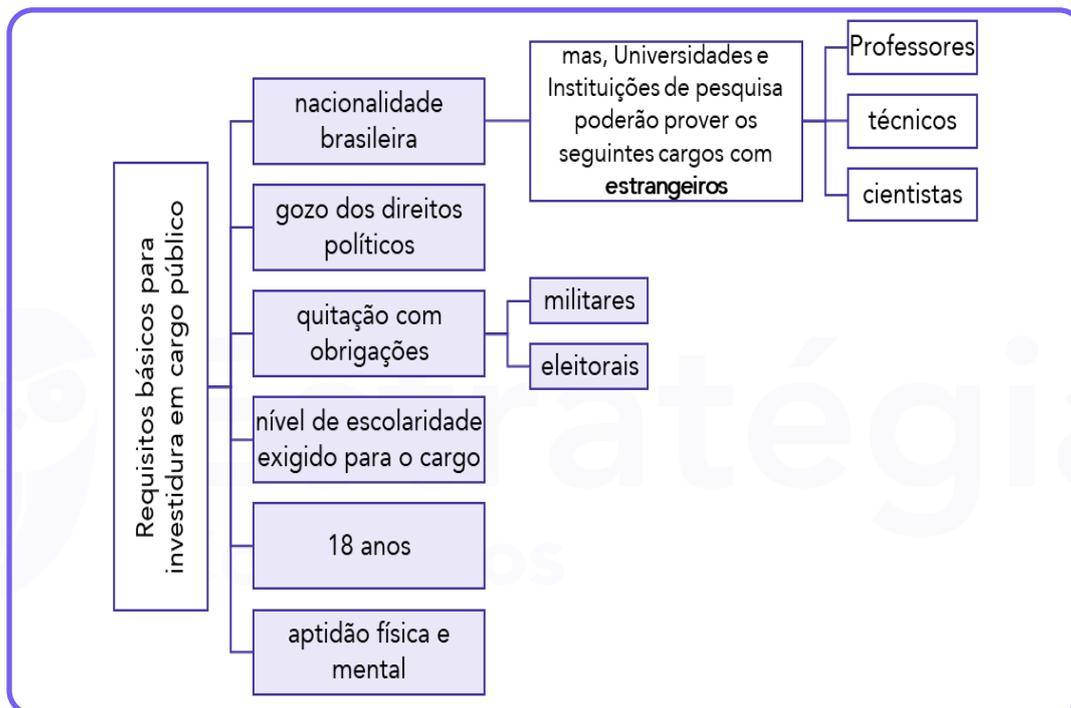
- 1) o servidor tenha solicitado
 - 2) a aposentadoria tenha sido **voluntária**
 - 3) o servidor era **estável**, quando na atividade
 - 4) a aposentadoria tenha ocorrido nos **5 anos** anteriores à solicitação
 - 5) **exista cargo vago** (ou seja, diferentemente da readaptação e da reversão de ofício, aqui não há o ‘excedente’)
- Além desses requisitos, lembro que **não ocorrerá a reversão** se o aposentado já tiver completado **70 anos** de idade (art. 27).

Gabarito: Certo

137. A quitação com obrigações fiscais e tributárias é requisito básico para investidura em cargo público federal.

Comentários:

O artigo 5º da Lei 8.112 prevê os requisitos básicos para a **posse** no cargo (investidura):



Portanto, o item está incorreto, visto que **não** se exige certidão de quitação de pagamento de dívidas (quitação com as obrigações cíveis) para se tomar posse no cargo. Na verdade, exigem-se quitações com **obrigações militares e eleitorais**.

Gabarito: Errado

Suponha que Romeu, servidor público, resida em local desconhecido com sua esposa Julieta. Romeu foi intimado pelo órgão competente quanto à existência de processo administrativo disciplinar contra sua pessoa. Ao receber a referida intimação, percebeu que teria que comparecer ao órgão no dia seguinte.

Tomando por base a referida situação hipotética e, de acordo com as disposições da Lei federal nº 9.784/99, julgue os itens a seguir:

138. A intimação é nula, porquanto foi realizada sem observância dos requisitos legais, inobstante o comparecimento de Romeu ao órgão tenha o condão de suprir sua irregularidade.

Comentários:

A alternativa está **correta**. De acordo com o art. 26, § 2º, da Lei nº 9.784/99, a intimação deve observar a antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento.

§ 2º A intimação observará a antecedência mínima de **três dias úteis** quanto à data de comparecimento.

Como a intimação foi feita sem observar o requisito legal previsto acima, ela se torna nula. Entretanto, essa nulidade é afastada caso o interessado compareça ao local previsto na intimação. Vejamos o que diz o art. 26, § 5º, da Lei nº 9.784/99:

§ 5º As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, **mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.**

Gabarito: Certo

139. Pode-se presumir que Romeu tomou ciência da intimação por meio de publicação realizada no Diário Oficial.

Comentários:

A alternativa está **correta**. É o que diz o art. 26, § 4º, da Lei nº 9.784/99:

§4º No caso de interessados indeterminados, **desconhecidos** ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada **por meio de publicação oficial**.

Gabarito: Certo

140. Caso Romeu desatenda a comunicação, restaria reconhecida a verdade dos fatos alegados no processo.

Comentários:

A alternativa está **incorreta**. É o que diz o art. 27 da Lei nº 9.784/99 e o art. 23 da Lei nº 5.427/09. Vejamos:

Art. 27. O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.

Parágrafo único. No prosseguimento do processo, será garantido direito de ampla defesa ao interessado.

Gabarito: Errado

Tomando por base a regulamentação atinente à improbidade administrativa e ao controle e responsabilização estatal, julgue os itens a seguir.

141. Caracteriza ato de improbidade administrativa, na modalidade violação a princípio, a nomeação de parente de primeiro grau, da autoridade nomeante, para o exercício de cargo em comissão na administração pública.

Comentários:

O item está correto, visto que, após a Lei 14.230/2021, o nepotismo constitui ato de improbidade pertencente à categoria de **violação a princípio** (art. 11):

art. 11, XI - nomear cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas;

De toda forma, vale lembrar que:

art. 11, § 5º Não se configurará improbidade a mera nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos, sendo necessária a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente.

Gabarito: Certo

142. Não cabe ao Poder Judiciário, em sua função típica, examinar a razoabilidade dos atos administrativos, na medida em que tal aspecto se insere dentro do controle de mérito da atuação estatal.

Comentários:

O item está incorreto por um detalhe: o princípio da razoabilidade é **requisito de validade** (de legitimidade) dos atos administrativos. Assim, o Poder Judiciário está autorizado a avaliar a razoabilidade de um ato administrativo, na medida em que se trata de controle de legalidade e legitimidade da atuação estatal.

Gabarito: Errado

143. Mandado de segurança é instrumento pelo qual se realiza controle administrativo da atuação da Administração Pública.

Comentários:

O item está errado, na medida em que o mandado de segurança é instrumento do **controle judicial**.

Gabarito: Errado

144. A imperatividade é um atributo presente em todos os atos administrativos, independentemente de seu conteúdo, permitindo que a Administração Pública imponha obrigações a terceiros, sem a necessidade de concordância.

Comentários:

A imperatividade é o atributo dos atos administrativos que permite à Administração Pública impor obrigações a terceiros de forma unilateral, sem a necessidade de concordância. No entanto, esse atributo não está presente em todos os atos administrativos. Ele se aplica apenas àqueles que impõem obrigações ou restrições aos administrados, como uma multa ou uma ordem de fiscalização. Os atos que concedem direitos (como licenças, autorizações) ou os atos enunciativos (como certidões, pareceres) não possuem o atributo da imperatividade.

Gabarito: Errado

145. Entre os elementos dos atos administrativos, o motivo refere-se à situação de fato e de direito que autoriza a prática do ato, enquanto o objeto é o próprio efeito jurídico produzido pelo ato.

Comentários:

A estrutura dos atos administrativos é composta por cinco elementos essenciais: competência, finalidade, forma, motivo e objeto. O motivo é a situação de fato e de direito que justifica a prática do ato administrativo, ou seja, os elementos fáticos e jurídicos que levam a administração a agir. O objeto, por sua vez, é o conteúdo do ato, aquilo que ele se propõe a alterar no mundo jurídico, sendo o seu efeito imediato.

Exemplos do objeto nos atos administrativos:

- **Nomeação de servidor público:** O objeto é a investidura do indivíduo no cargo público, criando o vínculo entre o servidor e a Administração.
- **Aplicação de uma multa:** O objeto é a imposição de uma obrigação pecuniária ao administrado, gerando um débito a ser quitado.

Gabarito: Certo

146. O poder hierárquico permite à Administração Pública fiscalizar os atos de seus subordinados e aplicar sanções aos particulares que mantêm vínculo jurídico específico com a Administração.

Comentários:

O **poder hierárquico** refere-se à organização interna da Administração, permitindo a fiscalização, controle, delegação e avocação de funções entre servidores. Ele não abrange a aplicação de sanções a particulares. A aplicação de sanções a **particulares** com vínculo específico com a Administração é competência do **poder disciplinar**, não do hierárquico. Assim, a assertiva está incorreta ao atribuir ao poder hierárquico uma função que pertence ao poder disciplinar.

Gabarito: Errado

147. Na organização administrativa, a descentralização implica a criação de novas pessoas jurídicas, enquanto a desconcentração refere-se à distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica.

Comentários:

A **descentralização** é a transferência de atividades ou serviços do Estado para outras pessoas jurídicas, como autarquias, fundações e empresas estatais, que passam a desempenhar funções específicas de maneira autônoma, criando a Administração Indireta. Já a **desconcentração** é a técnica administrativa usada para organizar internamente as competências de uma única pessoa jurídica, como a criação de órgãos subordinados dentro de ministérios ou secretarias, sem formar uma nova pessoa jurídica. Assim, a assertiva está correta ao distinguir os conceitos de descentralização e desconcentração.

Gabarito: Certo

148. O controle interno é exercido no âmbito do próprio Poder que pratica o ato, enquanto o controle externo é realizado por um Poder diferente daquele que praticou o ato, como no caso do controle do Legislativo sobre o Executivo.

Comentários:

O **controle interno** é aquele que ocorre dentro do mesmo Poder que executa a atividade administrativa, sendo realizado pela própria entidade ou órgão responsável, como o controle de legalidade ou mérito exercido no âmbito do Poder Executivo sobre seus próprios atos. Já o **controle externo** é aquele realizado por um órgão de outro Poder, como o controle exercido pelo Congresso Nacional sobre os atos do Executivo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União. A assertiva está correta ao definir essas diferenças.

Gabarito: Certo

149. Tanto os agentes honoríficos quanto os agentes credenciados atuam sem vínculo empregatício com a Administração Pública, sendo ambos remunerados por suas funções, já que representam o Estado em atividades de interesse público.

Comentários:

A assertiva confunde os conceitos ao afirmar que **agentes honoríficos** e **agentes credenciados** são ambos remunerados. Na verdade, os **agentes honoríficos** exercem funções públicas de forma transitória e **não são remunerados**, sendo convocados por sua honorabilidade ou cívica, como os mesários eleitorais. Já os **agentes credenciados** são nomeados para representar a Administração em missões específicas e **recebem remuneração** por suas atividades. Portanto, a afirmação está incorreta ao igualar a remuneração de ambos os tipos de agentes.

Gabarito: Errado

Julgue o item a seguir quanto à legalidade da conduta adotada pela Administração Pública:

150. Ana, servidora pública federal, recebeu uma gratificação por desempenho com base em um ato administrativo. Dois anos depois, a Administração verificou que houve um erro no cálculo dessa gratificação, o que a tornou ilegal. Diante disso, a Administração anulou o ato e cessou o pagamento da gratificação, garantindo a Ana o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Comentários:

A Administração Pública pode **anular** seus atos quando houver **ilegalidade**, em exercício de seu poder de **autotutela**, conforme a **Lei 9.784/1999**. No entanto, a anulação de atos que geram efeitos favoráveis ao administrado, como no caso de Ana, exige o respeito aos princípios do **contraditório** e da **ampla defesa**, conforme o artigo 53 da referida lei. Ao assegurar esses direitos antes de anular o ato, a Administração agiu de forma correta.

Gabarito: Certo

151. Durante uma perseguição policial, um veículo oficial colidiu com o carro de Lucas, que estava corretamente estacionado em uma via pública. Embora o policial tenha agido no estrito cumprimento do dever legal e sem qualquer imprudência, Lucas teve seu veículo danificado. Nesse caso, o Estado deve responder objetivamente pelos danos causados ao veículo de Lucas, independentemente da conduta culposa ou dolosa do agente.

Comentários:

A responsabilidade civil do Estado, em regra, é **objetiva**, baseada na **teoria do risco administrativo**. Nessa teoria, basta a comprovação do **dano** e do **nexo de causalidade** entre a ação estatal e o prejuízo causado para que o Estado seja obrigado a indenizar, independentemente de culpa ou dolo do agente público. No caso apresentado, apesar de o policial ter agido corretamente e sem culpa, o Estado deve indenizar Lucas pelos danos causados ao seu veículo, pois o dano decorreu de uma atuação estatal.

Gabarito: Certo

152. O princípio da continuidade do serviço público admite a paralisação de serviços essenciais em caso de greve de servidores, desde que mantido o atendimento mínimo às necessidades inadiáveis da comunidade.

Comentários:

Em regra, os serviços públicos não devem ser interrompidos, em razão do princípio da continuidade do serviço público. Contudo, não violam o princípio da continuidade as paralisações em casos de greve, desde que ocorra a manutenção dos serviços essenciais.

Gabarito: Certo

153. O ato administrativo discricionário, mesmo praticado com margem de liberdade, deve respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Comentários:

Mesmo os atos discricionários, que envolvem liberdade de escolha, devem respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, conforme preconizam as normas de Direito Administrativo e a jurisprudência.

Gabarito: Certo

154. O poder regulamentar permite à administração pública editar atos gerais e abstratos, inclusive para criar direitos e obrigações que não estejam previstos em lei, desde que o interesse público assim o justifique.

Comentários:

O poder regulamentar permite à Administração editar atos gerais e abstratos, mas não pode criar direitos e obrigações não previstos em lei, sob pena de violar o princípio da legalidade.

Gabarito: Errado

155. A administração pública pode exigir caução prévia para o exercício do direito de petição, considerando a complexidade de alguns atos administrativos que demandam custos elevados para sua análise.

Comentários:

O direito de petição é garantido constitucionalmente e independe de caução ou qualquer outro tipo de pagamento, conforme o art. 5º, inciso XXXIV, alínea "a", da CF/88.

Gabarito: Errado

156. A descentralização por delegação ou colaboração configura a transferência do exercício de serviços públicos delegáveis, em relação não hierarquizada e com a manutenção da titularidade do serviço com o Estado.

Comentários:

Na delegação ou colaboração, transfere-se apenas o exercício da competência a particulares, mas a titularidade do serviço permanece com o Estado. Ademais, em todas as formas de descentralização, não existe hierarquia.

Gabarito: Certo

157. No âmbito da administração pública, a anulação de um ato administrativo ilegal pode ser realizada tanto pela própria administração quanto pelo Poder Judiciário, com efeitos retroativos (*ex tunc*).

Comentários:

A anulação de atos administrativos ilegais pode ser feita pela própria administração ou pelo Poder Judiciário, e seus efeitos são retroativos (*ex tunc*), desconstituindo o ato desde a sua origem.

Gabarito: Certo

Acerca do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, nos termos da Lei nº 8.112/1990, julgue os itens a seguir.

158. Quando um servidor é absolvido penalmente por falta de provas, ele não poderá ser responsabilizado civil e administrativamente pelo mesmo fato, tendo em vista a independência das instâncias civil, administrativa e criminal.

Comentários:

Em regra, as instâncias civil, penal e administrativa são independentes. Portanto, elas podem ser aplicadas de forma cumulativa ou não. Contudo, excepcionalmente, se o servidor for absolvido penalmente pela negativa do

fato ou da autoria, ele não poderá ser condenado nas demais instâncias. Por outro lado, se a absolvição decorrer de falta de provas, o servidor poderá ser responsabilizado civil e administrativamente pelo mesmo fato.

Gabarito: Errado

159. A pena de suspensão aplicada ao servidor federal não pode ultrapassar o prazo de noventa dias, nos casos em que o servidor é reincidente em falta punível com advertência.

Comentários:

Nos termos do art. 130, a suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

Gabarito: Certo

Tomando por base os preceitos normativos aplicáveis aos agentes públicos, ao processo e à administrativa, analise os itens a seguir.

160. A União, os estados e os municípios não estão obrigados a instituir Regime Jurídico Único (RJU) de contratação de servidores públicos da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

Comentários:

A partir do julgamento da ADI 2135 pelo STF, foi confirmada a alteração promovida pela EC 19/98 no art. 39 da CF, permitindo-se a flexibilização na admissão de novos agentes públicos.

Gabarito: Certo

161. Trata-se de dever do servidor público previsto na Lei 8.112/1990 atender com presteza ao público em geral, sempre prestando todas as informações requeridas.

Comentários:

A assertiva está incorreta. As informações protegidas por sigilo, como se vê abaixo, não devem ser fornecidas ao público em geral:

Art. 116, V - atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, **ressalvadas as protegidas por sigilo;**

Gabarito: Errado

162. Somente será cabível a licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

Comentários:

O item está correto! Referida licença, prevista no art. 83 da Lei 8.112, tem os seguintes requisitos para ser concedida:

- A assistência direta do servidor for indispensável e
- A assistência não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário (§1º)

Gabarito: Certo

163. O recurso administrativo pode ser apresentado por razões de legalidade e de mérito, no prazo de dez dias a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida, devendo ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de trinta dias, encaminhará o expediente recursal à autoridade superior.

Comentários:

Primeiramente, destaco que caberá recurso em face de razões de **legalidade** e de **mérito** (Lei 9.784/1999, art. 56, *caput*), sendo que o prazo para interposição é mesmo de **10 dias** (art. 59, *caput*).

O recurso, de fato, será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, mas esta terá o prazo de **5 dias** para reconsiderar a decisão, antes de encaminhá-lo à autoridade superior (art. 56, §1º).

Gabarito: Errado

164. É nula a intimação de interessado realizada em desconformidade com as regras previstas na Lei 9.784/1999, embora seu comparecimento ao órgão tenha o condão de suprir sua irregularidade.

Comentários:

A intimação feita sem observar o requisito legal aplicável se torna nula. Entretanto, essa nulidade é afastada caso o interessado compareça ao local previsto na intimação. Vejamos o que diz o art. 26, § 5º, da Lei nº 9.784/99:

§ 5º As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, **mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade**

Gabarito: Certo

165. Nas situações em que o interessado declarar que fatos estão registrados em documentos existentes na própria Administração responsável pelo processo, o órgão competente para a instrução proverá, de ofício, a obtenção dos documentos, sendo prescindível a obtenção direta pelo interessado.

Comentários:

Como regra geral, é do interessado o dever de provar os fatos que alegar (Lei 9.784/1999, art. 36). No entanto, o art. 37 da Lei 9.784 prevê a seguinte exceção:

Art. 37. Quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na própria Administração responsável pelo processo ou em outro órgão administrativo, o órgão competente para a instrução proverá, de ofício, à obtenção dos documentos ou das respectivas cópias.

Nesta situação excepcional, a Administração, **de ofício**, irá se incumbir de obter tais documentos ou cópias.

Gabarito: Certo

166. O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) consiste em estrutura jurídica resultante de desconcentração administrativa da União, integrando a estrutura básica do Ministério da Previdência Social.

Comentários:

Pelo contrário, o INSS é uma entidade administrativa, e, como toda entidade, resulta do fenômeno da descentralização administrativa – e não da desconcentração administrativa.

Gabarito: Errado

167. Toda sociedade de economia mista está alcançada pelo limite de remuneração no serviço público.

Comentários:

A depender do seu enquadramento legal, essas poderão **estar ou não submetidas aos tetos** remuneratórios:

CF, art. 37, § 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, **que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.**

O §9º acima prevê que a sujeição ao teto somente ocorrerá caso elas sejam **dependentes** de recursos orçamentários para custeio de suas despesas correntes (são as chamadas “estatais dependentes”).

Caso a estatal **não dependa** de recursos provenientes do orçamento para suas despesas correntes, elas não se sujeitarão ao teto remuneratório. Ou seja, os empregados das estatais não dependentes poderão receber salários superiores ao subsídio dos ministros do STF.

Gabarito: Errado

Julgue o item subsecutivo, a respeito da organização da administração pública.

168. A criação de empresas estatais é a expressão da descentralização administrativa, que implica a criação de pessoas jurídicas com atribuições previstas em lei e em seus atos constitutivos.

Comentários:

As empresas estatais são criadas após autorização concedida em lei específica, nos termos do inciso XIX, artigo 37 da Constituição Federal, que assim dispõe:

“Art. 37. (...) XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.”

Mas quem são as empresas estatais? São as empresas públicas e as sociedades de economia mista. Nunca é demais lembrar que a criação dessas pessoas jurídicas é fruto da descentralização administrativa.

Acrescento ainda que não é a lei que confere existência jurídica às empresas estatais. Nos termos do artigo 45 do Código Civil brasileiro, *“a existência legal das pessoas jurídicas de Direito Privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo”*.

Portanto, a afirmativa está correta.

Gabarito: Certo

Julgue o item subsecutivo, a respeito dos atos administrativos.

169. A extinção de um ato administrativo pode ocorrer com base em diferentes fundamentos. No caso de atos discricionários, a extinção pode ser motivada por um vício de legalidade, configurando hipótese de anulação, ou por razões de conveniência e oportunidade vinculadas ao interesse público, caracterizando a revogação.

Comentários:

A **anulação** de um ato administrativo, por razões de ilegalidade, pode ser realizada pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, produzindo efeitos *ex tunc* (retroativos). Por outro lado, a **revogação** (que ocorre com fundamento na conveniência e oportunidade administrativa) somente pode ser realizada pela própria Administração, produzindo efeitos *ex nunc* (não retroativos).

Portanto, a afirmativa está correta.

Gabarito: Certo

A respeito dos princípios da administração pública, julgue o item subsecutivo.

170. Alessandra, prefeita de um município, incluiu seu nome e sua fotografia na publicidade de uma obra pública realizada durante sua gestão, com o objetivo de destacar sua promoção pessoal. Sua conduta foi adequada e seguiu o princípio da legalidade, o qual determina que as obras públicas devem conter a identificação da autoridade ou do servidor responsável por meio de escritos, símbolos ou imagens.

Comentários:

De acordo com a nossa Constituição Federal, mais precisamente no art. 37, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Além disso, o § 1º dispõe que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos **deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens** que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Dessa forma, a conduta de Alessandra foi inadequada, ferindo o princípio da impessoalidade. A afirmativa está incorreta.

Gabarito: Errado

Julgue o item subsecutivo, a respeito dos poderes da administração pública.

171. A Administração Pública exerce suas funções por meio de diversas formas, sendo o poder de polícia uma de suas manifestações, caracterizado pela exigibilidade, que viabiliza a execução indireta por meio da imposição de multas. Além disso, quando autorizado por lei ou necessário para prevenir prejuízos irreparáveis ao interesse público, admite-se a autoexecutoriedade, permitindo a utilização de meios diretos de coerção.

Comentários:

Alguns doutrinadores, como é o caso de Celso Antônio Bandeira de Mello, desmembram o atributo da autoexecutoriedade em dois: **exigibilidade** e **executoriedade**.

O **primeiro** assegura à Administração a prerrogativa de valer-se de meios indiretos de coerção para obrigar o particular a cumprir uma determinada obrigação, a exemplo do que ocorre na aplicação de uma multa.

O **segundo** garante meios diretos de execução imediata das decisões administrativas, a exemplo da demolição de um muro construído de forma irregular, caso o particular não o faça por ordem da Administração Pública.

Portanto, a afirmativa está correta.

Gabarito: Certo

Julgue o item subsecutivo, a respeito da responsabilidade civil do Estado.

172. Uma empresa privada, responsável pela concessão do serviço público de distribuição de gás, está sendo demandada em uma ação de indenização proposta por um cidadão que sofreu ferimentos graves ao cair em um bueiro com a tampa desalinhada. O autor da ação busca a responsabilização objetiva da concessionária.

A decisão de ingressar com a ação contra a concessionária de serviço público encontra respaldo no ordenamento jurídico vigente, pois tais empresas respondem objetivamente pelos danos decorrentes do exercício de suas atividades.

Comentários:

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, § 6º, é expressa ao afirmar que *“as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado **prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa**”*.

Nesse caso, trata-se de responsabilidade civil objetiva. Portanto, a afirmativa está correta.

Gabarito: Certo

De acordo com a Lei nº 8.112/1990, julgue o item subsecutivo.

173. A Lei nº 8.112/1990, que regula o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, define a recondução como a reinvestidura do servidor estável ao cargo que ocupava anteriormente, ou ao cargo que o tenha sucedido em virtude de transformação, nos casos em que sua demissão for invalidada por decisão administrativa ou judicial.

Comentários:

Recondução consiste no retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado em decorrência de três hipóteses: inabilitação em estágio probatório em outro cargo federal; desistência de exercício em cargo federal no período do estágio probatório; ou reintegração do anterior ocupante. A situação descrita é a da reintegração.

*“Art. 28. A **reintegração** é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por **decisão administrativa ou judicial**, com ressarcimento de todas as vantagens.”*

Portanto, a afirmativa está incorreta.

Gabarito: Errado

Julgue o item subsequente com base na Lei de Improbidade Administrativa — Lei n.º 8.429/1992.

174. A simples nomeação ou indicação política por titulares de mandatos eletivos não caracteriza, por si só, improbidade administrativa, sendo indispensável a comprovação de dolo, que pode ser específico ou genérico. Ou seja, basta a intenção de realizar a conduta tipificada, ainda que não haja finalidade ilícita por parte do agente.

Comentários:

A afirmativa menciona que o dolo pode ser específico ou genérico, bastando a vontade de praticar a conduta típica, mesmo que ausente finalidade ilícita. No entanto, a Lei nº 8.429/92, em seu § 5º do art. 11, é clara ao afirmar que é necessária a aferição de dolo com finalidade ilícita para que se configure improbidade administrativa.

“Art. 11. (...) § 5º - Não se configurará improbidade a mera nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos, sendo necessária a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente.”

Portanto, a afirmativa está incorreta.

Gabarito: Errado

Julgue o item subsequente com base na Lei do Processo Administrativo — Lei nº 9.784/1999.

175. De acordo com a Lei nº 9.784/1999, considera-se entidade a unidade de atuação sem personalidade jurídica.

Comentários:

Entidade é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica. Por outro lado, órgão público é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta (desprovida de personalidade jurídica).

“Art. 1º (...) § 2º Para os fins desta Lei, consideram-se:

I - órgão - a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta;

II - entidade - a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica;”

Portanto, a afirmativa está incorreta.

Gabarito: Errado

DIREITO CONSTITUCIONAL

176. O item a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Um agente penitenciário submeteu a intenso sofrimento físico um preso que estava sob sua autoridade, com o objetivo de castigá-lo por ter incitado os outros detentos a se mobilizarem para reclamar da qualidade da comida servida na penitenciária. Nessa situação, o referido agente cometeu crime inafiançável.

Comentários:

CRFB/88 - Art. 5º, "III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;"

Gabarito: Certo

177. Julgue os itens a seguir à luz dos princípios que regem o processo civil brasileiro. A garantia de que ninguém será julgado por órgão constituído após a ocorrência do fato (tribunais *ad hoc* ou de exceção) é uma decorrência do princípio do juiz natural, assegurado na Constituição da República.

Comentários:

CRFB/88 - Art. 5º, "XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;"

Gabarito: Certo

178. Acerca dos direitos e garantias fundamentais, julgue o item seguinte à luz da CF. Conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou à de terceiros, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

Comentários:

CRFB/88 - Art. 5º, "LXXII - conceder-se-á *habeas data*:

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;"

Gabarito: Errado

179. Todo ser humano deve ter asseguradas, desde o nascimento, as mínimas condições necessárias para se tornar útil à humanidade, como também deve ter a possibilidade de receber os benefícios que a vida em sociedade pode proporcionar. A respeito dos direitos humanos e da cidadania, julgue o item seguinte. Os princípios da igualdade formal e material devem se complementar e garantir a todos o acesso a todos os direitos, em condições de igualdade.

Comentários:

CRFB/88 - "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)"

IGUALDADE FORMAL = "TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI".

IGUALDADE MATERIAL = "É PRECISO TRATAR OS DESIGUAIS DE FORMA DESIGUAL E NA MEDIDA DE SUAS DESIGUALDADES."

Ex.: CRFB/88 - Art. 5º, "I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações (até aqui igualdade formal), nos termos desta Constituição; (igualdade material, pois a CF institui diferenças entre homens e mulher para alcançar uma igualdade REAL E EFETIVA. (...))"

Gabarito: Certo

180. Julgue o próximo item referente aos direitos sociais. A Constituição Federal assegura o direito à livre associação sindical ou profissional e veda ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical.

Comentários:

CRFB/88 - "Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;"

Gabarito: Certo

181. Considerando os dispositivos constitucionais relativos ao exercício do serviço público no Brasil, julgue o item a seguir. Um dos requisitos utilizados para a promoção de servidores públicos na carreira consiste na participação em cursos de formação e de aperfeiçoamento nas escolas de governo mantidas pela União, pelos estados e pelo DF.

Comentários:

CRFB/88 - Art. 39, "§ 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)"

Gabarito: Certo

182. Acerca da Constituição Federal de 1988 e das disposições nela inscritas relativamente a direitos e garantias fundamentais e à administração pública, julgue o item a seguir. Diferentemente dos cargos em comissão, as funções de confiança somente podem ser preenchidas por servidores ocupantes de cargo efetivo.

Comentários:

CRFB/88 - Art. 37, "V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)"

Gabarito: Certo

183. Tendo em vista as disposições sobre a seguridade social previstas na CF/88, julgue o item a seguir. A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, poderá contratar com o Poder Público, mas sem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

Comentários:

“CRFB/88 - Art. 195, § 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

Gabarito: Errado

184. João, cidadão e engenheiro civil, possui uma propriedade que, nos termos da lei, cumpre sua função social. Nesse caso, segundo o STF, tal situação impede que o Estado efetue a desapropriação da referida propriedade, ainda que por necessidade pública.

Comentários:

De fato, a propriedade deve cumprir sua função social, porém, isso não impede a desapropriação por interesse social, necessidade ou utilidade pública.

Art. 5º, “XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;”

Gabarito: Errado

185. Dado o princípio da publicidade, os atos processuais devem ser públicos, não podendo haver restrições.

Comentários:

Em regra, os atos processuais são públicos, contudo a lei poderá restringir a sua publicidade, quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem, nos termos do art. 5º, inciso LX:

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

Gabarito: Errado

186. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Comentários:

Literalidade da Constituição Federal, nos termos do art. 5º, inciso LXXIII:

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

Gabarito: Certo

187. São direitos dos trabalhadores, urbanos e rurais, o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregado, sem excluir a indenização a ser paga pelo empregador, quando incorrer em dolo ou culpa.

Comentários:

O seguro contra acidente de trabalho é uma obrigação do empregador e não do empregado.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...)

XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

Gabarito: Errado

188. A empresa Alfa conta atualmente com 350 funcionários, dessa forma, a CF assegura aos trabalhadores dessa empresa o direito de eleger um representante com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com o empregador.

Comentários:

A CF assegura o direito de eleição de um representante naquelas empresas com mais de 200 empregados; dessa forma, como a empresa possui 350 empregados, fica assegurada a eleição do representante classista, nos termos do art. 11 da CF:

Art. 11. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

Gabarito: Certo

189. Aos portugueses com residência permanente no País há mais de 15 anos, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

Comentários:

Não há essa exigência, na CF, de residência por mais de 15 anos.

Art. 12, §1º - Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

Gabarito: Errado

190. São requisitos de elegibilidade previstos para o cargo de juiz de paz: a nacionalidade brasileira; o domicílio eleitoral; idade mínima de vinte e um anos, não se aplicando a exigência de filiação partidária.

Comentários:

Ao juiz de paz aplicam-se todos os requisitos de elegibilidade elencados no art. 14, § 3º, da CF, inclusive quanto à filiação partidária.

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

VI - a idade mínima de:

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

Gabarito: Errado

191. Situação hipotética: Solange é brasileira, tem 64 anos e deseja se candidatar ao cargo de Deputada Federal. Amélia é brasileira, tem 27 anos e deseja se candidatar ao cargo de Governadora. Diogo é brasileiro, tem 35 anos, é analfabeto e deseja se candidatar ao cargo de Deputado Estadual.

Assertiva: Considerando que estão presentes os demais requisitos de elegibilidade, de acordo com a Constituição Federal, Solange pode se candidatar ao cargo que pretende; Amélia não possui a idade mínima para se candidatar ao cargo de Governadora e Diogo não pode nem votar nem se candidatar por ser analfabeto.

Comentários:

Conforme a situação hipotética apresentada e de acordo ao Capítulo IV da CF, que dispõe sobre os Direitos Políticos:

Solange pode se candidatar ao cargo que pretende, de acordo com o art. 14, § 3º, inciso IV, alínea 'c':

Art. 14 (...)

§3º São condições de elegibilidade, na forma da lei: (...)

VI - a idade mínima de: (...)

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

Amélia não possui a idade mínima para se candidatar ao cargo de Governador, de acordo com o art. 14, § 3º, inciso IV, alínea 'b':

Art. 14 (...)

§3º São condições de elegibilidade, na forma da lei: (...)

VI - a idade mínima de: (...)

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal; e

Diogo, embora possa votar, não pode se candidatar por ser analfabeto, nos termos do art. 14, §4º:

Art. 14 (...)

§4º - São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

Gabarito: Errado

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens abaixo.

192. Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força de emenda à Constituição.

Comentários:

Apenas os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais (artigo 5º, parágrafo 3º, da CRFB/88).

Gabarito: Errado

193. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

Comentários:

O inciso LXX do art. 5º trata do Mandado de Segurança coletivo, que pode ser impetrado por:

- a) partido político com representação no Congresso Nacional;
- b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

Gabarito: Certo

194. O Estado X editou Lei que obriga as empresas concessionárias de energia elétrica a expedirem notificação com aviso de recebimento para a realização de vistoria técnica no medidor de usuário residencial. Sobre o caso narrado, é correto afirmar que a lei é inconstitucional por violação à competência da União para explorar os serviços e instalações de energia elétrica e para legislar sobre energia.

Comentários:

O STF, no julgamento da ADI 3.703/RJ, entendeu que é inconstitucional — por violação à competência da União para explorar os serviços e instalações de energia elétrica e para legislar sobre energia (CF/1988, arts. 21, XVII, “b”; 22, IV; e 175, parágrafo único) — lei estadual que obriga as empresas concessionárias de energia elétrica a expedirem notificação com aviso de recebimento para a realização de vistoria técnica no medidor de usuário residencial. **(Informativo 1085)**

Gabarito: Certo

195. A Constituição Federal autoriza a realização de consultas populares diretas concomitantemente às eleições municipais, observado que os quesitos sejam encaminhados à Justiça Eleitoral até noventa dias antes da data das eleições.

Comentários:

A partir da entrada em vigor da Emenda Constitucional 115/2021, foram autorizadas as consultas populares, concomitantemente às eleições municipais, sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 dias antes da data das eleições concomitantemente às eleições municipais (art. 14, § 12, da CF/88).

Gabarito: Certo

196. Os cargos de Ministro de Estado, Oficiais das Forças Armadas e os da Carreira Diplomática só podem ser ocupados por brasileiros natos.

Comentários:

Conforme artigo 12, § 3º, da CF/88, o único Ministro de Estado que deve ser brasileiro nato é o da Defesa.

Gabarito: Errado

197. Partidos políticos têm personalidade jurídica de direito público, razão pela qual devem prestar contas à Justiça Eleitoral periodicamente.

Comentários:

Os partidos políticos têm personalidade jurídica de direito privado, adquirida na forma da lei civil (art. 17 da CRFB/88).

Gabarito: Errado

Acerca do regime de previdência dos servidores públicos, conforme prescreve a Constituição Federal, julgue o item abaixo.

198. O servidor público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tomar posse após a promulgação da Emenda Constitucional 103/2019 será aposentado aos 62 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.

Comentários:

Nos termos do artigo 40, § 1º, III, da Constituição Federal, as idades de 62 anos e 65 anos, respectivamente, para mulheres e homens são aplicadas aos servidores públicos federais. No âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a idade mínima será estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas.

Gabarito: Errado

A respeito dos cargos em comissão e das funções de confiança, analise os itens abaixo.

199. As funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Comentários:

Conforme redação do artigo 37, II e V, II - A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Os cargos em comissão e as funções de confiança destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Gabarito: Certo

200. Nos termos da Constituição, a seguridade social abrange a previdência social, a assistência social, a saúde e a educação.

Comentários:

A educação não está inserida na Seguridade social, conforme o art. 194, *caput*.

Gabarito: Errado

201. Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

Comentários:

Trata-se do que dispõe o art. 195, § 5º, da CF.

Gabarito: Certo

202. É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

Comentários:

Trata-se da previsão contida no art. 201, § 5º, da CF.

Gabarito: Certo

203. O STF entende que o chamado “discurso do ódio”, ainda que repugnante, está coberto pela garantia constitucional da liberdade de expressão.

Comentários:

De acordo com a pacífica jurisprudência do STF, a liberdade de expressão não protege o chamado “discurso do ódio”, que pode inclusive configurar crime.

Gabarito: Errado

204. Dada a adoção do sistema presidencialista de governo, no Brasil o Presidente da República atua exclusivamente como chefe de Estado.

Comentários:

No sistema presidencialista de governo, o Presidente atua simultaneamente como chefe de Estado e chefe de Governo.

Gabarito: Errado

205. A República Federativa do Brasil é formada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, todos soberanos, nos termos da Constituição.

Comentários:

Os entes federativos são dotados de autonomia política, mas não de soberania, que é assegurada apenas à República Federativa do Brasil.

Gabarito: Errado

206. A Constituição Federal assegura aos trabalhadores urbanos e rurais a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.

Comentários:

Trata-se do previsto no art. 7º, XX, da CF.

Gabarito: Certo

207. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

Comentários:

Trata-se do que prevê o art. 6º, parágrafo único, da CF.

Gabarito: Certo

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir:

208. O direito à vida, como todos os demais direitos fundamentais, pode ser considerado absoluto, pois concretiza o fundamento constitucional da dignidade humana.

Comentários:

Nenhum direito fundamental é absoluto – nem mesmo a vida, visto que mesmo a CF admite, ainda que em situações excepcionais, a pena de morte.

Gabarito: Errado

209. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei.

Comentários:

Art. 6º, parágrafo único, da CF.

Gabarito: Certo

210. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais o repouso semanal remunerado aos domingos.

Comentários:

De acordo com o art. 7º, XV, da CF, é assegurado o repouso semanal remunerado, mas apenas preferencialmente aos domingos.

Gabarito: Errado

211. A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

Comentários:

Trata-se do que dispõe o art. 8º, I, da CF.

Gabarito: Certo

212. É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

Comentários:

Trata-se do que dispõe o art. 9º, *caput*, da CF.

Gabarito: Certo

Em relação ao tema da Ordem Social, julgue os itens que se seguem:

213. O Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas.

Comentários:

Trata-se do disposto no art. 193, parágrafo único, da CF.

Gabarito: Certo

214. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência, à educação e à assistência social.

Comentários:

Conforme o que dispõem os arts. 194 e seguintes, a seguridade social não abrange a educação.

Gabarito: Errado

215. É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

Comentários:

Trata-se do disposto no art. 201, § 5º, da CF.

Gabarito: Certo

INFORMÁTICA

216. O serviço de FTP, é amplamente utilizado para possibilitar o acesso a distância entre equipamentos, o que permitiu a quebra de fronteiras físicas entre usuários.

Comentários:

A assertiva está **errada**. O serviço de FTP permite a troca de arquivos entre computadores (download e upload), e não o acesso remoto. Este é feito pelo Telnet.

Gabarito: Errado

217. Backup consiste na realização de cópias de segurança de dados para que, em caso de sinistro, estes possam ser recuperados. A boa prática determina que devemos ter várias cópias e armazená-las em locais físicos distintos.

Comentários:

A assertiva está **correta**. Essa é a exata definição de backup.

Gabarito: Certo

218. O token do certificado digital, geralmente conectado nas portas USB dos computadores atuais, é considerado um periférico de entrada de dados.

Comentários:

A assertiva está **correta**. É exatamente essa a classificação do token do certificado digital.

Gabarito: Certo

219. No Word, o recurso de comentário deve ser utilizado para colocar notas informativas no fim do texto ou no fim da página.

Comentários:

A assertiva está **errada**. A funcionalidade de comentário é utilizada para colocar observações acerca do texto. Essas observações, por padrão, não são impressas e não fazem parte do corpo principal do documento.

Gabarito: Errado

220. No Windows, é possível organizar todos os ícones da Área de Trabalho em ordem alfabética, clicando com o botão direito do mouse sobre esta e selecionando o menu “Classificar por”.

Comentários:

A assertiva está **correta**. Essa possibilidade existe, sim, e exatamente como descrita na assertiva.

Gabarito: Certo

221. No Excel, a função =SOMA(B2;B8) permite que seja feita a soma dos valores existentes nas células B2 e B8.

Comentários:

A assertiva está **correta**. A função Soma realiza a soma dos parâmetros passados, nesse caso, os valores das células B2 e B8.

Gabarito: Certo

222. O Sniffer é um ataque muito utilizado nos dias atuais e busca rastrear os pacotes de dados que trafegam na rede, para eventualmente roubar informações importantes detectadas.

Comentários:

A assertiva está **correta**. O Sniffer é o rastreador de pacotes e pode ser utilizado exatamente para esse fim.

Gabarito: Certo

223. No Explorador de Arquivos do Windows, ao clicar com o botão direito do mouse sobre um item, aparece o menu Propriedades, nele é possível verificar várias características desse item. Caso o usuário tenha selecionado um arquivo e pressionado esse menu, não é possível alterar o tipo do arquivo de forma válida.

Comentários:

A assertiva está **correta**. O tipo do arquivo não pode ser alterado no Windows Explorer de forma válida, pois a simples troca do nome da extensão não altera as características particulares do arquivo.

Gabarito: Certo

224. O Assistente de Foco é uma funcionalidade do Windows 10 muito utilizada para melhorar os recursos de acessibilidade com os usuários portadores de deficiência visual.

Comentários:

A assertiva está **errada**. O Assistente de Foco é uma funcionalidade que gerencia as notificações. O usuário pode configurar um período em que não deseja ser incomodado, por exemplo.

Gabarito: Errado

225. No Word, o recurso de tachar o texto se encontra na guia “Página Inicial”, na área “Fonte”, e permite riscar o texto traçando uma linha no meio dele.

Comentários:

A assertiva está **correta**. É exatamente essa a função do efeito tachar.

Gabarito: Certo

226. No Excel existe a possibilidade de integração com outras bases de dados inclusive permitindo a importação e exportação de arquivos de dados em formatos como o csv.

Comentários:

A assertiva está **correta**. O Excel permite, sim, a integração com outras bases de dados, como o Access, a Web, o SQL Server e a troca de arquivos em formatos como o csv.

Gabarito: Certo

227. Um dos objetivos da Segurança da Informação é a confidencialidade que garante que só terá acesso útil aos dados quem deve ter.

Comentários:

A assertiva está **correta**. É exatamente essa a função da confidencialidade.

Gabarito: Certo

228. O protocolo RARP é o responsável pela conversão de endereços físicos para endereços lógicos em uma rede TCP/IP.

Comentários:

A assertiva está **correta**. É exatamente essa a função do RARP.

Gabarito: Certo

229. A intranet é o tipo de rede corporativa que oferece acesso irrestrito aos funcionários de uma empresa e pode ser acessada de outro local físico que não seja a instalação da empresa.

Comentários:

A assertiva está **errada**. O acesso não é irrestrito. Tudo se baseia em usuário, senha e permissão.

Gabarito: Errado

230. No Windows 10, existe uma série de funcionalidades e recursos de segurança nativos. Eles são incompatíveis com outras plataformas e soluções do mercado e devem funcionar de maneira única no computador, não permitindo instalações de produtos externos.

Comentários:

A assertiva está **errada**. O Windows 10 oferece recursos de segurança nativos, mas eles são compatíveis com outras plataformas e soluções do mercado.

Gabarito: Errado

231. O Word pode contar automaticamente as linhas de um documento e exibir o número apropriado ao lado de cada linha de texto, o que é útil quando se precisa fazer referências a linhas específicas de um documento, como um script ou um contrato legal.

Comentários:

A assertiva está **correta**. O Word oferece essa funcionalidade no menu: “Layout de página/Configurar página/números de linha”.

Gabarito: Certo

232. No PowerPoint, é possível usar a apresentação em tela inteira e testar o intervalo entre os slides, de forma a ajudar na preparação de uma apresentação com tempo limitado.

Comentários:

A assertiva está **correta**. Sim, o PowerPoint oferece esse recurso e ele se encontra na guia Apresentação de Slides.

Gabarito: Certo

233. A função SOMA é uma das mais fundamentais nas operações do Excel. Ela estabelece uma condição: se algo acontecer, faça isso; se não, faça outra coisa.

Comentários:

A assertiva está **errada**. Essa é a definição da função SE. A função SOMA irá realizar a soma dos parâmetros passados, que podem ser células salteadas ou intervalos de células.

Gabarito: Errado

234. Dentre as diversas funcionalidades oferecidas pelo OneDrive, podemos citar: criar apresentações do zero ou usar um modelo; adicionar texto, imagens, arte e vídeos nas apresentações e usar um design profissional como sendo algumas das mais importantes.

Comentários:

A assertiva está **errada**. O OneDrive é o serviço de nuvem da Microsoft. Essas funções citadas são do Powerpoint.

Gabarito: Errado

235. Senhas fortes devem ser criadas para permitir o acesso dos usuários autorizados aos sistemas, mas, com a grande quantidade de acessos feitos diariamente em sistemas diferentes, os usuários devem ser orientados a reaproveitar as senhas em vários sistemas, o que facilitará o seu cotidiano.

Comentários:

A assertiva está **errada**. Senhas não devem ser reaproveitadas jamais. O ideal é termos senhas diferentes entre os sistemas.

Gabarito: Errado

236. Todas as funcionalidades das redes em geral são baseadas na análise de permissões do usuário, podendo ele ter um maior ou menor nível de acesso de acordo com as definições da política da empresa.

Comentários:

A assertiva está **correta**. Sim, toda rede é baseada em: usuário, senha e permissão. O conjunto de permissões pode variar de acordo com o perfil do usuário.

Gabarito: Certo

237. Os navegadores armazenam, por padrão, os dados sobre as páginas visitadas pelo usuário. A listagem das páginas visitadas localmente é chamada de Histórico.

Comentários:

A assertiva está **correta**. É exatamente essa a definição do Histórico de páginas visitadas.

Gabarito: Certo

238. A função de compartilhar no Microsoft 365 permite que os usuários compartilhem documentos, arquivos de vídeo, áudio, pastas de trabalho e pastas de contatos.

Comentários:

A assertiva está **correta**. No Office 365 existe essa funcionalidade e o nome também está correto.

Gabarito: Certo

239. O Windows 11 permite associar e compartilhar redes Wi-Fi com códigos QR.

Comentários:

A assertiva está **correta**. Essa é uma das novas funcionalidades introduzidas pelo Windows 11.

Gabarito: Certo

240. A funcionalidade de “Gráficos Adequados” no Excel permite que o programa analise os dados e sugira os gráficos mais adequados para exibição do conjunto de dados selecionado.

Comentários:

A assertiva está **errada**. O nome da funcionalidade é “Gráficos Recomendados”.

Gabarito: Errado

241. O Phishing, também conhecido como “Envenenamento de Cache DNS”, é o ataque que redireciona o usuário para uma página falsa.

Comentários:

A assertiva está **errada**. O ataque descrito é o Pharming.

Gabarito: Errado

242. Backup incremental é um método de cópia de dados que consiste em copiar apenas as alterações e arquivos mais recentes desde o último backup.

Comentários:

A assertiva está **correta**. Essa é exatamente a característica do backup incremental.

Gabarito: Certo

243. A grande diferença entre CC e CCO, no envio de e-mails, é que com o CC os destinatários não conseguem ver quais outros endereços estão em cópia.

Comentários:

A assertiva está **errada**. Essa é a característica do CCO.

Gabarito: Errado

244. O Windows 11, seguindo uma tendência do mercado, limita a conectividade com outras plataformas e com soluções externas de Inteligência Artificial.

Comentários:

A assertiva está **errada**. A tendência do mercado é de maior conectividade e interação, e não há essa limitação no Windows 11.

Gabarito: Errado

245. No Windows 11, o Bloco de Notas tem cantos arredondados, seguindo o design padrão do Sistema operacional e a possibilidade de usar o modo escuro, algo que facilita muito a tarefa de escrever um texto no notebook à noite, por exemplo.

Comentários:

A assertiva está **correta**. Essa é uma novidade introduzida pelo Windows 11.

Gabarito: Certo

246. Após adicionar uma legenda a um objeto no Word, o usuário pode fazer referência ao objeto em questão de qualquer lugar do documento, usando o recurso de Referência Cruzada.

Comentários:

A assertiva está **correta**. A afirmação é correta e essa é uma funcionalidade disponibilizada pelo Word.

Gabarito: Certo

247. A função CONT.NUM, do Excel, retorna como resultado a quantidade de células preenchidas no intervalo de células passado como parâmetro.

Comentários:

A assertiva está **errada**. A função CONT.NUM retorna a quantidade de células preenchidas com valores numéricos no intervalo passado como parâmetro.

Gabarito: Errado

248. O ICMP é o protocolo utilizado na camada de aplicação das redes TCP/IP para a utilização de mensageria.

Comentários:

A assertiva está **errada**. O ICMP é um protocolo de controle utilizado na camada de Rede.

Gabarito: Errado

249. O Boot é um tipo de ataque que domina a máquina do usuário e passa a utilizá-la para realizar ações do atacante.

Comentários:

A assertiva está **errada**. O BOOT é o processo de inicialização da máquina, o ataque se chama BOT.

Gabarito: Errado

250. Os ataques de phishing usam cavalos de Troia para controlar vários computadores, em geral com a finalidade de enviar spam..

Comentários:

A assertiva está **errada**. Esse é o ataque de BOTNET. O phishing é a pescaria com a página falsa.

Gabarito: Errado

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

251. Nos termos da Constituição Federal, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar, exclusivamente, os direitos relativos à previdência, à educação e à assistência social.

Comentários:

A educação não é contemplada pelo sistema da seguridade social. O *caput* do art. 194 da Constituição Federal dispõe que

“a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos fundamentais relativos à saúde, à previdência e à assistência social.”

Gabarito: Errado

252. A previdência social é organizada sob a forma do regime geral, de caráter contributivo e filiação obrigatória. Os benefícios previdenciários não podem ter valor mensal inferior ao salário mínimo.

Comentários:

Correto afirmar que a previdência social é organizada sob a forma do regime geral, tem caráter contributivo e filiação obrigatória.

No entanto, incorreto dizer que os benefícios previdenciários não podem ter valor mensal inferior ao salário mínimo. Apenas os benefícios previdenciários que substituem o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho devem ter valor mensal igual ou superior ao salário mínimo. Veja o que dispõe a Constituição Federal:

CF/88 - Art. 201

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

Gabarito: Errado

253. O princípio da universalidade da cobertura e do atendimento que rege a seguridade social é aplicado a todos aqueles que necessitem de proteção social, ainda que não tenham vínculo com qualquer espécie de regime previdenciário.

Comentários:

A seguridade social constitui-se num conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos à saúde, à previdência e à assistência social.

A organização da seguridade social rege-se pelo princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, buscando cobrir todas as contingências sociais e atender a todos.

As pessoas terão acesso aos benefícios e serviços de saúde e assistência social, sem precisarem ter vínculo com qualquer espécie de regime previdenciário.

Gabarito: Certo

254. O princípio da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços indica que o sistema de proteção social deve oferecer todas as prestações, sem exceções, a quem delas necessite, para a consecução da igualdade e da justiça social.

Comentários:

Pelo contrário, o princípio da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios indica que o legislador deverá selecionar as contingências sociais mais urgentes para serem atendidas, distribuindo os benefícios e serviços a quem mais necessita. Ao eleger os benefícios e serviços mais fundamentais e necessários à população, o legislador define os requisitos que devem ser preenchidos para a obtenção do benefício e aquele que se enquadrar nos requisitos da lei poderá ter a proteção social.

Gabarito: Errado

255. O princípio da equidade na forma de custeio permite que as alíquotas das contribuições sociais da seguridade social a cargo das empresas tenham alíquotas diferenciadas em razão do uso intensivo de mão de obra, da atividade econômica, do porte da empresa e da condição estrutural do mercado de trabalho.

Comentários:

É justamente a aplicação concreta desse princípio como senso de justiça na forma de participação do custeio da seguridade social. Veja o que dispõe o §9º do art. 195 da CF/88:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

b) a receita ou o faturamento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

c) o lucro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

...

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do caput deste artigo poderão ter alíquotas diferenciadas em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho, sendo também autorizada a adoção de bases de cálculo diferenciadas apenas no caso das alíneas "b" e "c" do inciso I do caput. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

Gabarito: Certo

256. É considerado segurado obrigatório o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social (RPPS).

Comentários:

Perfeito. É considerado segurado obrigatório o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social (art. 11, I, 'h', Lei n. 8.213/91).

Gabarito: Certo

257. Ali Kaká, cidadão iraniano, domiciliado no Brasil, foi aqui contratado pela empresa brasileira Souza & Silva para trabalhar, por tempo indeterminado, em sua filial situada na Venezuela. Nessa situação, Ali Kaká deverá estar, necessariamente, vinculado ao RGPS como segurado empregado.

Comentários:

Ali Kaká enquadra-se como segurado obrigatório do RGPS na categoria de empregado. Ele é estrangeiro, domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado no exterior, em sucursal ou agência de empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede e administração no País (art. 9º, I, 'c', Decreto n. 3.048/99).

Gabarito: Certo

258. O segurado que estiver acometido de doença de segregação compulsória manterá a qualidade de segurado por até 12 meses após cessar a segregação, tendo o seu período de graça prorrogado para até 24 meses na hipótese de possuir mais de 120 contribuições ao RGPS.

Comentários:

O segurado que estiver acometido de doença de segregação compulsória manterá a qualidade de segurado por até 12 meses após cessar a segregação, sem possibilidade de prorrogação. Não se aplica ao caso o disposto no §1º do art. 15 da Lei n. 8.213/91.

A prorrogação para 24 meses é aplicada nos casos de:

- Cessação das contribuições do segurado obrigatório;
- Suspensão ou licença da atividade remunerada, sem remuneração;
- Cessação do benefício por incapacidade no caso de segurados obrigatórios e facultativo.

Lei n. 8.213/91

Art. 15. *Mant m a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:*

[...]

II - até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração;

III - até 12 (doze) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória;

[...]

§ 1  O prazo do inciso II será prorrogado para até 24 (vinte e quatro) meses se o segurado já tiver pago mais de 120 (cento e vinte) contribuições mensais sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado.

Decreto n. 3.048/99

Art. 13. *Mant m a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:*

[...]

II - até doze meses após a cessação de benefício por incapacidade ou das contribuições, observado o disposto nos § 7  e § 8  e no art. 19-E; (Redação dada pelo Decreto n  10.491, de 2020)

[...]

§ 1  O prazo do inciso II será prorrogado para até vinte e quatro meses, se o segurado já tiver pago mais de cento e vinte contribuições mensais sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado.

Gabarito: Errado

259. A doença endêmica adquirida por trabalhador segurado habitante de região em que ela se desenvolva é considerada doença do trabalho se restar comprovado que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.

Comentários:

É exatamente o que se conclui pelo exposto no art. 20, §1º, alínea 'd', da Lei n. 8.213/91:

Art. 20...

§ 1º Não são consideradas como doença do trabalho:

...

d) a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.

Em regra, a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolve não é considerada doença do trabalho. Mas, se restar comprovado que a doença foi adquirida em razão de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho do segurado, será caracterizada como doença do trabalho.

Gabarito: Certo

260. O segurado que sofreu acidente de trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho, após a cessação do auxílio por incapacidade temporária acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

Comentários:

O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo **mínimo** de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio por incapacidade acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

Confira o disposto no art. 118 da Lei n. 8.213/91:

Art. 118. O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

Veja a súmula nº 378 do Tribunal Superior do Trabalho:

I – E constitucional o artigo 118 da Lei nº 8.213/1991 que assegura o direito a estabilidade provisória por período de 12 meses após a cessação do auxílio-doença ao empregado acidentado.

II – São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego. (primeira parte – ex-OJ nº 230 da SBDI-1 – inserida em 20.06.2001)

III - O empregado submetido a contrato de trabalho por tempo determinado goza da garantia provisória de emprego, decorrente de acidente de trabalho, prevista no art. 118 da Lei n. 8. 213/1991.

Gabarito: Certo

261. Em janeiro de 2024, Maria Francisca (Chica) obteve a aposentadoria programada pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Seis meses após a concessão de sua aposentadoria, ela sofreu um acidente vascular cerebral que a deixou em estado vegetativo, demandando cuidados permanentes de terceiros. Diante do caso hipotético apresentado, pode-se afirmar que Chica tem direito ao acréscimo de 25% sobre o valor de sua aposentadoria, conforme previsto na Lei nº 8.213/1991, caso comprove a necessidade da assistência permanente de terceiros.

Comentários:

O direito ao acréscimo de 25% sobre o valor da aposentadoria é concedido somente ao aposentado por incapacidade permanente (por invalidez) que necessitar da assistência permanente de outra pessoa. No caso, Chica tem aposentadoria programada. Não terá direito ao acréscimo de 25%, ainda que comprove necessitar da assistência permanente de terceiros.

Registra-se que o Supremo Tribunal Federal fixou a tese de que o acréscimo da grande invalidez não se estende às demais aposentadorias.

Gabarito: Errado

262. Segurado do RGPS que estiver em gozo do benefício da aposentadoria programada e continuar trabalhando poderá eventualmente acumular esse benefício com auxílio por incapacidade temporária, caso fique incapacitado para o novo trabalho por mais de 15 dias consecutivos.

Comentários:

O segurado aposentado que continuar a exercer atividade remunerada abrangida pelo RGPS ou voltar a exercê-la não tem direito de receber auxílio por incapacidade temporária, ainda que fique incapacitado para o novo trabalho por mais de 15 dias consecutivos.

O segurado em gozo de aposentadoria que voltar a exercer atividade abrangida pelo RGPS, fará jus ao salário-família e à reabilitação profissional, quando empregado, inclusive doméstico, e trabalhador avulso; e ao salário-maternidade (art. 173, Decreto nº 3.048/99).

A legislação previdenciária veda a cumulação de aposentadoria com auxílio por incapacidade temporária (art. 167, Decreto n. 3.048/99).

Gabarito: Errado

263. Maria Francisca (Chica) começou a trabalhar no seu primeiro emprego há 30 dias quando sofreu uma queda dentro da empresa e teve que se afastar do trabalho por 90 dias para se recuperar da lesão sofrida. Nesse caso, ainda que Chica fique afastada do trabalho, não tem direito a benefício previdenciário por ter se filiado ao RGPS apenas há 30 dias e não ter cumprido a carência mínima de contribuições exigida pela legislação previdenciária.

Comentários:

Maria Francisca (Chica) sofreu um acidente que a incapacitou para o trabalho habitual por 90 dias. Nesse caso, terá direito de receber o benefício de auxílio por incapacidade temporária, mesmo não tendo carência mínima de 12 contribuições.

Chica está isenta do cumprimento da carência porque sua incapacidade decorreu de acidente. Pode ser acidente de trabalho como, também, pode ser qualquer acidente. Nos dois casos, não se exige carência para a concessão do auxílio por incapacidade temporária.

Gabarito: Errado

264. O benefício de auxílio-acidente é devido aos segurados empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial, tendo natureza indenizatória por ter o segurado perdido parcialmente a capacidade laborativa em razão de acidente do trabalho.

Comentários:

O benefício de auxílio-acidente é devido somente aos segurados empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso e segurado especial.

É certo que se trata de um benefício de natureza indenizatória por ter o segurado sofrido um acidente de qualquer natureza e com as sequelas produzidas pelo acidente teve sua capacidade de trabalho reduzida.

Não precisa o acidente ter sido acidente de trabalho.

Gabarito: Errado

265. A aposentadoria por incapacidade permanente, inclusive a decorrente de acidente de trabalho, consistirá em uma renda mensal correspondente a 100% do valor do salário de benefício.

Comentários:

Com a reforma da previdência social trazida pela Emenda Constitucional n. 103/2019, o valor da renda mensal inicial da aposentadoria por incapacidade permanente dependerá da causa da incapacidade.

Se a aposentadoria por incapacidade permanente for decorrente de acidente de trabalho, o valor da renda mensal inicial será equivalente a 100% do salário de benefício.

Por outro lado, se a aposentadoria por incapacidade permanente for decorrente de qualquer causa que não seja caracterizada acidente de trabalho, o valor da renda mensal inicial será equivalente a:

- 60% do salário de benefício, acrescido de 2% para cada ano de contribuição que exceder o tempo de

- 15 anos de contribuição, se mulher;
- 20 anos de contribuição, se homem.

Gabarito: Errado

266. O segurado que se filiar ao RGPS a partir de 14/11/2019 poderá se aposentar ao completar 65 anos de idade e 20 anos de contribuição, se homem, e 62 anos de idade e 15 anos de contribuição, se mulher.

Comentários:

Trata-se da aposentadoria programada. Essa regra veio com a reforma previdenciária de 2019, exigindo, cumulativamente, idade e tempo de contribuição.

O segurado homem poderá se aposentar aos 65 anos de idade e 20 anos de contribuição. Já a mulher poderá se aposentar aos 62 anos de idade e com 15 anos de contribuição.

Gabarito: Certo

267. A aposentadoria especial contempla apenas os segurados empregado, trabalhador avulso e especial.

Comentários:

A aposentadoria especial é devida apenas ao empregado, excluído o doméstico, ao trabalhador avulso, ao filiado à cooperativa de produção ou à cooperativa de trabalho. A aposentadoria especial não é devida ao segurado especial.

Gabarito: Errado

268. De acordo com a legislação em vigor, o auxílio por incapacidade temporária, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, consistirá em uma renda mensal correspondente a 91% (noventa e um por cento) da última remuneração auferida.

Comentários:

A renda mensal inicial do benefício de auxílio por incapacidade temporária corresponde a 91% do salário de benefício.

O valor do auxílio por incapacidade temporária não poderá ser superior à média aritmética simples dos últimos doze salários de contribuição, inclusive no caso de remuneração variável, ou, se não alcançado o número de doze, a média aritmética simples dos salários de contribuição existentes.

Gabarito: Errado

269. Servidor público titular de cargo efetivo vinculado ao regime próprio de previdência social do Estado de Goiás poderá se filiar ao regime geral de previdência social na condição de segurado facultativo para fins de obter mais uma aposentadoria.

Comentários:

É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência (art. 201, §5º, CF).

Constituição Federal

Art. 201[...]

§ 5º É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

Gabarito: Errado

270. Caso a remuneração do trabalhador avulso em um determinado mês seja inferior ao salário mínimo, ele tem a opção de realizar uma contribuição complementar, a fim de que esse mês seja contabilizado como período de contribuição.

Comentários:

A Emenda Constitucional nº 103/19 estabelece medidas relacionadas à Previdência Social, dentre as quais o Artigo 29 trata de situações em que o segurado recebe remuneração inferior ao limite mínimo mensal do salário de contribuição. Nesse caso, o segurado pode:

- I - Complementar sua contribuição **para atingir o limite mínimo exigido;**
- II - **Utilizar o valor da contribuição que ultrapassar o limite mínimo em uma competência em outra; ou**
- III - Agrupar contribuições inferiores ao limite mínimo de diferentes competências para aproveitamento em contribuições mínimas mensais.

Gabarito: Certo

271. João Pé de Feijão, segurado facultativo do RGPS, havia recolhido dez contribuições mensais quando, devido a problemas financeiros, teve que deixar de recolher novas contribuições durante nove meses. Após se restabelecer financeiramente, João Pé de Feijão voltou a contribuir, mas, após quatro meses de contribuição, ele foi acometido por uma doença que o incapacitou para o trabalho por 60 dias. Nessa situação, pode-se afirmar que João Pé de Feijão terá direito de receber auxílio por incapacidade temporária porque readquiriu a qualidade de segurado após o recolhimento de um terço do número de contribuições exigidas para o gozo do auxílio por incapacidade temporária.

Comentários:

João Pé de Feijão, embora incapacitado para o trabalho habitual por mais de 15 dias consecutivos, não terá direito de receber auxílio por incapacidade temporária. O art. 27-A da Lei n. 8.213/91 dispõe que, na hipótese de perda da qualidade de segurado, para fins da concessão do benefício de auxílio por incapacidade temporária, o segurado deverá contar, a partir da data da nova filiação à Previdência Social, com metade do período de carência exigido, ou seja, 6 contribuições.

No caso, a incapacidade de João Pé de Feijão teve início antes de ele ter cumprido as 6 contribuições após a nova filiação ao RGPS.

Gabarito: Errado

272. Os benefícios de pensão por morte, auxílio-reclusão e auxílio-acidente prescindem de carência.

Comentários:

Prescindir significa dispensar, não precisar.

Os benefícios de pensão por morte e auxílio-acidente dispensam o cumprimento de carência. Porém, o auxílio-reclusão exige o cumprimento da carência mínima de 24 contribuições.

Gabarito: Errado

273. A aposentadoria por incapacidade permanente é devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio por incapacidade temporária, for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.

Comentários:

De acordo com o art. 43 do Decreto 3.048/99, a aposentadoria por incapacidade permanente é devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio por incapacidade temporária, for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.

Isso significa que o direito à aposentadoria por incapacidade permanente não está condicionado apenas à situação de recebimento de auxílio por incapacidade temporária, mas sim à avaliação da incapacidade permanente para o trabalho, independentemente de o segurado estar ou não em gozo desse auxílio.

Art. 43. *A aposentadoria por incapacidade permanente, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio por incapacidade temporária, for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.*

Gabarito: Certo

274. Catarina, empregada da empresa XYW S/A, adotou uma criança de seis anos, cuja mãe biológica já tinha recebido o salário-maternidade. Nesse caso, pode-se afirmar que Catarina não terá direito de receber o benefício de salário-maternidade, vez que a mãe biológica da criança já recebera o mesmo benefício.

Comentários:

A adoção de criança de qualquer idade (0 a 12 anos incompletos) dá o direito à segurada ou ao segurado adotante de receber o benefício do salário-maternidade pelo período de 120 dias a contar da data da adoção.

Mesmo que a mãe biológica tenha recebido o salário-maternidade, a mãe adotiva terá direito de receber o benefício, se cumpridas as exigências legais.

O fato gerador do salário-maternidade é a adoção. E o fato gerador que deu direito à mãe biológica de receber o salário-maternidade foi o parto.

Gabarito: Errado

275. João, aposentado pelo RGPS, veio a falecer. Deixou a esposa e dois filhos menores de 21 anos – Mateus e Pedro. Pedro é pessoa com deficiência intelectual. Considerando a situação apresentada, julgue o item à luz da legislação previdenciária.

A pensão por morte de João será equivalente a 100% do valor da aposentadoria recebida pelo segurado na data do óbito.

Comentários:

Ao caso se aplica o disposto no art. 106, §2º, do Decreto n. 3.048/99:

§2º Na hipótese de haver dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte será equivalente a cem por cento do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, até o limite máximo do salário de benefício do RGPS, observado o disposto no § 1º do art. 113. (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

Gabarito: Certo

276. A pensão por morte, devida ao filho até os vinte e um anos de idade, prorroga-se pela pendência do curso universitário até os vinte e quatro anos de idade, conforme entendimento do STJ.

Comentários:

A pensão por morte não se prorroga para o filho maior de 21 anos que estiver cursando ensino superior. Esse é, inclusive, o entendimento adotado na súmula nº 37 da TNU.

Gabarito: Errado

277. A pensão por morte não exige carência, mas a duração do benefício para o cônjuge varia conforme a existência de filhos menores de idade, sendo vitalícia apenas se houver filhos menores de 14 anos de idade.

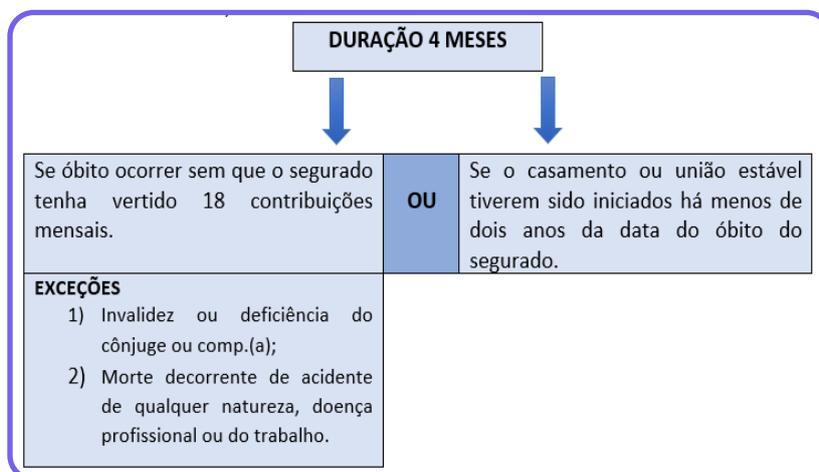
Comentários:

A pensão por morte no RGPS é concedida aos dependentes do segurado falecido, aposentado ou não.

Não há exigência de carência para a concessão da pensão por morte.

No caso do cônjuge, do companheiro e da companheira, a pensão por morte cessará:

a) após 04 meses, se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados há menos de 2 (dois) anos do óbito do segurado, **salvo** nos casos em que a morte decorrer de acidente de qualquer natureza, de doença profissional ou do trabalho;



b) após os períodos descritos na tabela abaixo¹, estabelecidos de acordo com a idade do beneficiário na data de óbito do segurado, se o óbito ocorrer depois de vertidas 18 contribuições mensais e, pelo menos, 2 anos após o início do casamento ou da união estável. O mesmo acontece se a morte do segurado ocorrer de acidente de qualquer natureza ou causa, ainda que não tenha o segurado 18 contribuições mensais e nem 02 anos de casamento ou união estável até a sua morte.

¹De acordo com a Portaria ME nº 424/2020 para óbitos a partir de janeiro de 2021.

TEMPO DE DURAÇÃO	IDADE CÔNJUGE E COMP(A)
3 anos	Menos de 22 anos
6 anos	Entre 22 e 27 anos
10 anos	Entre 28 e 30 anos
15 anos	Entre 31 e 41 anos
20 anos	Entre 42 e 44 anos
Vitalícia	Com 45 anos ou mais

c) após a cessação da invalidez ou o afastamento da deficiência, respeitados os períodos mínimos de 04 meses ou da tabela acima, se inválido ou com deficiência.

Gabarito: Errado

278. Conforme previsão contida no Regime Geral da Previdência Social, é permitido o recebimento conjunto de seguro-desemprego e pensão por morte.

Comentários:

De acordo com a legislação previdenciária, alguns benefícios não podem ser recebidos conjuntamente. Veja o quadro que vai facilitar a sua compreensão:

BENEFÍCIOS QUE NÃO PODEM SER RECEBIDOS CONJUNTAMENTE

- auxílio por incapacidade temporária e aposentadoria;
- auxílio por incapacidade temporária e salário-maternidade;
- mais de uma aposentadoria à conta do RGPS;
- aposentadoria e abono de permanência em serviço;
- mais de um auxílio-acidente;
- mais de uma pensão deixada por cônjuge ou companheiro no mesmo regime de previdência;
- salário-maternidade para segurado e segurada, ambos adotantes da mesma criança;
- benefícios previdenciários com seguro-desemprego, exceto auxílio-acidente, pensão por morte e auxílio-reclusão;
- BPC-LOAS com benefícios da seguridade social, exceto benefícios de assistência médica e pensão de natureza indenizatória;
- auxílio-inclusão com BPC-LOAS, aposentadorias, benefícios por incapacidade de qualquer regime e pensão.

O seguro-desemprego não poderá ser recebido cumulativamente com os benefícios previdenciários, **salvo o auxílio-acidente, a pensão por morte e o auxílio-reclusão**. Portanto, seguro-desemprego e pensão por morte podem ser recebidos conjuntamente.

Gabarito: Certo

279. Analise a situação hipotética e julgue o item seguinte.

João tem 17 anos de idade e é filho único de Selma e Antônio, divorciados e ambos segurados da previdência social na qualidade de empregados.

Assertiva: Caso o pai e a mãe de João venham a falecer, o filho não terá direito a duas pensões, apesar de seus pais não morarem juntos.

Comentários:

Além de não haver previsão legal proibindo o recebimento de pensão por morte de mais de um genitor, a dependência econômica do filho menor de vinte e um anos em relação a seus pais é presumida. Assim sendo, se o menor de dezessete anos perde os dois pais, ambos segurados, o filho tem direito a receber as duas pensões.

Gabarito: Errado

280. A Constituição Federal prevê a incidência de contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social.

Comentários:

A Constituição Federal veda expressamente a incidência de contribuição social sobre os proventos de aposentadorias e pensão pagos pelo RGPS, conforme dispõe o art. 195, *caput*, inciso II, da Constituição Federal:

A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

[...]

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

Gabarito: Errado

281. Para fins de custeio da seguridade social, considera-se empresa a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, excluídos os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional.

Comentários:

De acordo com o que dispõe o art. 15 da Lei n. 8.212/91, considera-se empresa a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, bem como os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional.

Gabarito: Errado

282. As receitas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios destinadas à seguridade social devem constar dos respectivos orçamentos, integrando o orçamento da União.

Comentários:

Essas receitas não integram o orçamento da União; constarão dos respectivos orçamentos. Veja o que dispõe o art. 195, §1º, da Constituição Federal:

Art. 195[...]

§ 1º As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

Gabarito: Errado

A respeito da contagem recíproca do tempo de contribuição, julgue o item que se segue.

283. Não é possível utilizar o tempo de serviço militar no Regime Geral de Previdência Social para fins de aposentadoria.

Comentários:

O tempo de serviço militar exercido nas atividades de que tratam os arts. 42, 142 e 143 da Constituição Federal e o tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social ou a regime próprio de previdência social terão contagem recíproca para fins de inativação militar ou aposentadoria, e a compensação financeira será devida entre as receitas de contribuição referentes aos militares e as receitas de contribuição aos demais regimes. É o que dispõe o art. 201, §9º-A, da Constituição Federal.

Gabarito: Errado

284. Nos termos do que dispõe a Constituição Federal de 1988, a contagem recíproca de tempo de contribuição prescinde de compensação financeira entre os regimes de previdência.

Comentários:

Pelo contrário, haverá compensação financeira entre os regimes de previdência, de acordo com os critérios estabelecidos em lei. Confira o que dispõe o §9º do art. 201 da Constituição Federal:

para fins de aposentadoria, será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.

Gabarito: Errado

285. O benefício assistencial devido à pessoa idosa e à pessoa com deficiência (BPC-LOAS) somente poderá ser concedido a brasileiro nato ou naturalizado.

Comentários:

O BPC-LOAS poderá ser concedido a estrangeiro com residência regular no Brasil, desde que atenda aos requisitos da LOAS.

Segundo a tese firmada no Tema 173 do STF, com repercussão geral, temos que:

Os estrangeiros residentes no País são beneficiários da assistência social prevista no artigo 203, inciso V, da Constituição Federal, uma vez atendidos os requisitos constitucionais e legais.

Gabarito: Errado

286. A Lei Eloy Chaves, que criou em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados, foi o primeiro ato normativo a tratar de previdência social no Brasil.

Comentários:

Embora seja correto afirmar que a Lei Eloy Chaves criou caixa de aposentadorias e pensão para os empregados das empresas de estradas de ferro no país, ela não foi o primeiro ato normativo a tratar de previdência social no Brasil.

Antes mesmo da Lei Eloy Chaves, havia algumas normas que, mesmo que incipientes, trataram de previdência social. Exemplo, tem-se a Constituição da República de 1891 que continha a expressão “aposentadoria”, concedida a funcionários públicos, em caso de invalidez permanente.

Gabarito: Errado

287. A assistência social, para fins de concessão de benefícios, exige, dos interessados, determinado número mínimo de contribuições mensais.

Comentários:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social (art. 203, *caput*, CF). O beneficiário da assistência social não precisa ter contribuído para a seguridade social.

Gabarito: Errado

288. Um dos objetivos da assistência social é a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza.

Comentários:

É o que vem disposto no art. 203, VI, da Constituição Federal:

“Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: (...) VI - a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza.”

Gabarito: Certo

289. A União deverá aplicar anualmente em ações e serviços públicos de saúde não menos do que 15% sobre a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro.

Comentários:

Os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) têm a obrigação de aplicar, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, recursos financeiros mínimos.

A Constituição Federal de 1988 dispõe no art. 198, §2º:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:

I - no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento).

Gabarito: Certo

290. São princípios para os benefícios da Seguridade Social: a universalidade da cobertura de atendimento, a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços e a irredutibilidade do valor dos benefícios.

Comentários:

Conforme dispõe o parágrafo único do art. 194 da Constituição Federal, são princípios da seguridade social:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social;

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Gabarito: Certo

291. O equilíbrio financeiro e atuarial deve ser observado pelos regimes públicos de previdência no Brasil, devendo o Poder Público se atentar sempre para a relação entre custeio e pagamento de benefícios, a fim de manter o sistema em condições superavitárias.

Comentários:

Os regimes públicos de previdência brasileiros são o RGPS e os regimes próprios de previdência social – RPPS. A Constituição Federal dispõe nos artigos 40 e 201 que devem ser observados os princípios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes de previdência.

CF

Art. 40. *O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.*

Art. 201. *A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e (...)*

Gabarito: Certo

292. Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na da Constituição Federal de 1988, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social, aplicando-se outras vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no Regime Geral de Previdência Social.

Comentários:

Conforme disposto no §6º do art. 40 da Constituição Federal. Uma mesma pessoa só pode receber mais de uma aposentadoria paga pelo mesmo regime próprio de previdência social se ela acumular cargos autorizados pela Constituição Federal:

Art. 37...

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Gabarito: Certo

293. Com o advento da Emenda Constitucional n.º 103/2019, o(a) servidor(a) abrangido(a) por regime próprio de previdência será aposentado(a) por incapacidade para o trabalho, no cargo em que estiver investido(a), quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade da incapacidade após cinco anos da data de concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.

Comentários:

Alteração trazida pela EC n. 103/2019, conforme se verifica no disposto no art. 40, §1º, inciso I, da Constituição Federal. O texto da Constituição Federal não menciona que a avaliação para verificação da continuidade da incapacidade se dará após 05 anos da data da concessão da aposentadoria. A periodicidade ficará a cargo da lei de cada ente federativo.

Constituição Federal

Art. 40...

§ 1º O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

I - por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

Gabarito: Errado

294. De acordo com o disposto na Lei nº 9.717/98, no caso de extinção de regime próprio de previdência social, a União, o Estado, o Distrito Federal e os Municípios assumirão integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários à sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do regime próprio de previdência social.

Comentários:

A Lei nº 9.717/98 dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal.

No caso de extinção de regime próprio de previdência social, dispõe o art. 10 da referida Lei:

Art. 10. No caso de extinção de regime próprio de previdência social, a União, o Estado, o Distrito Federal e os Municípios assumirão integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do regime próprio de previdência social.

Gabarito: Certo

295. A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores, não poderá ser inferior ao dobro da contribuição do servidor ativo, nem superior ao triplo desta contribuição.

Comentários:

O regime próprio de previdência social é financiado com contribuição do ente federativo que o criou, do servidor ativo, do aposentado e do pensionista.

A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição. É o que dispõe no art. 2º da Lei nº 9.717/98.

Gabarito: Errado

296. Os empregados das empresas públicas federais, estaduais ou municipais são beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos da União, dos Estados ou dos Municípios, respectivamente.

Comentários:

O regime próprio de previdência social abrange servidor público que ocupa cargo efetivo. Conforme disposto no *caput* do art. 40 da Constituição Federal, o regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Gabarito: Errado

297. O servidor público titular de cargo efetivo em determinado estado da Federação e filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente federado, permanecerá vinculado ao regime de origem.

Comentários:

O servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou o militar dos Estados e do Distrito Federal filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da federação, com ou sem ônus para o cessionário, permanecerá vinculado ao regime de origem. É o que se acha disposto no art. 1º-A da Lei nº 9.717/98.

Gabarito: Certo

298. Os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão subsidiariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Comentários:

Responsabilidade é solidária. Veja o que dispõe o art. 8º - A da Lei nº 9.717/98:

Os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa. (Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)

Gabarito: Errado

Com relação à Lei nº 7.070/1982, que dispõe sobre a pensão especial aos portadores de deficiência física conhecida como “Síndrome da Talidomida”, julgue o item que segue.

299. A pensão especial prevista na Lei supracitada é, em razão de sua natureza, acumulável com rendimento ou indenização que, a qualquer título, venha a ser pago pela União a seus beneficiários.

Comentários:

A pensão especial, consoante o *caput* do art. 3º da Lei em estudo, NÃO é acumulável com rendimento ou indenização que, a qualquer título, venha a ser pago pela União a seus beneficiários, exceto a indenização por dano moral concedida por lei específica. Ainda, sobre a pensão especial, é importante lembrar que ela é mensal, vitalícia e intransferível.

→ Vejamos o dispositivo legal:

Art. 3º A pensão especial de que trata esta Lei, ressalvado o direito de opção, não é acumulável com rendimento ou indenização que, a qualquer título, venha a ser pago pela União a seus beneficiários, salvo a indenização por dano moral concedida por lei específica. (Redação dada pela Lei nº 12.190, de 2010).

§ 1º O benefício de que trata esta Lei é de natureza indenizatória, não prejudicando eventuais benefícios de natureza previdenciária, e não poderá ser reduzido em razão de eventual aquisição de capacidade laborativa ou de redução de incapacidade para o trabalho, ocorridas após a sua concessão. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 1997) (Renumerado pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)

§ 2º O beneficiário desta pensão especial, maior de trinta e cinco anos, que necessite de assistência permanente de outra pessoa e que tenha recebido pontuação superior ou igual a seis, conforme estabelecido no § 2º do art. 1º desta Lei, fará jus a um adicional de vinte e cinco por cento sobre o valor deste benefício. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)

§ 3º Sem prejuízo do adicional de que trata o § 2º, o beneficiário desta pensão especial fará jus a mais um adicional de trinta e cinco por cento sobre o valor do benefício, desde que comprove pelo menos: (Incluído pela Lei nº 10.877, de 2004)

I – vinte e cinco anos, se homem, e vinte anos, se mulher, de contribuição para a Previdência Social; (Incluído pela Lei nº 10.877, de 2004)

II – cinquenta e cinco anos de idade, se homem, ou cinquenta anos de idade, se mulher, e contar pelo menos quinze anos de contribuição para a Previdência Social. (Incluído pela Lei nº 10.877, de 2004)

Gabarito: Errado

No que tange à Lei nº 7.986/89, que dispõe sobre a pensão especial aos seringueiros, julgue o item que segue.

300. A comprovação da efetiva prestação de serviços na condição mencionada na Lei supramencionada, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, somente produzirá efeito quando baseada em início de prova material, inadmitindo-se prova exclusivamente testemunhal.

Comentários:

Isso mesmo, pessoal. Nos termos do art. 3º da Lei em estudo, exige-se que a comprovação da efetiva prestação de serviço seja baseada em início de prova material, não se admitindo prova exclusivamente testemunhal.

Tome cuidado, pois o que não se admite é que a prova seja exclusivamente testemunhal. Nada impede que seja utilizada a prova testemunhal. Não confunda.

Art. 3º A comprovação da efetiva prestação de serviços a que alude esta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal. (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998)

§ 1º A comprovação da efetiva prestação de serviços a que alude o caput far-se-á perante os órgãos do Ministério da Previdência e Assistência Social. (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998)

§ 2º Caberá à Defensoria Pública, por solicitação do interessado, quando necessitado, promover a justificação judicial, ficando o solicitante isento de quaisquer custas judiciais ou outras despesas. (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998)

§ 3º O prazo para julgamento da justificação é de quinze dias. (Incluído pela Lei nº 9.711, de 1998)

Gabarito: Certo

Em relação à Lei nº 8.059/1990, que dispõe sobre a pensão especial devida aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial e a seus dependentes, julgue a assertiva abaixo.

301. A pensão, em virtude de sua natureza jurídica, é acumulável com outros rendimentos percebidos dos cofres públicos, salvo os benefícios previdenciários.

Comentários:

Nada disso. Nos termos do *caput* do art. 4º da Lei em apreço, a pensão devida aos ex-combatentes é **INACUMULÁVEL** com quaisquer rendimentos percebidos dos cofres públicos, salvo os benefícios previdenciários.

Portanto, guarde:

- Regra: inacumulável.
- Exceção: pode ser cumulado com os benefícios previdenciários.

Art. 4º A pensão é inacumulável com quaisquer rendimentos percebidos dos cofres públicos, exceto os benefícios previdenciários.

§ 1º O ex-combatente, ou dependente legalmente habilitado, que passar a receber importância dos cofres públicos perderá o direito à pensão especial pelo tempo em que permanecer nessa situação, não podendo a sua cota-parte ser transferida a outros dependentes.

§ 2º Fica assegurado ao interessado que perceber outros rendimentos pagos pelos cofres públicos o direito de optar pela pensão ou por esses rendimentos.

Gabarito: Errado

Julgue o item a seguir com base na Lei nº 13.985/2020, que institui pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

302. O requerimento da pensão de que trata a Lei em estudo será realizado no INSS, sendo prescindível a realização de exame pericial por perito médico federal para atestar a relação entre a síndrome congênita adquirida e a contaminação pelo vírus da zika.

Comentários:

A parte inicial do enunciado está perfeita, eis que vai ao encontro do *caput* do art. 2º da Lei estudada. A parte final, contudo, está incorreta, pois o parágrafo único do mesmo dispositivo aduz que será (obrigatoriedade, ou seja, é imprescindível) realizado exame pericial por perito médico federal para constatar a relação entre a síndrome congênita adquirida e a contaminação pelo vírus da zika.

Art. 2º O requerimento da pensão especial de que trata esta Lei será realizado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Parágrafo único. Será realizado exame pericial por perito médico federal para constatar a relação entre a síndrome congênita adquirida e a contaminação pelo vírus da zika.

Gabarito: Errado

À luz da Lei nº 10.779/2203, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal, julgue o item que segue.

303. Apenas terá direito ao seguro-desemprego o segurado especial pescador artesanal que não tenha outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira.

Comentários:

O item está perfeito, eis que encontra amparo no §4º do art. 1º da Lei em estudo. Insta destacar que se considera profissão habitual ou principal meio de vida a atividade exercida durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso, ou nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do defeso em curso, o que for menor. Além disso, é importante guardar que o período de defeso de atividade pesqueira é fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique.

Vejamos o dispositivo legal:

Art. 1º O pescador artesanal de que tratam a alínea “b” do inciso VII do art. 12 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, e a alínea “b” do inciso VII do art. 11 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, desde que exerça sua atividade profissional ininterruptamente, de forma artesanal e individualmente ou em regime de economia familiar, fará jus ao benefício do seguro-desemprego, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie. (Redação dada pela Lei nº 13.134, de 2015)

§ 1º Considera-se profissão habitual ou principal meio de vida a atividade exercida durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso, ou nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do defeso em curso, o que for menor. (Redação dada pela Lei nº 13.134, de 2015)

§ 2º O período de defeso de atividade pesqueira é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique.

§ 3º Considera-se ininterrupta a atividade exercida durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso, ou nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do defeso em curso, o que for menor. (Incluído dada pela Lei nº 13.134, de 2015)

§ 4º Somente terá direito ao seguro-desemprego o segurado especial pescador artesanal que não disponha de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira. (Incluído dada pela Lei nº 13.134, de 2015)

(...)

Gabarito: Certo

Com base na Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, julgue o item que segue.

304. Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo, necessariamente de natureza física, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Comentários:

A expressão “necessariamente” invalidou a questão.

Nos termos do §2º do art. 20 da Lei em estudo, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual OU sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011) (Vide Lei nº 13.985, de 2020)

§ 1º Para os efeitos do disposto no caput, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 2º Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

§ 2º-A. A concessão administrativa ou judicial do benefício de que trata este artigo a pessoa com deficiência fica sujeita a avaliação, nos termos de regulamento. (Incluído pela Lei nº 15.077, de 2024)

(...)

Gabarito: Errado

Com base na Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, julgue o item que segue acerca do auxílio-inclusão.

305. Ao INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - compete a gestão do auxílio-inclusão, enquanto que ao Ministério da Cidadania compete a sua operacionalização e pagamento.

Comentários:

É justamente ao contrário, pessoal. Para não confundir, anote que:

- A. A gestão do auxílio-inclusão compete ao Ministério da Cidadania;
- B. A operacionalização e pagamento do auxílio compete ao INSS;
- C. As despesas decorrentes do pagamento do auxílio-inclusão também correrão à conta do orçamento do Ministério da Cidadania.

→ Vejamos o dispositivo legal:

Art. 26-F. Compete ao Ministério da Cidadania a gestão do auxílio-inclusão, e ao INSS a sua operacionalização e pagamento. (Incluído pela Lei nº 14.176, de 2021) (Vigência)

Gabarito: Errado

Com base no Decreto nº 6.214/2007, julgue o item que segue.

306. A cessação do Benefício de Prestação Continuada concedido à pessoa com deficiência, até mesmo em razão do seu ingresso no mercado de trabalho, não impede nova concessão do benefício, contanto que atendidos os requisitos exigidos legais.

Comentários:

O item está correto, pessoal. A cessação do benefício, por si só, não impede nova concessão, desde que atendidos, por óbvio, os requisitos legais. É o que nos diz o art. 25 do Decreto em estudo, senão vejamos:

Art. 25. A cessação do Benefício de Prestação Continuada concedido à pessoa com deficiência, inclusive em razão do seu ingresso no mercado de trabalho, não impede nova concessão do benefício desde que atendidos os requisitos exigidos neste Decreto.

Gabarito: Certo

Com relação à Lei nº 9.425/1996, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às vítimas do acidente nuclear ocorrido em Goiânia, julgue o item que segue.

307. A pensão vitalícia, a título de indenização especial, é concedida às vítimas do acidente com a substância radioativa CÉSIO 137, ocorrido em Goiânia, Estado de Goiás; ou ao cônjuge sobrevivente ou aos herdeiros necessários, em caso de morte do beneficiário.

Comentários:

Consoante o parágrafo único do art. 1º da Lei em estudo, a pensão vitalícia é PERSONALÍSSIMA, não sendo transmissível ao cônjuge sobrevivente ou aos herdeiros, em casos de morte do beneficiário.

Art. 1º É concedida pensão vitalícia, a título de indenização especial, às vítimas do acidente com a substância radioativa CÉSIO 137, ocorrido em Goiânia, Estado de Goiás.

Parágrafo único. A pensão de que trata esta Lei, é personalíssima, não sendo transmissível ao cônjuge sobrevivente ou aos herdeiros, em caso de morte do beneficiário.

Gabarito: Errado

Com base na Lei nº 10.559/2002, julgue a assertiva abaixo.

308. Na hipótese de falecimento do anistiado político, o direito à reparação transfere-se aos seus dependentes, considerados os critérios fixados nos regimes jurídicos dos servidores civis e militares da União.

Comentários:

Exatamente, pessoal. O item trouxe a regra prevista no art. 13 da Lei nº 10.559/2002. Importante destacar, ainda, que ao anistiado político são também assegurados os benefícios indiretos mantidos pelas empresas ou órgãos da Administração Pública a que estavam vinculados quando foram punidos, ou pelas entidades instituídas por umas ou por outros, inclusive planos de seguro, de assistência médica, odontológica e hospitalar, bem como de financiamento habitacional.

Art. 13. No caso de falecimento do anistiado político, o direito à reparação econômica transfere-se aos seus dependentes, observados os critérios fixados nos regimes jurídicos dos servidores civis e militares da União.

Gabarito: Certo

Julgue o item com base na Lei nº 11.520/2007, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios.

309. As despesas decorrentes da concessão da pensão especial prevista na Lei em estudo, correrão por conta do Tesouro Nacional e constarão de programação orçamentária específica no orçamento do Ministério da Cidadania.

Comentários:

Consoante o art. 6º da Lei nº 11.520/2007, as despesas constarão de programação orçamentária específica no orçamento do Ministério da Previdência Social.

Acerca da pensão estudada, anote que ela é vitalícia e personalíssima, ou seja, não se transfere aos herdeiros em caso de morte do beneficiário.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta do Tesouro Nacional e constarão de programação orçamentária específica no orçamento do Ministério da Previdência Social.

Gabarito: Errado

De acordo com a Lei nº 9.796/99, julgue o item a seguir.

310. Os regimes instituidores possuem a obrigação de comunicar imediatamente aos regimes de origem qualquer revisão no valor do benefício objeto de compensação financeira ou sua extinção total ou parcial.

Comentários:

Isso mesmo. O item trouxe a regra expressamente prevista no *caput* do art. 7º da Lei nº 9.796/99. Caso a regra não seja cumprida, as parcelas pagas indevidamente pelo regime de origem serão registradas em dobro, no mês seguinte ao da constatação, como débito daquele regime.

→ Vejamos o dispositivo legal:

Art. 7º Os regimes instituidores devem comunicar de imediato aos regimes de origem qualquer revisão no valor do benefício objeto de compensação financeira ou sua extinção total ou parcial, cabendo ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS registrar as alterações no cadastro a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. Constatado o não cumprimento do disposto neste artigo, as parcelas pagas indevidamente pelo regime de origem serão registradas em dobro, no mês seguinte ao da constatação, como débito daquele regime.

Gabarito: Certo

Julgue o item que segue com base no Decreto nº 10.188/2019.

311. Para o processamento do requerimento de compensação financeira pelo sistema, o INSS e os RPPS celebrarão termo de adesão com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e contrato com a empresa de tecnologia desenvolvedora do sistema de compensação previdenciária.

Comentários:

Exatamente. Conforme o §1º do art. 10 da Lei em apreço, será celebrado termo de adesão com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e também contrato a empresa de tecnologia desenvolvedora do sistema de compensação previdenciária.

Art. 10. A Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia disponibilizará para adesão do INSS, órgão gestor do RGPS, e dos RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sistema de compensação previdenciária destinado a manter atualizado o cadastro de todos os benefícios objeto de compensação financeira e a apurar o montante devido pelos regimes.

§ 1º Para o processamento do requerimento de compensação financeira pelo sistema, o INSS e os RPPS celebrarão termo de adesão com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e contrato com a empresa de tecnologia desenvolvedora do sistema de compensação previdenciária.

§ 2º O Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social estabelecerá as diretrizes para as relações negociais do INSS e dos RPPS com a empresa de tecnologia responsável pelo desenvolvimento do sistema de compensação previdenciária.

Gabarito: Certo

De acordo com a Emenda Constitucional nº 103/2019, julgue o item que segue.

312. A pensão por morte concedida a dependente do segurado do Regime Geral de Previdência Social ou de servidor público federal será equivalente a uma cota familiar de 70% (setenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito.

Comentários:

Nos termos do *caput* do art. 23 da Emenda Constitucional em apreço, a pensão por morte será equivalente a uma cota familiar de 50% (CINQUENTA POR CENTO) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito. Importante anotar que será acrescida cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).

Art. 23. A pensão por morte concedida a dependente de segurado do Regime Geral de Previdência Social ou de servidor público federal será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).

§ 1º As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e não serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de 100% (cem por cento) da pensão por morte quando o número de dependentes remanescente for igual ou superior a 5 (cinco).

(...)

Gabarito: Errado

De acordo com a Emenda Constitucional nº 103/2019, julgue o item a seguir.

313. É anulável a aposentadoria que tenha sido concedida ou que venha a ser concedida por regime próprio de previdência social com contagem recíproca do Regime Geral de Previdência Social mediante o cômputo de tempo de serviço sem o recolhimento da respectiva contribuição ou da correspondente indenização pelo segurado obrigatório responsável, à época do exercício da atividade, pelo recolhimento de suas próprias contribuições previdenciárias.

Comentários:

Cuidado com o detalhe. Na realidade, nos termos do §3º do art. 25, é NULO (e não anulável) a aposentadoria que tenha sido concedida ou que venha a ser concedida por regime próprio de previdência social com contagem recíproca do Regime Geral de Previdência Social mediante o cômputo de tempo de serviço sem o recolhimento da respectiva contribuição ou da correspondente indenização pelo segurado obrigatório responsável, à época do exercício da atividade, pelo recolhimento de suas próprias contribuições previdenciárias.

→ Vejamos o dispositivo legal:

Art. 25. Será assegurada a contagem de tempo de contribuição fictício no Regime Geral de Previdência Social decorrente de hipóteses descritas na legislação vigente até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional para fins de concessão de aposentadoria, observando-se, a partir da sua entrada em vigor, o disposto no § 14 do art. 201 da Constituição Federal.

(...)

§ 3º Considera-se nula a aposentadoria que tenha sido concedida ou que venha a ser concedida por regime próprio de previdência social com contagem recíproca do Regime Geral de Previdência Social mediante o cômputo de tempo de serviço sem o recolhimento da respectiva contribuição ou da correspondente indenização pelo segurado obrigatório responsável, à época do exercício da atividade, pelo recolhimento de suas próprias contribuições previdenciárias.

Gabarito: Errado

Com base na Lei Complementar nº 142/2013, julgue o item que segue.

314. Para reconhecimento do direito à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, considera-se com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Comentários:

Perfeito. O item trouxe a regra expressamente prevista no art. 2º da Lei Complementar nº 142/2013. Observe que o dispositivo fala em impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que podem obstruir a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 2º Para o reconhecimento do direito à aposentadoria de que trata esta Lei Complementar, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Gabarito: Certo

De acordo com a Lei nº 8.212/1991, julgue o item abaixo.

315. A contribuição do empregador doméstico incidente sobre o salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço é de 11% (onze por cento) e 0,8% (oito décimos por cento) para financiamento do seguro contra acidentes de trabalho.

Comentários:

Não mesmo. Nos termos do art. 24 da Lei em estudo, guarde que a contribuição do empregador doméstico incidente sobre o salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço é de:

- A. 8% (oito por cento); e
- B. 0,8% (oito décimos por cento) para o financiamento do seguro contra acidentes de trabalho.

Art. 24. A contribuição do empregador doméstico incidente sobre o salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço é de:
(Redação dada pela Lei nº 13.202, de 2015)

I - 8% (oito por cento); e (Incluído pela Lei nº 13.202, de 2015)

II - 0,8% (oito décimos por cento) para o financiamento do seguro contra acidentes de trabalho. (Incluído pela Lei nº 13.202, de 2015)

Parágrafo único. Presentes os elementos da relação de emprego doméstico, o empregador doméstico não poderá contratar microempreendedor individual de que trata o art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sob pena de ficar sujeito a todas as obrigações dela decorrentes, inclusive trabalhistas, tributárias e previdenciárias. (Incluído pela Lei nº 12.470, de 2011)

Gabarito: Errado

De acordo com a Lei nº 8.212/1991, julgue o item abaixo.

316. Ao empregador rural pessoa física equipara-se o consórcio simplificado de produtores rurais, formado pela união de produtores rurais pessoas físicas, que outorgar a um deles poderes para contratar, gerir e demitir trabalhadores para prestação de serviços, exclusivamente, aos seus integrantes, mediante documento registrado em cartório de títulos e documentos.

Comentários:

Isso mesmo. O item trouxe a literalidade do art. 25-A da Lei nº 8.212/91. É importante destacar que a regra do dispositivo supracitado exige a presença de documento registrado em cartório de títulos e documentos. Além disso, anote que o consórcio deverá ser matriculado no INSS em nome do empregador a quem hajam sido outorgados poderes. Por fim, insta salientar que os produtores rurais integrantes do consórcio serão responsáveis solidários em relação às obrigações previdenciárias.

Art. 25A. Equipara-se ao empregador rural pessoa física o consórcio simplificado de produtores rurais, formado pela união de produtores rurais pessoas físicas, que outorgar a um deles poderes para contratar, gerir e demitir trabalhadores para prestação de serviços, exclusivamente, aos seus integrantes, mediante documento registrado em cartório de títulos e documentos. (Incluído pela Lei nº 10.256, de 2001).

§ 1º O documento de que trata o caput deverá conter a identificação de cada produtor, seu endereço pessoal e o de sua propriedade rural, bem como o respectivo registro no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA ou informações relativas a parceria, arrendamento ou equivalente e a matrícula no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS de cada um dos produtores rurais. (Incluído pela Lei nº 10.256, de 2001).

§ 2º O consórcio deverá ser matriculado no INSS em nome do empregador a quem hajam sido outorgados os poderes, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 10.256, de 2001).

§ 3º Os produtores rurais integrantes do consórcio de que trata o caput serão responsáveis solidários em relação às obrigações previdenciárias. (Incluído pela Lei nº 10.256, de 2001).

Gabarito: Certo

De acordo com a Lei nº 8.213/91, julgue o item que segue, especialmente no que diz respeito à aposentadoria por invalidez.

317. A concessão de aposentadoria por invalidez depende da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, que, obrigatoriamente, deve ser realizado de forma presencial, não se admitindo o uso da telemedicina.

Comentários:

Inicialmente, é correto afirmar que a concessão de aposentadoria por invalidez depende da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo, ainda, o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança. Entretanto, a parte final do enunciado está incorreta, pois o exame médico-pericial poderá ser realizado com uso de tecnologia de telemedicina ou por análise documental, consoante previsão do §1º-A do art. 42 da Lei em análise.

Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.

§ 1º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.

§ 1º-A. O exame médico-pericial previsto no § 1º deste artigo poderá ser realizado com o uso de tecnologia de telemedicina ou por análise documental conforme situações e requisitos definidos em regulamento. (Incluído pela Lei nº 14.724, de 2023)

§ 2º A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

Gabarito: Certo

De acordo com a Lei nº 8.213/91, julgue o item que segue.

318. O segurado em gozo de auxílio por incapacidade temporária, auxílio-acidente ou aposentadoria por incapacidade permanente e o pensionista inválido, cujos benefícios tenham sido concedidos judicial ou administrativamente, estão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da Previdência Social para avaliação das condições que ensejam sua concessão ou manutenção; processo de reabilitação profissional prescrito e custeado pela Previdência Social; e tratamento oferecido gratuitamente, exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue, que são facultativos.

Comentários:

Isso mesmo. Trata-se da previsão expressa do art. 101 da Lei em estudo. Sobre tal dispositivo, é importante observar que o legislador utilizou-se da expressão “suspensão do benefício”, e não “cancelamento do benefício”. A banca pode fazer pegadinha nesse sentido.

Art. 101. O segurado em gozo de auxílio por incapacidade temporária, auxílio-acidente ou aposentadoria por incapacidade permanente e o pensionista inválido, cujos benefícios tenham sido concedidos judicial ou administrativamente, estão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a: (Redação dada pela Lei nº 14.441, de 2022)

I - exame médico a cargo da Previdência Social para avaliação das condições que ensejaram sua concessão ou manutenção; (Incluído pela Lei nº 14.441, de 2022)

II - processo de reabilitação profissional prescrito e custeado pela Previdência Social; e (Incluído pela Lei nº 14.441, de 2022)

III - tratamento oferecido gratuitamente, exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue, que são facultativos. (Incluído pela Lei nº 14.441, de 2022)

(...)

Gabarito: Certo

Julgue o item que segue com base no Decreto nº 3.048/99, que aprova o Regulamento da Previdência Social.

319. Caberá ao INSS conceder o benefício mais vantajoso ao requerente ou benefício diverso do requerido, contanto que os elementos constantes do processo administrativo assegurem o reconhecimento desse direito.

Comentários:

Isso mesmo. Trata-se da regra prevista no art. 176-E do Decreto em estudo. Observe que é imprescindível que os elementos presentes no processo administrativo assegurem o reconhecimento do direito. Ademais, no caso de direito à concessão de benefício diverso do requerido, caberá ao INSS notificar o segurado para que este manifeste expressamente a sua opção pelo benefício.

Art. 176-E. Caberá ao INSS conceder o benefício mais vantajoso ao requerente ou benefício diverso do requerido, desde que os elementos constantes do processo administrativo assegurem o reconhecimento desse direito. (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

Parágrafo único. Na hipótese de direito à concessão de benefício diverso do requerido, caberá ao INSS notificar o segurado para que este manifeste expressamente a sua opção pelo benefício, observado o disposto no art. 176-D. (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

Gabarito: Certo

Consoante a Instrução Normativa PRES/INSS nº 128/2022, julgue o item a seguir.

320. A filiação na qualidade de segurado facultativo pode gerar efeito retroativo, desde que o filiado realize o pagamento de contribuições relativas a competências anteriores à data da inscrição.

Comentários:

Nos termos do *caput* do art. 107 da Instrução Normativa em estudo, a filiação na qualidade de segurado facultativo gera efeito somente a partir da inscrição e do primeiro recolhimento sem atraso, NÃO podendo retroagir e não permitindo o pagamento de contribuições relativas a competências anteriores à data da inscrição.

Art. 107. A filiação na qualidade de segurado facultativo gera efeito somente a partir da inscrição e do primeiro recolhimento sem atraso, não podendo retroagir e não permitindo o pagamento de contribuições relativas a competências anteriores à data da inscrição.

§ 1º Após a inscrição, o segurado facultativo somente poderá recolher contribuições em atraso quando não tiver ocorrido perda da qualidade de segurado, conforme o disposto no inciso VI do art. 13 do RPS.

(...)

Gabarito: Errado

321. A competência para legislar sobre previdência social é privativa da União, ao passo que a competência para legislar sobre seguridade social é concorrente entre a União, os estados e o Distrito Federal.

Comentários:

Conforme dispõe o art. 194, *caput*, da CF, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos à saúde, à previdência e à assistência social.

No que toca à **seguridade social compete privativamente à União legislar sobre o tema**, conforme dispõe o art. 22, inciso XXIII, da Constituição Federal.

Já a competência para legislar sobre previdência social é concorrente entre a União, os estados e o Distrito Federal, nos termos do disposto no art. 24, XII, da Constituição Federal.

Gabarito: Errado

322. Diferentemente do direito à previdência social, tanto o direito à saúde quanto o direito à assistência social não estão vinculados a qualquer contraprestação por seus usuários.

Comentários:

Apenas a previdência social tem caráter contributivo. Saúde é direito de todos e dever do Estado, e a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

Gabarito: Certo

323. A Constituição Federal de 1988 (CF) prevê um rol de serviços da seguridade social que poderão ser estendidos sem a necessidade da correspondente fonte de custeio total.

Comentários:

Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total (art. 195, §5º, CF).

Gabarito: Errado

324. A Constituição Federal prevê que a gestão da seguridade social será tripartite, de caráter democrático e descentralizado, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empregadores e aposentados.

Comentários:

Na verdade, a CF estabelece expressamente a obrigatoriedade de uma gestão quadripartite da seguridade social (art. 194, parágrafo único, VII, CF), com a participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Gabarito: Errado

325. Ao ter estabelecido que o benefício do auxílio-reclusão é devido apenas para os dependentes dos segurados de baixa renda, o legislador constituinte aplicou o princípio da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

Comentários:

O princípio da seletividade é responsável por definir as contingências sociais que serão cobertas pela seguridade social e, ainda, as pessoas que poderão receber cada uma das prestações, com o fim de conciliar o princípio da universalidade da cobertura e do atendimento com a limitada capacidade financeira do Poder Público de arcar com os custos provenientes da realização das contingências sociais. Além disso, o princípio da seletividade

também autoriza que, com base nessa limitação financeira do Poder Público, certas prestações sejam limitadas e concedidas somente para algumas pessoas, como é o caso do auxílio-reclusão, que somente pode ser concedido aos dependentes dos segurados de baixa renda (art. 201, IV, CF).

Gabarito: Certo

326. Período de carência consiste no número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus a um benefício previdenciário, havendo, entretanto, benefícios previdenciários cuja concessão independe de carência.

Comentários:

É o conceito trazido pelo art. 24 da Lei n. 8.213/91. Há benefícios que não exigem carência, a exemplo, da pensão por morte e do auxílio-acidente.

Gabarito: Certo

Acerca dos benefícios previdenciários garantidos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), julgue o item seguinte.

327. Adailton foi aposentado por tempo de contribuição em 2010 e há 03 anos voltou a contribuir para o RGPS na condição de contribuinte individual. No último final de semana, Adailton sofreu um acidente que resultou no afastamento do seu novo trabalho por um período superior a quinze dias. Nessa situação, pode-se afirmar que Adailton terá direito de receber o benefício de auxílio por incapacidade temporária e poderá acumulá-lo com o recebimento de sua aposentadoria paga pelo INSS.

Comentários:

Adailton não terá direito de receber auxílio por incapacidade temporária, embora seja segurado em relação à nova atividade exercida. Não poderá receber porque já é aposentado e lei previdenciária veda o recebimento conjunto de aposentadoria com auxílio por incapacidade temporária.

Gabarito: Errado

328. Em 13 de novembro de 2019, foi publicada a Emenda Constitucional n. 103/2019, trazendo novas regras para a concessão de pensão por morte no âmbito do Regime Geral de Previdência Social. Considerando a nova legislação ser mais gravosa, pode-se afirmar que apenas os dependentes de segurado que já se aposentou ou que poderia ter-se aposentado antes da EC nº 103/2019 têm direito adquirido aos antigos critérios de cálculo da renda mensal inicial da pensão por morte.

Comentários:

Na verdade, a pensão por morte é concedida com base na legislação que está em vigor no momento do óbito do instituidor da pensão (ou seja, o óbito do segurado falecido), razão pela qual as regras anteriores à publicação da EC 103/19 poderão ser utilizadas para a concessão de pensão por morte em favor dos dependentes dos segurados que já haviam falecido quando a Emenda foi publicada. Isso pode ser confirmado pelo entendimento sumulado pelo STJ (súmula 340): "A lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito do segurado".

Gabarito: Errado

Acerca dos benefícios previdenciários garantidos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), julgue o item que se segue.

329. A aposentadoria especial será devida ao segurado empregado e ao trabalhador avulso independentemente da sua idade, se ele comprovar o exercício de atividade com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, durante um período de quinze, vinte ou vinte cinco anos de contribuição.

Comentários:

Com a Reforma da Previdência trazida pela Emenda Constitucional n. 103/2019, a aposentadoria especial passou a exigir idade mínima do segurado cuja atividade seja exercida com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, de forma permanente, não ocasional nem intermitente.

Aposentadoria especial – exposição efetiva a agentes prejudiciais à saúde (Tempo de contribuição + idade)	
Idade	Tempo especial
55 anos	15 anos de contribuição
58 anos	20 anos de contribuição
60 anos	25 anos de contribuição

Gabarito: Errado

330. A renda mensal inicial da aposentadoria especial corresponderá a 100% do salário de benefício, independentemente do tipo de agente prejudicial à saúde a que tenha ficado exposto o segurado.

Comentários:

Para a aposentadoria especial que exige 20 ou 25 anos de contribuição e efetiva exposição a agentes prejudiciais à saúde, a renda mensal inicial corresponderá a:

- 60% do salário de benefício (média aritmética dos salários de contribuição do segurado, atualizados monetariamente, correspondentes a 100% do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior a essa competência);
- Com acréscimo de 2% para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição, se homem, e para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 15 (quinze) anos de contribuição, se mulher.

Para a aposentadoria especial que exige **apenas 15** anos de contribuição e efetiva exposição a agentes prejudiciais à saúde, a renda mensal inicial corresponderá a:

- 60% do salário de benefício (média aritmética dos salários de contribuição do segurado, atualizados monetariamente, correspondentes a 100% do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior a essa competência);

- Com acréscimo de 2% para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 15 (quinze) anos de contribuição, se homem ou mulher.

Gabarito: Errado

331. Amarildo, aos 53 anos de idade, perdeu as duas mãos em grave acidente ocorrido na empresa em que trabalhava. Após o exame médico a cargo da perícia médica federal, Amarildo teve a concessão da aposentadoria por incapacidade permanente. Diante do caso apresentado, pode-se afirmar que, devido à idade, Amarildo estará isento de comparecer às avaliações periódicas para revisão do benefício de aposentadoria.

Comentários:

A isenção do segurado para comparecer à perícia médica periódica para verificar se persistem as condições que ensejaram a concessão da aposentadoria por incapacidade permanente é aplicada quando:

- o segurado é portador de HIV/AIDS;
- o segurado completar 60 anos de idade;
- o segurado tiver 55 anos ou mais de idade e já estar recebendo o benefício por incapacidade por 15 anos.

Gabarito: Errado

332. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa exclusiva dos poderes públicos destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Comentários:

O item contraria o disposto no art. 194 da CF: “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.” Iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade.

Gabarito: Errado

No que diz respeito à aposentadoria especial concedida ao segurado do RGPS e à reforma previdenciária trazida pela Emenda Constitucional n. 103/2019, julgue o item que se segue.

333. Ao segurado do RGPS que comprovar tempo de efetivo exercício de atividade com exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, será reconhecida a conversão de tempo especial em comum, de acordo com a forma prevista na Lei n.º 8.213/1991, inclusive em relação ao tempo cumprido após a vigência da Emenda Constitucional (EC) n.º 103/2019.

Comentários:

A conversão de tempo especial em comum somente é possível para períodos em que o segurado esteve exposto efetivamente a agentes prejudiciais à saúde até 13/11/2019.

A Emenda Constitucional n. 103/2019, no art. 25, §2º, dispõe que “Será reconhecida a conversão de tempo especial em comum, na forma prevista na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ao segurado do Regime Geral de Previdência Social que comprovar tempo de efetivo exercício de atividade sujeita a condições especiais que efetivamente prejudiquem a saúde, cumprido até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, vedada a conversão para o tempo cumprido após esta data.”

Gabarito: Errado

334. A aposentadoria por incapacidade permanente acidentária diferencia-se da previdenciária principalmente pelos fatores que deram causa à incapacidade e pelo valor do benefício, que é maior em se tratando de invalidez acidentária.

Comentários:

A aposentadoria por incapacidade permanente acidentária é aquela cuja causa da incapacidade é um acidente de trabalho, doença profissional ou doença do trabalho. E seu valor se diferencia daquela não acidentária. Corresponde a 100% do salário de benefício.

Gabarito: Certo

335. O segurado empregado que continua trabalhando mesmo que sua capacidade de trabalho tenha sido reduzida por doença do trabalho tem direito de receber auxílio por incapacidade temporária acidentário, e de auxílio-acidente, se estiver temporariamente incapacitado de trabalhar.

Comentários:

O segurado empregado que continua trabalhando mesmo que sua capacidade de trabalho tenha sido reduzida por doença do trabalho tem direito de receber auxílio-acidente. E terá direito de receber auxílio por incapacidade temporária se estiver incapacitado para trabalhar por mais de 15 dias consecutivos.

Gabarito: Errado

336. Se o pedido de aposentadoria de segurado do RGPS for indeferido pelo INSS, o direito ao benefício previdenciário será afetado pelos efeitos do tempo e da inércia de seu titular, podendo até se tornar prescrito.

Comentários:

O direito, em si, ao benefício previdenciário não decai, nem prescreve.
A prescrição atinge tão somente as parcelas devidas há mais de 05 anos (art. 103, parágrafo único, Lei n. 8.213/91).

Gabarito: Errado

337. O valor dos benefícios previdenciários será reajustado, anualmente, na mesma data do reajuste do salário-mínimo, *pro rata*, de acordo com suas respectivas datas de início ou do último reajustamento, com base no índice que vier a ser definido por Portaria do ministro de Estado da Previdência Social.

Comentários:

O índice de reajustamento dos benefícios previdenciários deve ser definido por lei ordinária. No caso, a Lei n. 8.213/91 prevê o INPC como índice de reajustamento dos benefícios previdenciários do RGPS.

Gabarito: Errado

338. João, sete meses após a sua primeira contribuição para o INSS, teve uma forte depressão que fez com que ele ficasse incapacitado para o exercício de suas atividades profissionais habituais por um período de aproximadamente seis meses. Diante disso, João requereu o benefício de auxílio por incapacidade temporária, o qual foi indeferido pelo INSS. Nesse caso, pode-se afirmar que está correto o indeferimento porque João não cumpriu o período de carência exigido pela lei para ter direito ao benefício.

Comentários:

O auxílio por incapacidade temporária requer o cumprimento de carência mínima de 12 contribuições mensais, salvo quando se tratar dos casos de isenção impostos pela lei previdenciária.

Depressão não se encontra na lista de doenças que isentam o segurado ao cumprimento de carência.

Portanto, João não terá direito ao benefício, ainda que segurado e incapacitado por mais de 15 dias consecutivos, por não ter cumprido a carência mínima de 12 contribuições ao RGPS.

Gabarito: Certo

Em relação à contagem recíproca de tempo de contribuição, julgue o item que se segue.

339. É permitida a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o RGPS, regime de previdência complementar e regimes próprios de previdência social (RPPS), bem como destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.

Comentários:

Não há disposição expressa acerca do regime de previdência complementar no art. 201, §9º, da CF/88, que trata do instituto da contagem recíproca do tempo de contribuição: “Para fins de aposentadoria, será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei”.

Gabarito: Errado

340. O segurado com deficiência poderá se aposentar por idade ou por tempo de contribuição com critérios diferenciados. Mas a legislação garante-lhe a faculdade de optar pela percepção de qualquer outra espécie de aposentadoria do RGPS que lhe seja mais vantajosa.

Comentários:

É o que se verifica pelo disposto no Decreto n. 3.048/99:

Art.70-G. É facultado ao segurado com deficiência optar pela percepção de qualquer outra espécie de aposentadoria do RGPS que lhe seja mais vantajosa.

Gabarito: Certo

341. É vedada a acumulação de pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro do regime geral de previdência social com aposentadoria concedida por regime próprio de previdência social.

Comentários:

Pensão por morte e aposentadoria são benefícios que podem ser recebidos conjuntamente, mesmo que sejam de regimes de previdência distintos.

Gabarito: Errado

342. O aposentado pelo RGPS que permanecer em atividade sujeita a esse regime ou a ele retornar ficará dispensado de contribuir para o custeio da previdência e não fará jus à prestação alguma da previdência social em decorrência do exercício dessa atividade, exceto ao salário-família e à reabilitação profissional, quando empregado.

Comentários:

O aposentado pelo RGPS que permanecer em atividade sujeita a esse regime ou a ele retornar será filiado em relação à nova atividade e deverá contribuir para o custeio da previdência. Não fará jus à prestação alguma

da previdência social em decorrência do exercício dessa atividade, exceto ao salário-família e à reabilitação profissional, quando empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, e ao salário-maternidade quando se enquadrar em qualquer categoria de segurado obrigatório do RGPS.

Gabarito: Errado

343. Pastor evangélico que atue exclusivamente em sua atividade religiosa é considerado segurado facultativo do RGPS.

Comentários:

Ele é ministro de confissão religiosa e, segundo a legislação previdenciária, enquadra-se como segurado obrigatório do RGPS, na condição de contribuinte individual.

Gabarito: Errado

344. Configurado o acidente de trabalho, o recebimento do benefício de auxílio por incapacidade temporária acarreta ao empregado uma estabilidade de 12 meses a contar da constatação do nexo entre a doença e o trabalho.

Comentários:

A estabilidade de 12 meses é contada a partir da data da cessação do auxílio por incapacidade temporária acidentário (art. 118, Lei n. 8.213/91).

Gabarito: Errado

345. É admitida a contagem recíproca de tempo de contribuição ao trabalhador que exerça concomitantemente atividade remunerada vinculada ao RGPS e outra vinculada a regime próprio de previdência social (RPPS).

Comentários:

O art. 125 e seguintes do Decreto n.º 3.048/1999 regulam a contagem recíproca de tempo de contribuição. Pelo que dispõe o art. 127, inciso II, do Decreto n.º 3.048/1999 “é vedada a contagem de tempo de contribuição no serviço público com o de contribuição na atividade privada, quando concomitantes.” Portanto, o exercício de atividades realizadas concomitantemente não admite a contagem recíproca de tempo de contribuição.

Gabarito: Errado

346. As fontes de receitas da seguridade social estão taxativamente previstas na Constituição Federal de 1988, dentre elas a contribuição social sobre bens e serviços, nos termos da lei complementar.

Comentários:

Além das fontes previstas no texto constitucional, nos termos do art. 195, § 4º: “A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I”. Agora, é certo que a contribuição social sobre bens e serviços, nos termos da lei complementar é fonte de financiamento da seguridade social (art. 195, *caput*, V, CF).

Gabarito: Errado

347. A Constituição Federal não permite a incidência de contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social.

Comentários:

É o comando do art. 195, II, da Constituição Federal.

Gabarito: Certo

A respeito do financiamento da seguridade social, julgue o item que se segue.

348. A contribuição social sobre bens e serviços é fonte de custeio da seguridade social e poderá ter sua alíquota fixada em lei ordinária.

Comentários:

É o que dispõe o art. 195, §15, da Constituição Federal:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

...

V - sobre bens e serviços, nos termos de lei complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

...

*§15 A contribuição prevista no inciso V do **caput** poderá ter sua alíquota fixada em lei ordinária. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)*

Gabarito: Certo

349. A Constituição Federal não permite a cobrança de contribuições destinadas à seguridade social no mesmo exercício financeiro em que seja publicada a lei que as instituir ou majorar.

Comentários:

O que não pode é exercer a cobrança antes de decorridos 90 dias da data da publicação da lei que as instituir ou majorar. As contribuições que financiam a seguridade social não respeitam o princípio da anterioridade comum. Respeitam apenas o prazo nonagesimal.

Gabarito: Errado

350. O INSS poderá se valer do uso da telemedicina para avaliar as condições que ensejaram a concessão do benefício por incapacidade.

Comentários:

Veja o que dispõe o art. 101, § 6º, da Lei n. 8.213/91:

As avaliações e os exames médico-periciais de que trata o inciso I do caput, inclusive na hipótese de que trata o § 5º deste artigo, poderão ser realizados com o uso de tecnologia de telemedicina ou por análise documental conforme situações e requisitos definidos em regulamento, observado o disposto nos §§ 11-A e 14 do art. 60 desta Lei e no § 12 do art. 30 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009.

Gabarito: Certo

351. A concessão de pensão por morte é protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente e qualquer habilitação que importe em exclusão ou inclusão de dependente produzirá efeito a contar da data do óbito.

Comentários:

A concessão de pensão por morte **não será** protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente somente produzirá efeito a contar da data da habilitação (art. 107, Decreto n. 3.048/99).

Gabarito: Errado

352. A pensão por morte poderá ser concedida, em caráter provisório, por morte presumida, em caso de desaparecimento do segurado por motivo de catástrofe, acidente ou desastre, a contar da data da ocorrência, mediante prova hábil.

Comentários:

É o que se depreende do disposto no art. 112, do Decreto n. 3.048/99

Art. 112. A pensão poderá ser concedida, em caráter provisório, por morte presumida:

I - mediante sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária, a contar da data de sua emissão; ou

II - em caso de desaparecimento do segurado por motivo de catástrofe, acidente ou desastre, a contar da data da ocorrência, mediante prova hábil.

Parágrafo único. Verificado o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessa imediatamente, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

Gabarito: Certo

353. Não caberá recurso da decisão da autoridade competente do Instituto Nacional do Seguro Social que considerar eficaz ou ineficaz a justificção administrativa.

Comentários:

Não cabe recurso, nesse caso (art. 147, Decreto n. 3.048/99).

Gabarito: Certo

354. Todas as aposentadorias concedidas pelo RGPS são irreversíveis e irrenunciáveis.

Comentários:

Essa regra não se aplica à aposentadoria por incapacidade permanente.

Decreto n. 3.048/99

Art. 181-B. As aposentadorias concedidas pela previdência social são irreversíveis e irrenunciáveis. (Redação dada pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica à concessão de aposentadoria por incapacidade permanente. (Redação dada pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

Gabarito: Errado

355. Em caso de parto de natimorto, a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a duas semanas.

Comentários:

Quando se tratar de aborto não criminoso, o salário-maternidade será devido por 02 semanas. Em caso de parto de natimorto, a segurada terá direito ao salário-maternidade por 120 dias.

Gabarito: Errado

356. O princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios da seguridade social refere-se apenas ao valor nominal desses benefícios, não resultando na garantia da concessão de reajustes periódicos, característica relativa à preservação do valor real.

Comentários:

A previsão da irredutibilidade do valor dos benefícios no art. 194, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, preceitua que não haverá redução efetiva dos valores nominais dos benefícios.

Já o princípio da preservação do valor real dos benefícios previdenciários, evidenciado no art. 201, § 4º, da CF/88, assegura o reajustamento dos benefícios para preservar o valor real desses, conforme critérios fixados por lei ordinária.

Gabarito: Certo

357. Steven, cidadão americano, domiciliado na cidade de São Paulo/Brasil, foi contratado em Bogotá pela empresa brasileira Souza & Silva para trabalhar, por tempo indeterminado, em sua filial situada na Colômbia. A maior parte do capital votante dessa filial colombiana é da empresa Souza & Silva, constituída sob as leis brasileiras e com sede e administração no Brasil. Nessa situação, Steven deverá estar, necessariamente, vinculado ao RGPS como segurado obrigatório.

Comentários:

Steven não se enquadra como segurado obrigatório do RGPS. Apesar de ser estrangeiro, domiciliado no Brasil para trabalhar como empregado no exterior, em sucursal ou agência de empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede e administração no País (art. 9º, I, 'c', Decreto n. 3.048/99), ele foi contratado em Bogotá/Colômbia.

Para que fosse enquadrado como segurado obrigatório, teria que ter sido contratado no Brasil para trabalhar no exterior como empregado de empresa nacional.

Gabarito: Errado

358. Carlos foi contratado por uma empresa como trabalhador intermitente para a prestação de serviços, com subordinação, de forma não contínua, com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade. Nesse caso, pode-se afirmar que Carlos é segurado obrigatório do RGPS.

Comentários:

Carlos é segurado obrigatório do RGPS na qualidade de empregado. O contrato de trabalho intermitente qualifica a pessoa física como empregado.

Gabarito: Certo

359. Os pais do segurado são considerados dependentes preferenciais, motivo pelo qual ficam dispensados de comprovar a sua dependência econômica.

Comentários:

Os pais figuram como dependentes de 2ª classe e precisam comprovar dependência econômica do segurado na data do fato gerador do benefício de pensão por morte ou de auxílio-reclusão.

Gabarito: Errado

360. O segurado especial não perderá o seu enquadramento junto ao RGPS se obtiver renda decorrente de exercício de mandato de vereador do Município em que desenvolve a atividade rural.

Comentários:

Veja o que dispõe a Lei n. 8.213/91 com alteração trazida pela Lei n. 1.5072/2024:

Art. 11...

§ 9º Não é segurado especial o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento, exceto se decorrente de:

V - exercício de: (Redação dada pela Lei nº 15.072, de 2024)

a) mandato de vereador do Município em que desenvolve a atividade rural; (Incluído pela Lei nº 15.072, de 2024)

Gabarito: Certo

361. Considerando o que dispõe a legislação previdenciária, o auxílio-reclusão será devido aos dependentes do segurado sem a exigência de qualquer período de carência.

Comentários:

O auxílio-reclusão será devido aos dependentes do segurado após comprovada a carência de 24 contribuições para o RGPS.

Confira o que dispõem a Lei n. 8.213/91 e o Decreto n. 3.048/99:

Lei n. 8.213/91

Art. 25. *A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 26:*

IV - auxílio-reclusão: 24 (vinte e quatro) contribuições mensais. (Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)

Decreto n. 3.048/99

Art. 29. *A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social, ressalvado o disposto no art. 30, depende dos seguintes períodos de carência:*

....

IV - vinte e quatro contribuições mensais, no caso de auxílio-reclusão. (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

Gabarito: Errado

362. Acidente de trânsito sofrido pelo segurado, quando do percurso compreendido entre a sua residência e o seu local de trabalho que envolva veículo particular do segurado, é equiparado a acidente de trabalho para efeito de concessão de benefício previdenciário.

Comentários:

Nos termos do disposto no art. 21, inciso IV, alínea d, da Lei n. 8.213/91, equiparam-se também a acidente do trabalho, o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho, no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, **inclusive** veículo de propriedade do segurado.

Gabarito: Certo

363. O auxílio-reclusão se restringe aos dependentes do segurado recluso pelos regimes fechado e semiaberto, e que não tenha nenhuma fonte de subsistência para sua família proveniente do empregador.

Comentários:

O auxílio-reclusão é devido ao conjunto dos dependentes do segurado de baixa renda recluso em regime fechado. A prisão em regime semiaberto não dá direito ao auxílio-reclusão para os dependentes do segurado.

Lei n. 8.213/91

Art. 80. *O auxílio-reclusão, cumprida a carência prevista no inciso IV do **caput** do art. 25 desta Lei, será devido, nas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão em regime fechado que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de pensão por morte, de salário-maternidade, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço.*

Gabarito: Errado

364. Maria estava em gozo de auxílio por incapacidade temporária quando foi presa em regime fechado para cumprir pena por tráfico ilícito de drogas. Nesse caso, seu benefício será imediatamente cessado, vez que ficará sob a tutela do Estado.

Comentários:

No caso de prisão em regime fechado, o benefício será suspenso por até 60 dias. Continuada a prisão após 60 dias, o benefício será cessado.

Lei n. 8.213/91

Art. 59...

§ 2º Não será devido o auxílio-doença para o segurado recluso em regime fechado. (Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)

§ 3º O segurado em gozo de auxílio-doença na data do recolhimento à prisão terá o benefício suspenso. (Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)

§ 4º A suspensão prevista no § 3º deste artigo será de até 60 (sessenta) dias, contados da data do recolhimento à prisão, cessado o benefício após o referido prazo.

Gabarito: Errado

365. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, sem limite de prazo, quem está em gozo de benefícios, exceto do auxílio-doença.

Comentários:

Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, sem limite de prazo, quem está em gozo de benefícios, exceto do auxílio-acidente. É o que reza o inciso I do art. 15 da Lei n. 8213/91:

Art. 15. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:

I - sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício, exceto do auxílio-acidente; (Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)

Gabarito: Errado

366. A previdência social processará, de ofício, o benefício quando tiver ciência da incapacidade do segurado sem que este tenha requerido auxílio por incapacidade temporária.

Comentários:

É o que dispõe o art. 76 do Decreto n. 3.048/99:

Art. 76. A previdência social processará, de ofício, o benefício quando tiver ciência da incapacidade do segurado sem que este tenha requerido auxílio por incapacidade temporária. (Redação dada pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

Gabarito: Certo

367. Poderá se filiar como segurado facultativo do RGPS o bolsista que se dedique em tempo integral à pesquisa, curso de especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado, no Brasil ou no exterior, desde que não esteja vinculado a qualquer regime de previdência social.

Comentários:

Confira o disposto no art. 11, §1º, inciso VIII, do Decreto n. 3.048/99:

Art. 11. É segurado facultativo o maior de dezesseis anos de idade que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuição, na forma do art. 199, desde que não esteja exercendo atividade remunerada que o enquadre como segurado obrigatório da previdência social.

...

§ 1º Podem filiar-se facultativamente, entre outros:

...

VIII - o bolsista que se dedique em tempo integral a pesquisa, curso de especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado, no Brasil ou no exterior, desde que não esteja vinculado a qualquer regime de previdência social;

Gabarito: Certo

368. O benefício de auxílio-acidente é devido aos segurados empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial, tendo natureza indenizatória por ter o segurado perdido parcialmente a capacidade laborativa em razão de acidente do trabalho.

Comentários:

O erro está em dizer que o auxílio-acidente é devido ao contribuinte individual.

Decreto n. 3.048/99:

Art. 104. *O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado empregado, inclusive o doméstico, ao trabalhador avulso e ao segurado especial quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar sequela definitiva que, a exemplo das situações discriminadas no Anexo III, implique redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.*

Gabarito: Errado

369. Considerando a legislação previdenciária e a jurisprudência dominante, o fato de o filho estar cursando ensino superior não mantém sua condição de dependente do RGPS, quando maior de 21 anos.

Comentários:

O filho perde a condição de dependente ao completar 21 anos de idade, salvo se inválido ou com deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

O fato de estar cursando ensino superior não prorroga a condição de dependente do filho do segurado. Essa é, inclusive, a posição adotada pelo enunciado da súmula n. 37 da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais:

A pensão por morte, devida ao filho até os 21 anos de idade, não se prorroga pela pendência do curso universitário.

Gabarito: Certo

370. O direito ao salário-família cessa automaticamente por morte do filho, do enteado ou do menor tutelado, a contar do dia seguinte ao do óbito.

Comentários:

O direito ao salário-família cessa automaticamente por morte do filho, do enteado ou do menor tutelado, a contar do mês seguinte ao do óbito.

Gabarito: Errado

371. O período em que a segurada recebeu salário-maternidade não pode ser computado como tempo de contribuição.

Comentários:

O período em que a segurada tenha recebido salário-maternidade será computado como tempo de contribuição, conforme o entendimento no disposto no art. 19-C, II, do Decreto n. 3.048/99.

Gabarito: Errado

372. Considerando o disposto na IN PRES/INSS n. 128/2022, pode-se conceituar processo administrativo previdenciário como o conjunto de atos praticados pelo administrado ou pela Previdência Social nos Canais de Atendimento da Previdência Social, iniciado em razão de requerimento formulado pelo interessado, de ofício pela Administração ou por terceiro legitimado, e concluído com a decisão definitiva no âmbito administrativo.

Comentários:

É o que traz o art. 523, *caput*, da IN PRES/INSS n. 128/2022:

Art. 523. Considera-se processo administrativo previdenciário o conjunto de atos praticados pelo administrado ou pela Previdência Social nos Canais de Atendimento da Previdência Social, iniciado em razão de requerimento formulado pelo interessado, de ofício pela Administração ou por terceiro legitimado, e concluído com a decisão definitiva no âmbito administrativo.

Gabarito: Certo

373. Conforme a legislação previdenciária vigente, para efeito de custeio da seguridade social, o contribuinte individual é equiparado à empresa, em relação ao segurado que lhe presta serviço.

Comentários:

É o que se verifica no disposto no art. 15, parágrafo único, da Lei n. 8.212/91:

Art. 15...

Parágrafo único. Equiparam-se a empresa, para os efeitos desta Lei, o contribuinte individual e a pessoa física na condição de proprietário ou dono de obra de construção civil, em relação a segurado que lhe presta serviço, bem como a cooperativa, a associação ou a entidade de qualquer natureza ou finalidade, a missão diplomática e a repartição consular de carreira estrangeiras.

Gabarito: Certo

374. Cabe ao Ministério do Trabalho e Previdência processar os requerimentos e habilitar os pescadores para o recebimento do seguro-defeso.

Comentários:

Cabe ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) receber e processar os requerimentos e habilitar os beneficiários do seguro-defeso.

Lei n. 10.779/2003

Art. 1º O pescador artesanal de que tratam a alínea “b” do inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a alínea “b” do inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, desde que exerça sua atividade profissional ininterruptamente, de forma artesanal e individualmente ou em regime de economia familiar, fará jus ao benefício do seguro-desemprego, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie.

...

Art. 2º Cabe ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) receber e processar os requerimentos e habilitar os beneficiários, nos termos do regulamento.

Gabarito: Errado

375. A idade mínima para que um indivíduo passe a ter direito ao benefício assistencial de prestação continuada - BPC-LOAS na condição de idoso é de 65 (sessenta e cinco) anos, para homens, e de 62 (sessenta e dois) anos, para mulheres.

Comentários:

A idade mínima para que um indivíduo passe a ter direito ao BPC-LOAS na condição de idoso é de 65 anos. Essa idade é exigida para o homem e para a mulher, sem distinção.

Lei n. 8.742/93 (LOAS)

Art. 20. *O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.*

Gabarito: Errado

376. O beneficiário do BPC-LOAS, morador de município de pequeno porte, que estiver com cadastro desatualizado há mais de 24 meses, deverá regularizar a situação no prazo de 90 dias, contados a partir da efetiva notificação bancária ou por outros canais de atendimento.

Comentários:

Nesse caso, o prazo será de 45 dias. Confira.

Lei n. 8.742/1993 (LOAS)

Art. 21-B. *Os beneficiários do benefício de prestação continuada, quando não estiverem inscritos no CadÚnico ou quando estiverem com o cadastro desatualizado há mais de 24 (vinte e quatro) meses, deverão regularizar a situação nos seguintes prazos, contados a partir da efetiva notificação bancária ou por outros canais de atendimento: (Redação dada pela Lei nº 15.077, de 2024)*

I – 45 (quarenta e cinco) dias para Municípios de pequeno porte; (Incluído pela Lei nº 14.973, de 2024)

II – 90 (noventa) dias para Municípios de médio e grande porte ou metrópole, com população acima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes. (Incluído pela Lei nº 14.973, de 2024)

Gabarito: Errado

377. A Previdência Social ajuizará ação regressiva contra os responsáveis nos casos de negligência quanto às normas padrão de segurança e higiene do trabalho indicadas para a proteção individual e coletiva e nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Comentários:

É o que se verifica pelo disposto no art. 120 da Lei n. 8.213/91.

Lei n. 8.213/91

Art. 120. A Previdência Social ajuizará ação regressiva contra os responsáveis nos casos de: (Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)

I - negligência quanto às normas padrão de segurança e higiene do trabalho indicadas para a proteção individual e coletiva; (Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)

II - violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)

Gabarito: Certo

378. Para o cálculo da renda *per capita* familiar na análise de concessão do BPC-LOAS, não serão computados valores recebidos a título de auxílio financeiro temporário ou de indenização por danos sofridos em decorrência de rompimento e colapso de barragens.

Comentários:

É o que prevê o art. 20, §9º, da LOAS:

Os valores recebidos a título de auxílio financeiro temporário ou de indenização por danos sofridos em decorrência de rompimento e colapso de barragens, bem como os rendimentos decorrentes de estágio supervisionado e de aprendizagem, não serão computados para fins de cálculo da renda

familiar **per capita** a que se refere o § 3º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 14.809, de 2024)

Gabarito: Certo

379. Para que a companheira tenha direito à pensão por morte do segurado do RGPS é necessário comprovar, no mínimo, 02 anos de união estável até a data do óbito.

Comentários:

A pensão por morte será concedida à companheira do segurado falecido, mesmo que não haja 02 anos de união estável até a data do óbito. Independentemente do tempo de união estável, a companheira terá direito à pensão por morte (art. 16, Decreto n. 3.048/99).

Gabarito: Errado

380. Para concessão, manutenção e renovação de benefícios da seguridade social é obrigatória a apresentação de documento com cadastro biométrico realizado pelo poder público, nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo federal.

Comentários:

Veja o que dispõe o *caput* do art. 1º da Lei n. 15.077/2024:

É requisito obrigatório para concessão, manutenção e renovação de benefícios da seguridade social documento com cadastro biométrico realizado pelo poder público, nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo federal.

Gabarito: Certo

381. O benefício de prestação continuada concedido à pessoa idosa e à pessoa com deficiência (BPC-LOAS) será devido a mais de um membro da mesma família enquanto atendidos os requisitos exigidos legais.

Comentários:

É o que dispõe o art. 20, §15, da LOAS.

Gabarito: Certo

382. Nos termos do que dispõe a Constituição Federal de 1988, a contagem recíproca de tempo de contribuição prescinde de compensação financeira entre os regimes de previdência.

Comentários:

Pelo contrário, haverá compensação financeira entre os regimes de previdência, de acordo com os critérios estabelecidos em lei. Confira o que dispõe o §9º do art. 201 da Constituição Federal:

Para fins de aposentadoria, será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.

Gabarito: Errado

383. A contribuição da União para a seguridade social é constituída de recursos adicionais do Orçamento Fiscal, fixados obrigatoriamente na lei orçamentária anual.

Comentários:

É o que se depreende do disposto no art. 16, *caput*, da Lei n. 8.212/91.

Gabarito: Certo

384. José é microempreendedor individual e optou pelo regime de inclusão previdenciária. Tem um empregado, Jairo, que recebe mensalmente 01 salário mínimo.

Considerando a legislação previdenciária acerca das contribuições dos segurados, pode-se afirmar que José terá que descontar da remuneração de Jairo a contribuição previdenciária, aplicando-se a alíquota de 7,5%.

Comentários:

José figura como empregador de Jairo e, nesse caso, tem a obrigação de arrecadar a contribuição de seu empregado, descontando 7,5% sobre o salário de contribuição da remuneração do segurado (art. 198 c/c art. 216, Decreto n. 3.048/99).

Gabarito: Certo

385. O beneficiário que recebe auxílio-acidente e não mais contribui para o RGPS poderá acumular o benefício com o BPC-LOAS na condição de pessoa com deficiência, vez que o primeiro benefício tem caráter indenizatório.

Comentários:

O auxílio-acidente é benefício previdenciário de natureza indenizatória, mas não se caracteriza como uma pensão especial indenizatória. O BPC-LOAS pode acumular com pensão especial de natureza indenizatória, mas não com o auxílio-acidente.

Gabarito: Errado

386. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos tem caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo e de servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas.

Comentários:

No regime próprio de previdência social, o financiamento se dá mediante contribuição do respectivo ente federativo, dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, conforme dispõe o *caput* do art. 40 da Constituição Federal.

Art. 40. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

Gabarito: Certo

387. A Constituição Federal de 1988 admite expressamente a progressividade das alíquotas da contribuição previdenciária do regime próprio de previdência social dos servidores públicos.

Comentários:

Conforme dispõe o art. 149, §1º, da Constituição Federal, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, que poderão ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões.

Gabarito: Certo

388. A legislação previdenciária prevê o direito de acréscimo de 25% ao valor da aposentadoria por incapacidade permanente quando o aposentado comprovar a necessidade de assistência de outra pessoa.

Esse mesmo acréscimo é também devido ao beneficiário da pensão especial da síndrome da Talidomida, bastando comprovar a necessidade de assistência permanente de outra pessoa.

Comentários:

No caso de a aposentadoria por incapacidade permanente ter o acréscimo de 25% sobre o seu valor, é necessário apenas que o segurado comprove a assistência permanente de outra pessoa, conforme se verifica pelo disposto no art. 45 do Decreto n. 3.048/99:

Art. 45. *O valor da aposentadoria por incapacidade permanente do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de vinte e cinco por cento, observada a relação constante do Anexo I, e: (Redação dada pelo Decreto nº 10.410, de 2020).*

I - devido ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal; e

II - recalculado quando o benefício que lhe deu origem for reajustado.

Parágrafo único. *O acréscimo de que trata o caput cessará com a morte do aposentado, não sendo incorporado ao valor da pensão por morte.*

Já no caso da pensão especial da síndrome da Talidomida, além de ter que comprovar a necessidade de assistência de outra pessoa, o beneficiário terá que ter recebido a pontuação quanto à incapacidade para o trabalho, para a deambulação, para a higiene pessoal e para a própria alimentação, superior ou igual a 06 pontos.

Lei n. 7.070/1982

Art. 1º...

§ 2º - Quanto à natureza, a dependência compreenderá a incapacidade para o trabalho, para a deambulação, para a higiene pessoal e para a própria alimentação, atribuindo-se a cada uma 1 (um) ou 2 (dois) pontos, respectivamente, conforme seja o seu grau parcial ou total.

IN PRES/INSS n. 128/2022

Art. 482...

§ 2º O beneficiário da Pensão Especial Vitalícia da Síndrome da Talidomida, maior de 35 (trinta e cinco anos), que necessite de assistência permanente de outra pessoa e que tenha recebido a pontuação superior ou igual a seis pontos, fará jus a um adicional de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor desse benefício, conforme disposto no art. 13 da Medida Provisória nº 2.129-10, de 22 de junho de 2001.

Gabarito: Errado

389. A pensão especial do ex-combatente não será devida à ex-esposa, salvo se tiver direito à prestação alimentícia.

Comentários:

A ex-esposa que não tem direito à prestação de alimentos não terá deferida a pensão especial de ex-combatente.

Lei n. 8.059/90

Art. 8º A pensão especial não será deferida:

I - à ex-esposa que não tenha direito a alimentos;

Gabarito: Certo

390. A pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus será mensal, vitalícia e intransferível e terá o valor de 02 salários-mínimos.

Comentários:

O valor da pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus será mensal, vitalícia e intransferível e terá o valor de 01 salário-mínimo.

Gabarito: Errado

391. A seguridade social constitui um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos à saúde, educação, previdência e assistência social.

Comentários:

A seguridade social, segundo dispõe o art. 194, *caput*, da Constituição Federal constitui um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinadas a assegurar **os direitos à saúde, à previdência e à assistência social**. A educação, embora seja um direito social garantido pela Constituição Federal, não está entre aqueles garantidos pelo sistema de seguridade social.

Gabarito: Errado

392. As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

Comentários:

É o que dispõe o §1º do art. 195 da Constituição Federal:

Art. 195...

§ 1º As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

Gabarito: Certo

393. A seguridade social deve ser organizada com o objetivo de manter o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores e empregadores e do Estado.

Comentários:

Um dos princípios que rege a organização da seguridade social é o caráter democrático e descentralizado da administração. Isso será feito mediante **gestão quadripartite**, com participação de representantes dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo, conforme disposto no art. 194, parágrafo único, VII, da Constituição Federal.

Gabarito: Errado

394. A Previdência Social, organizada sob a forma do regime geral, atenderá, exclusivamente, nos termos da lei, à cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada.

Comentários:

A Previdência Social, organizada sob a forma do regime geral, **não** atenderá, exclusivamente, nos termos da lei, à cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada. Dispõe o *caput* do art. 201 da CF:

A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

I - cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º.

Gabarito: Errado

395. A previdência social tem caráter solidário que faz garantir a prestação de benefícios e serviços independentemente do aporte individual das contribuições sociais.

Comentários:

É pelo princípio da solidariedade que representa o sistema de repartição da seguridade social e garante a prestação de benefícios e serviços independentemente do aporte individual das contribuições sociais.

Gabarito: Certo

396. O princípio do direito adquirido não é aplicado ao direito previdenciário, pois, conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal, inexistente direito adquirido a regime jurídico.

Comentários:

Na seara previdenciária, há a aplicação e respeito ao direito adquirido, em obediência ao que impõe a Constituição Federal. É assegurado, a qualquer tempo, o benefício previdenciário, aplicando-se as regras vigentes à época em que foram atendidos os requisitos para a sua concessão.

Esse respeito pode ser verificado, inclusive, pelo disposto no art. 3º da Emenda Constitucional n. 103/2019:

Art. 3º A concessão de aposentadoria ao servidor público federal vinculado a regime próprio de previdência social e ao segurado do Regime Geral de Previdência Social e de pensão por morte aos respectivos dependentes

será assegurada, a qualquer tempo, desde que tenham sido cumpridos os requisitos para obtenção desses benefícios até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, observados os critérios da legislação vigente na data em que foram atendidos os requisitos para a concessão da aposentadoria ou da pensão por morte.

Gabarito: Errado

397. O ocupante de emprego público estará filiado, obrigatoriamente, ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Comentários:

É o que se verifica pelo disposto no art. 9º, inciso I, alínea “m”, do Decreto n. 3.048/99:

Art. 9º São segurados obrigatórios da previdência social as seguintes pessoas físicas:

I - como empregado:

...

m) o servidor da União, Estado, Distrito Federal ou Município, incluídas suas autarquias e fundações, ocupante de emprego público;

Gabarito: Certo

398. Joaquim explora atividade de extrativista mineral em regime de economia familiar há 18 anos. Considerando a legislação previdenciária vigente, Joaquim poderá se aposentar aos 60 anos de idade, desde que cumprida a carência mínima de 180 contribuições ao RGPS.

Comentários:

A aposentadoria do trabalhador rural e do garimpeiro é prevista pela Constituição pelo disposto no art. 201, §7º, inciso II, e não sofreu alteração pela Reforma Previdenciária de 2019.

CF**Art. 201...**

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

...

II - 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, para os trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

O art. 56 do Decreto nº 3.048/99 dispõe:

Art. 56. A aposentadoria por idade do trabalhador rural, uma vez cumprido o período de carência exigido, será devida aos segurados a que se referem a alínea "a" do inciso I, a alínea "j" do inciso V e os incisos VI e VII do caput do art. 9º e aos segurados garimpeiros que trabalhem, comprovadamente, em regime de economia familiar, conforme definido no § 5º do art. 9º, quando completarem cinquenta e cinco anos de idade, se mulher, e sessenta anos de idade, se homem. (Redação dada pelo Decreto nº 10.410, de 2020).

Assim, a aposentadoria por idade do trabalhador rural e do garimpeiro que, comprovadamente, exerce atividade em regime de economia familiar, será concedida após o cumprimento da idade mínima de:

- 60 anos de idade, se homem
- 55 anos de idade, se mulher

Aposentadoria do trabalhador rural e do garimpeiro		
Idade	Homem	60 anos
	Mulher	55 anos

Perceba que a aposentadoria por idade contempla, também, o garimpeiro que exerce a atividade extrativista mineral em regime de economia familiar.

O garimpeiro é enquadrado no RGPS como segurado contribuinte individual. Mesmo que exerça atividade extrativista mineral, em regime de economia familiar, ele continua sendo contribuinte individual.

Gabarito: Certo

A respeito das normas previdenciárias, julgue o item subsequente.

399. Ao se utilizar do método de interpretação sistemática, o intérprete busca compatibilizar o texto legal a ser interpretado com as demais normas que compõem o ordenamento jurídico, visualizando a lei objeto de interpretação como parte de um todo.

Comentários:

Esse é o método de interpretação sistemática ou lógica.

Gabarito: Certo

400. A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, quando invocada como causa da incapacidade, impede, em qualquer situação, que lhe seja concedido o auxílio por incapacidade temporária.

Comentários:

Em regra, a doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao RGPS não lhe conferirá direito ao auxílio por incapacidade temporária. Porém, essa regra comporta exceções. Quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão, o benefício poderá ser concedido. Confira o disposto no Decreto n. 3.048/99:

Art. 71...

§ 1º Não será devido auxílio por incapacidade temporária ao segurado que se filiar ao RGPS já portador de doença ou lesão invocada como causa para a concessão do benefício, exceto quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

Gabarito: Errado

401. O auxílio por incapacidade temporária não acidentário é devido ao segurado que possua ao menos seis contribuições ao RGPS e se encontre impossibilitado de exercer suas atividades por 15 dias.

Comentários:

O auxílio por incapacidade temporária (antes, auxílio-doença) exige, em regra, o cumprimento de carência mínima de 12 contribuições mensais.

O auxílio por incapacidade temporária não acidentário pode ter como causa da incapacidade qualquer evento que não seja enquadrado como acidente do trabalho.

Assim, pode ser uma doença ou até mesmo um acidente, desde que não seja doença profissional ou doença do trabalho e não seja acidente de trabalho.

Quanto ao benefício de auxílio por incapacidade temporária não acidentário, se a causa for acidente qualquer, não há que se falar em carência; se a causa for uma doença e esta não estiver na lista como isenta, o benefício vai exigir carência mínima de 12 contribuições.

Gabarito: Certo

402. Ao segurado que tenha sofrido acidente de qualquer natureza ou causa é assegurada, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio por incapacidade temporária acidentário, independentemente da percepção de auxílio-acidente.

Comentários:

O auxílio por incapacidade temporária acidentário somente é concedido ao segurado que tiver sofrido acidente de trabalho, doença profissional ou doença do trabalho. Se isso ocorrer, terá garantida a manutenção do contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio por incapacidade temporária acidentário, independentemente da percepção de auxílio-acidente.

Mas, lembre-se: se a incapacidade for decorrente de qualquer acidente que não possa ser caracterizado como acidente do trabalho, doença profissional ou doença do trabalho, o benefício será não acidentário e não dará direito ao segurado da manutenção do seu contrato de trabalho após a cessação do benefício.

Gabarito: Errado

403. Quando o segurado estiver em gozo de auxílio por incapacidade temporária, o empregador continuará a ter que pagar-lhe o salário-família.

Comentários:

O benefício do salário-família é pago pelo empregador enquanto o empregado estiver em atividade. Quando o empregado estiver em gozo de benefício por incapacidade, receberá o salário-família diretamente do INSS, juntamente com o benefício.

Decreto n. 3.048/99:

Art. 82. O salário-família será pago mensalmente:

...

II - ao empregado, inclusive o doméstico, e ao trabalhador avulso aposentados por incapacidade permanente ou em gozo de auxílio por incapacidade temporária, pelo INSS, juntamente com o benefício; (Redação dada pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

Gabarito: Errado

Em relação aos dependentes do segurado do RGPS, julgue o item a seguir.

404. Deve ser excluído definitivamente da condição de dependente quem tiver sido condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor de homicídio doloso cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.

Comentários:

Absolutamente correto, conforme dispõe o art. 16, §7º, da Lei n. 8.213/91:

§ 7º Será excluído definitivamente da condição de dependente quem tiver sido condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.

Gabarito: Certo

405. Joaquim é segurado especial da Previdência Social. Em sua propriedade rural, além da atividade agropecuária, ele passou a explorar a atividade turística, oferecendo, inclusive, hospedagem. Ele exerce essa nova atividade nos períodos das férias escolares, nos meses de janeiro, julho e dezembro de cada ano. Considerando o disposto na legislação previdenciária, pode-se afirmar que a atividade turística exercida por Joaquim não descaracteriza a sua condição de segurado especial, desde que a hospedagem não ultrapasse 120 dias ao ano.

Comentários:

No caso apresentado na questão, o segurado especial passou a exercer atividade turística, com fornecimento de hospedagem apenas nos meses de janeiro, julho e dezembro de cada ano. O tempo do exercício dessa atividade não ultrapassa o limite de 120 dias ao ano, imposto pelo art. 11, §8º, inciso II, da Lei nº 8.213/91, e, portanto, não descaracteriza a condição de segurado especial de Joaquim.

Veja o dispositivo legal citado:

Art. 11. (...)

§ 8º Não descaracteriza a condição de segurado especial:

I – (...)

II – a exploração da atividade turística da propriedade rural, inclusive com hospedagem, por não mais de 120 (cento e vinte) dias ao ano.

Gabarito: Certo

406. Considerando as normas previdenciárias, pode-se afirmar que um segurado aposentado por incapacidade permanente que atingir a idade de 65 anos, se homem, e 62 anos, se mulher, poderá converter sua aposentadoria para a aposentadoria programada.

Comentários:

Veja o que dispõe a IN PRES/INSS n. 128/2022:

Art. 329. É vedada a transformação de aposentadoria por incapacidade permanente ou auxílio por incapacidade temporária em aposentadoria por idade ou aposentadoria programada para requerimentos efetivados a partir de 31 de dezembro de 2008, data da publicação do Decreto nº 6.722, de 2008, haja vista a revogação do art. 55 do RPS.

Gabarito: Errado

407. A aposentadoria especial exige do segurado idade mínima e tempo mínimo de contribuição. Para fins de concessão de aposentadoria especial somente serão considerados os períodos de atividade especial, sendo vedada a conversão de tempo comum em especial, para períodos posteriores a 13/11/2019 (reforma previdenciária trazida por meio da Emenda Constitucional n. 103, de 2019).

Comentários:

A aposentadoria especial não pode contemplar no tempo mínimo de contribuição de 15, 20 ou 25 anos, tempo exercício em atividade comum. E nem é possível a conversão de tempo comum em especial.

Essa aposentadoria exige que todo o tempo de contribuição seja exercido em condições prejudiciais à saúde por 15, 20 ou 25 anos, **antes e após a Emenda Constitucional n. 103/2019**.

Confira o disposto no art. 264 da IN PRES/INSS n. 128/2022:

Art. 264. Para fins de concessão de aposentadoria especial somente serão considerados os períodos de atividade especial, sendo vedada a conversão de tempo comum em especial.

Gabarito: Errado

408. Joaquim havia cumprido todas as condições para a aposentadoria por tempo de contribuição em 10/11/2019. A partir daquela data, sem ter requerido sua aposentadoria, deixou de contribuir para a previdência social, ocorrendo, mais tarde, a perda da sua qualidade de segurado do RGPS.

Considerando que Joaquim não requereu a aposentadoria por tempo de contribuição na data em que cumpriu os requisitos para sua concessão, que tenha perdido a qualidade de segurado do RGPS, e, ainda, que após 13/11/2019 começaram a vigorar novas regras para as aposentadorias, caso Joaquim pleiteie hoje sua aposentadoria por tempo de contribuição, tal pedido deverá ser deferido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Comentários:

Ao caso trazido pela questão aplica-se o disposto no art. 102, §1º, da Lei n. 8.213/91:

Art. 102. A perda da qualidade de segurado importa em caducidade dos direitos inerentes a essa qualidade. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)

§ 1º A perda da qualidade de segurado não prejudica o direito à aposentadoria para cuja concessão tenham sido preenchidos todos os requisitos, segundo a legislação em vigor à época em que estes requisitos foram atendidos. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 1997)

Como Joaquim havia preenchido as condições para a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição, mesmo que ela venha perder a qualidade de segurado, ele poderá se aposentar.

Gabarito: Certo

409. Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo administrativo ou judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Comentários:

O erro está em afirmar que a apuração da simulação ou fraude pode ser em processo administrativo. Essa apuração deve se dar por meio de processo judicial. Confira o disposto no art. 74, §7º, da Lei n. 8.213/91:

Art. 74...

§2º Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Gabarito: Errado

410. O benefício do auxílio-reclusão será devido ao segurado de baixa renda que estiver preso em regime fechado ou semiaberto, após cumprir a carência mínima de 24 contribuições para o RGPS.

Comentários:

Há dois erros na assertiva. O auxílio-reclusão não é devido ao segurado. O benefício é devido aos dependentes do segurado de baixa renda. E somente será devido em caso de prisão em regime fechado.

Gabarito: Errado

411. Joaquim requereu benefício de aposentadoria por tempo de contribuição e se aposentou há 08 anos, contados da data da entrada do requerimento administrativo (DER). Agora, o segurado percebeu que o valor do seu benefício foi calculado a menor, causando-lhe prejuízos. Neste caso, pode-se afirmar que dado o tempo entre a concessão da aposentadoria e a verificação do erro administrativo – 8 anos –, Joaquim não terá mais direito de pedir a revisão do seu benefício, pois ocorreu a prescrição.

Comentários:

Gabarito: Errado

412. De acordo com a legislação previdenciária, verificada a recuperação da capacidade de trabalho do aposentado por incapacidade permanente, sendo o segurado declarado apto para o exercício de trabalho diverso do qual habitualmente exercia, a aposentadoria será mantida, sem prejuízo da volta à atividade, no seu valor integral, durante doze meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade.

Comentários:

No caso apresentado, a mensalidade de recuperação será paga no valor integral da aposentadoria por incapacidade permanente apenas nos primeiros 06 meses, contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade do segurado.

Confira a tabela que preparamos para seus estudos, considerando o disposto no art. 47 da Lei nº 8.213/91:

Situação do aposentado por incapacidade permanente	Procedimento
<p>I – Se a recuperação for total para o exercício de trabalho que o segurado habitualmente exercia e ocorrer dentro de 5 (cinco) anos, contados da data do início da aposentadoria por incapacidade permanente ou do auxílio-doença que a antecedeu sem interrupção.</p>	<p>a) Para o segurado empregado que tiver direito de retornar à empresa: o benefício será cessado imediatamente.</p> <p>b) Para os demais segurados: o benefício somente será cessado após tantos meses quantos forem os anos de duração do auxílio-doença e da aposentadoria por incapacidade permanente.</p>
<p>II – Se a recuperação for parcial em qualquer época, ou for total após cinco anos do afastamento, ou ainda quando o segurado for declarado apto para o exercício de trabalho diverso do qual habitualmente exercia.</p>	<p>Para todos os segurados será paga a aposentadoria por invalidez:</p> <ul style="list-style-type: none"> • nos primeiros 6 meses no seu valor integral; • do 7º ao 12º mês pelo valor com redução de 50%; • do 13º ao 18º mês pelo valor com redução de 75%; • após o 18º mês cessará definitivamente.

Gabarito: Errado

413. A contribuição social destinada ao financiamento da seguridade social a cargo da empresa e da entidade equiparada a ela, na forma da lei, poderá ter alíquota diferenciada unicamente em razão do porte da empresa e da atividade econômica por elas exercida.

Comentários:

As contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada poderão ter alíquotas diferenciadas em razão do(a):

- Atividade econômica;
- Uso intensivo de mão de obra;
- Porte da empresa
- Condição estrutural do mercado de trabalho.

É o que dispõe o art. 195, §9º, da Constituição Federal:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro;

...

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do caput deste artigo poderão ter alíquotas diferenciadas em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho, sendo também autorizada a adoção de bases de cálculo diferenciadas apenas no caso das alíneas "b" e "c" do inciso I do caput.

Gabarito: Errado

414. As novas contribuições para a seguridade social (contribuições residuais), apesar de só poderem ser criadas mediante lei complementar, poderão ter base de cálculo e fato gerador próprios de impostos, mas não das contribuições existentes.

Comentários:

É o que se verifica pelo disposto no art. 195, §6º, da CF. As novas contribuições devem ser instituídas por lei complementar e não cumulativas. Poderão ter base de cálculo ou fato gerador de impostos, mas não das contribuições sociais existentes.

Gabarito: Certo

A respeito do salário de contribuição, julgue o item a seguir.

415. As gorjetas não integram o salário de contribuição do segurado empregado filiado ao RGPS, assim como também não o integra a parcela recebida a título de vale-transporte paga em pecúnia.

Comentários:

As gorjetas integram o conceito de salário de contribuição, conforme dispõe o art. 28, I, da Lei nº 8.212/91. Já a parcela recebida a título de vale-transporte não sofre incidência de contribuição previdenciária de forma alguma. Mesmo que o vale-transporte seja pago em pecúnia, ele não integra o conceito de salário de contribuição.

Gabarito: Errado

416. A entidade beneficente de assistência social que atenda aos requisitos legais e seja beneficiada pela imunidade das contribuições previdenciárias fica desobrigada de arrecadar e recolher a contribuição do segurado empregado e do contribuinte a seu serviço.

Comentários:

A imunidade para as entidades beneficentes de assistência social, prevista no art. 195, §7º, da Constituição Federal, atinge as contribuições sociais da empresa, restando suas obrigações como responsáveis pelo recolhimento das contribuições que deverão reter das pessoas que lhes prestam serviço.

Essas entidades continuam com a obrigação de arrecadar a contribuição do segurado empregado, do trabalhador avulso e do contribuinte individual a seu serviço, descontando-as das respectivas remunerações. É o que dispõe o art. 216, I, “a”, do Decreto nº 3.048/99:

Art. 216. A arrecadação e o recolhimento das contribuições e de outras importâncias devidas à seguridade social, observado o que a respeito dispuserem o Instituto Nacional do Seguro Social e a Secretaria da Receita Federal, obedecem às seguintes normas gerais:

I - a empresa é obrigada a:

a) arrecadar a contribuição do segurado empregado, do trabalhador avulso e do contribuinte individual a seu serviço, descontando-a da respectiva remuneração;

Gabarito: Errado

417. A Constituição Federal, excepcionalmente, autoriza a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais das empresas incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos das pessoas que lhe prestam serviços para custear as despesas com pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Comentários:

A CF em seu art. 167, inciso XI, veda a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

As contribuições previdenciárias das empresas incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados a qualquer título a pessoas que lhes prestam serviço e a contribuição dos trabalhadores e demais segurados do RPPS não poderão ser utilizadas para despesas de pessoal do INSS e outras quaisquer, ficando atreladas ao pagamento dos benefícios do RPPS.

Gabarito: Errado

418. O Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS possui quinze membros, sendo nove representantes da sociedade civil, todos nomeados pelo Presidente da República. Os representantes titulares da sociedade civil possuem mandato de 2 anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.

Comentários:

Dispõe a Lei n. 8.213/91:

Art. 3º Fica instituído o Conselho Nacional de Previdência Social—CNPS, órgão superior de deliberação colegiada, que terá como membros:

I - seis representantes do Governo Federal;

II - nove representantes da sociedade civil, sendo:

a) três representantes dos aposentados e pensionistas;

b) três representantes dos trabalhadores em atividade;

c) três representantes dos empregadores.

*§ 1º Os membros do CNPS e seus respectivos **suplentes serão nomeados pelo Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.***

O mandato dos conselheiros, representantes da sociedade civil, é de 02 anos, podendo haver apenas uma recondução.

Gabarito: Certo

419. Uma vez requerido benefício pelo segurado, cabe ao INSS analisar e conceder-lhe o benefício mais vantajoso, desde que os elementos constantes do processo administrativo assegurem o reconhecimento desse direito.

Comentários:

Exato. É o que dispõem o art. 176-E do Decreto n. 3.048/99 e o art. 577 da IN PRES/INSS n. 128/2022:

Decreto n. 3.048/99:

***Art. 176-E.** Caberá ao INSS conceder o benefício mais vantajoso ao requerente ou benefício diverso do requerido, desde que os elementos constantes do processo administrativo assegurem o reconhecimento desse direito.*

IN PRES/INSS n. 128/2022

***Art. 577.** Por ocasião da decisão, em se tratando de requerimento de benefício, deverá o INSS:*

I - reconhecer o benefício mais vantajoso, se houver provas no processo administrativo da aquisição de direito a mais de um benefício, mediante a apresentação dos demonstrativos financeiros cada um deles; e...

Gabarito: Certo

420. A contagem recíproca do tempo de contribuição entre o regime geral de previdência social (RGPS) e os regimes próprios de previdência social (RPPS), e destes entre si, é garantida ao segurado, para fins de aposentadoria, quando houver necessidade de computar períodos de contribuição ou atividade sujeitos a regimes previdenciários distintos, devendo ser observada a compensação financeira entre eles, de acordo com os critérios estabelecidos em lei. Nesse caso, é permitida a contagem de tempo de contribuição quando as atividades forem exercidas concomitantemente nos regimes geral e próprio de previdência.

Comentários:

Sim, é possível a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o RGPS e os RPPS, e destes entre si, conforme garante a Constituição Federal no disposto no art. 201, §9º.

Porém, é vedada a contagem de tempo de contribuição do RPPS com o do RGPS, quando exercidas atividades concomitantemente.

Confira o disposto no inciso II do art. 96 da Lei n. 8.212/91:

Art. 96. *O tempo de contribuição ou de serviço de que trata esta Seção será contado de acordo com a legislação pertinente, observadas as normas seguintes:*

I - não será admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais;

II - é vedada a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes;

...

Gabarito: Errado

421. Para fins de concessão de aposentadoria ou contagem recíproca de tempo de contribuição, a lei poderá estabelecer contagem de tempo de contribuição fictício.

Comentários:

O art. 201, § 14, da Constituição Federal preceitua que “é vedada a contagem de tempo de contribuição fictício para efeito de concessão dos benefícios previdenciários e de contagem recíproca.”

Gabarito: Errado

José é irmão de Joaquim e de Natália. José é empregado de uma empresa há 05 anos e sustenta a casa onde mora com os irmãos porque não têm mais os pais que faleceram devido a complicações desencadeadas pela covid-19.

José é solteiro, não tem filhos e não pretende se casar. Joaquim tem 16 anos de idade, não tem renda própria e está cursando o ensino médio. Natália tem 23 anos de idade e trabalha como diarista, tendo como renda mensal 01 salário-mínimo.

Diante da situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

422. Pode-se afirmar que Joaquim poderá figurar na qualidade de dependente de José juntamente com Natália porque o segurado é quem sustenta as despesas da casa.

Comentários:

Natália não poderá figurar na qualidade de dependente do segurado José. Ela é irmã de José, mas já tem mais de 21 anos e não é inválida ou possui deficiência intelectual ou mental ou grave.

Já Joaquim poderá ser dependente do irmão José.

José não tem dependentes de 1ª e 2ª classes. E Joaquim é irmão, não emancipado, menor de 21 anos e vive às expensas do irmão (art. 16, III, Decreto n. 3.048/99). O irmão depende economicamente do segurado.

Gabarito: Errado

423. Joaquim poderá se filiar ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) como segurado facultativo.

Comentários:

Joaquim é estudante e não exerce atividade remunerada que o enquadre como segurado obrigatório do RGPS e já possui 16 anos de idade. Poderá ser segurado facultativo da previdência social.

Decreto n. 3.048/99:

Art. 11. É segurado facultativo o maior de dezesseis anos de idade que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuição, na forma do art. 199, desde que não esteja exercendo atividade remunerada que o enquadre como segurado obrigatório da previdência social.

§ 1º Podem filiar-se facultativamente, entre outros:

...

III - o estudante; [...]

Gabarito: Certo

424. Pode-se afirmar que Natália é segurada obrigatória do RGPS, na condição de contribuinte individual e deverá cumprir a carência mínima de 10 contribuições mensais para obter o benefício de salário-maternidade ao adotar uma criança.

Comentários:

É correto afirmar que Natália é segurada contribuinte individual do RGPS.

O erro da assertiva está em afirmar que o salário-maternidade exige 10 contribuições mensais para sua concessão. O STF, ao julgar inconstitucional o inciso III do art. 25 da Lei n. 8.213/91, fez com que o salário-maternidade **para todas as categorias de segurado(a)** não mais exigisse carência mínima de contribuições.

Gabarito: Errado

425. Caso Natália sofra um acidente e este lhe cause sequelas consolidadas a ponto de reduzir sua capacidade de trabalho, terá direito ao auxílio-acidente após a cessação do auxílio por incapacidade temporária.

Comentários:

Mesmo que tenha a capacidade de trabalho reduzida em razão de sequelas consolidadas após um acidente sofrido, Natália não terá direito de receber auxílio-acidente.

Isso pelo simples fato de se enquadrar como segurada contribuinte individual.

O auxílio-acidente somente é devido aos segurados empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso e segurado especial.

Não é devido ao contribuinte individual e ao segurado facultativo.

Gabarito: Errado

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

426. Considere o seguinte item sobre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS): O cônjuge de um segurado do RGPS possui direito ao recebimento da pensão por morte de forma vitalícia, sem levar em conta a duração do casamento ou o período de contribuição do segurado.

Comentários:

De acordo com o Decreto 3.048/99, especificamente no artigo 114, V, o direito à pensão por morte para o cônjuge do segurado do RGPS não é vitalício em todas as circunstâncias. Existem requisitos específicos relacionados ao tempo de casamento e ao tempo de contribuição do segurado que devem ser atendidos para que o benefício seja concedido de forma vitalícia. Por exemplo, o cônjuge deve ter pelo menos 2 anos de casamento ou união estável e o segurado deve ter contribuído por pelo menos 18 meses para que o cônjuge tenha direito à pensão vitalícia. Caso contrário, a pensão será concedida por um período determinado, conforme a idade do cônjuge na data do óbito do segurado.

Gabarito: Errado

427. Considere que Ana e Beatriz vivam em união estável, trabalhem em empresas distintas e tenham adotado uma criança de dois anos. Nessa situação hipotética, devido à adoção, ambas as mães adotivas terão direito ao salário-maternidade por um período de 120 dias.

Comentários:

De acordo com o Decreto 3.048/99, especificamente no artigo 93-A, o salário-maternidade é concedido à segurada da Previdência Social pelo período de 120 dias, em caso de adoção ou guarda judicial para fins de adoção de criança. No entanto, o benefício é concedido a apenas uma das mães adotivas, não sendo permitido o pagamento simultâneo para ambas. Portanto, apenas uma das mães adotivas terá direito ao salário-maternidade pelo período de 120 dias.

Gabarito: Errado

428. A alíquota de contribuição previdenciária que o segurado empregado e o empregado doméstico devem recolher ao RGPS é distinta da alíquota de contribuição que a empresa e o empregador doméstico devem recolher.

Comentários:

De acordo com o Decreto nº 3.048/99, que regulamenta a Previdência Social no Brasil, as alíquotas de contribuição previdenciária que o segurado empregado e o empregado doméstico devem recolher ao RGPS é distinta da alíquota de contribuição que a empresa e o empregador doméstico devem recolher.

Para o segurado empregado e empregado doméstico, as alíquotas de contribuição previdenciária são progressivas e variam de acordo com a faixa salarial do trabalhador. Conforme o Art. 198 do Decreto nº 3.048/99, essas alíquotas são aplicadas diretamente sobre o salário de contribuição do segurado.

Para as empresas, as alíquotas de contribuição previdenciária são diferentes das alíquotas dos empregados e incidem sobre a remuneração total dos respectivos empregados nos termos do art. 201 do Decreto 3.048/99.

Para os empregadores domésticos, a alíquota será de 8,8% sobre o salário de contribuição do segurado a seu serviço, nos termos do art. 211 do Decreto 3.048/99.

Portanto, a diferença nas alíquotas de contribuição entre os segurados empregados e empregados domésticos, e as empresas e empregadores domésticos, está claramente estabelecida na legislação previdenciária brasileira.

Gabarito: Certo

429. Imagine que João foi demitido sem justa causa e, por isso, recebeu uma indenização compensatória de 40% sobre o valor total depositado em sua conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Essa indenização deve ser considerada como parte do salário-de-contribuição, o que implicaria a incidência de contribuição previdenciária sobre essa quantia.

Comentários:

Nos termos do art. 214, § 9º, inciso V, alínea "a", do Decreto nº 3.048/99, fica claro que a indenização compensatória de 40% sobre o FGTS, em casos de demissão sem justa causa, não integra o salário de contribuição e, portanto, não sofre incidência da contribuição previdenciária.

Gabarito: Errado

430. Para que um trabalhador tenha seu tempo de contribuição reconhecido pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), é necessário que o valor da contribuição mensal seja igual ou superior ao mínimo exigido para a sua categoria profissional.

Comentários:

De acordo com o Decreto nº 3.048/99, especificamente no artigo 19-E, é estabelecido que o tempo de contribuição ao RGPS será reconhecido desde que a contribuição mensal seja igual ou superior ao valor mínimo exigido para a categoria do segurado.

Gabarito: Certo

431. De acordo com a CF/88, a assistência social é um direito de todos e uma obrigação do Estado. Trata-se de uma Política de Seguridade Social que não exige contribuições dos beneficiários e tem como objetivo assegurar os mínimos sociais.

Comentários:

Nos termos do art. 203 da CF/88, a assistência social será prestada a quem dela necessitar (não sendo um direito de todos), independentemente de contribuição à seguridade social.

Gabarito: Errado

432. Marina Silva, de 56 anos, trabalha como agricultora em regime de economia familiar, com auxílio de empregados permanentes, na qualidade de contribuinte individual. Após cumprir o período de carência necessário, ela terá direito à aposentadoria por idade como trabalhadora rural, desde que comprove o exercício efetivo de atividade rural, mesmo que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao pedido do benefício. O valor da renda mensal será de 70% do salário de benefício, com um acréscimo de 1% para cada ano de contribuição.

Comentários:

Assertiva correta, nos termos do art. 56, § 1º e § 2º, do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Certo

433. Carlos Silva, Analista de Sistemas, é filiado ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos do estado de Alagoas. Se Carlos não tiver outra ocupação, ele não poderá se inscrever no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), exceto como segurado facultativo.

Comentários:

É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência. (Art. 201, § 5º, da CF/88).

Gabarito: Errado

434. De acordo com a Constituição Federal de 1988, as contribuições sociais destinadas à Seguridade Social somente podem ser exigidas após um período de noventa dias a partir da data de publicação da lei que as instituiu ou alterou. Além disso, é proibido exigir essas contribuições no mesmo exercício financeiro em que a lei foi publicada.

Comentários:

Nos termos do art. 195, § 6º, da CF/88, as contribuições sociais de Seguridade Social só poderão ser exigidas após decorridos 90 dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o

disposto no art. 150, III, "b", da CF/88, ou seja, podem ser cobradas no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, desde que já decorridos os 90 dias.

Gabarito: Errado

435. Carlos Henrique, contribuinte do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), estava legalmente separado de Joana Silveira, para quem pagava uma pensão alimentícia de R\$ 1.800,00 por mês. Carlos vivia com seus pais, que já tinham 98 anos cada, e dois irmãos, dos quais um era inválido e o outro tinha deficiência mental. Tanto os pais quanto os irmãos de Carlos dependiam financeiramente dele. Com base nessas informações, conclui-se que o benefício previdenciário será destinado exclusivamente a Joana, sem qualquer parcela destinada aos pais e irmãos de Carlos.

Comentários:

O cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato, que recebia pensão de alimentos, receberá a pensão em igualdade de condições com os demais dependentes de Classe I. A existência de dependente de qualquer das classes anteriores exclui do direito às prestações os das classes seguintes. (art.111 c/c art. 16, § 2º, do Decreto 3.048/99).

Gabarito: Certo

436. Josias, com 60 anos de idade, residente em Camaragibe/PE, é professor da educação básica. Ele é casado com Valéria e pai de 2 filhas. Josias é segurado empregado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e possui 25 anos consecutivos de contribuição, exercendo efetivamente a função de magistério na educação básica. Diante dessas informações, podemos afirmar que, uma vez cumprida a carência, Josias poderá obter sua aposentadoria programada como professor.

Comentários:

Josias preenche os requisitos do art. 54 do Decreto 3.048/99, pois possui 60 anos de idade e 25 de contribuição, na qualidade de professor da educação básica.

Gabarito: Certo

437. O valor correspondente ao vale-transporte, na forma da legislação, fornecido em dinheiro ao empregado, não integra o salário de contribuição.

Comentários:

Nos termos do Decreto 3.048/99, artigo 214, § 9º, inciso VI, a parcela recebida a título de vale-transporte, ainda que paga em dinheiro, na forma da legislação própria, não integra o salário de contribuição.

Gabarito: Certo

438. Ana Silva, grávida de 25 semanas, contribuinte do RGPS como empregada doméstica, procurou aconselhamento jurídico para saber mais sobre seus direitos relacionados ao benefício de salário-maternidade. O advogado informou que ela só teria direito ao benefício se comprovasse o pagamento de pelo menos 10 contribuições mensais. Diante dessa situação, podemos afirmar que Ana recebeu uma orientação incorreta do advogado.

Comentários:

Independente de carência a concessão de salário-maternidade para as seguradas empregada, empregada doméstica e trabalhadora avulsa. Ademais, por maioria, o Plenário do STF declarou a inconstitucionalidade da norma que determinava a exigência da carência de 10 meses de contribuição para a concessão do salário-maternidade para as contribuintes individuais, seguradas especiais e para as seguradas facultativas, nos termos da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 2111.

Assim sendo, não se exige mais carência para a concessão do salário-maternidade, qualquer que seja a categoria de segurado, desde que cumpridos os demais requisitos previstos em lei.

Gabarito: Certo

439. Marcos, aposentado pelo RGPS, faleceu, deixando sua esposa Júlia, de 58 anos, seu filho Lucas, de 22 anos, que possui deficiência intelectual grave, seu filho Pedro, de 20 anos, que é estudante universitário e sua mãe, Dona Lúcia, que dependia economicamente de Marcos. Considerando a legislação atual sobre pensão por morte, podemos afirmar que Júlia, Lucas e Pedro têm direito à pensão por morte em partes iguais, mas Dona Lúcia não tem direito, pois dependente de Classe II só tem direito na ausência de dependentes preferenciais.

Comentários:

Júlia (esposa), Lucas (filho com deficiência intelectual grave) e Pedro (filho não deficiente ou inválido até os 21 anos) têm direito à pensão por morte. Dona Lúcia, como dependente de Classe II, só teria direito à pensão na ausência de dependentes de Classe I, o que não é o caso aqui (Base Legal: Art. 16, I, II e §1º, da Lei 8.213/91).

Gabarito: Certo

440. João, segurado especial que trabalha como pescador artesanal e não possui empregados permanentes, deverá contribuir para a seguridade social com base em uma porcentagem aplicada sobre o valor bruto obtido com a venda de sua produção rural. Dessa forma, ele terá direito aos benefícios estabelecidos pela legislação.

Comentários:

Nos termos do art. 195, § 8º, da CF/88, o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

Gabarito: Certo

441. Juarez, segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), foi diagnosticado com uma doença ocupacional que o tornou incapaz de trabalhar e sem possibilidade de reabilitação para qualquer atividade que lhe garanta a subsistência. Nesse caso, João terá direito a receber aposentadoria por incapacidade permanente, independentemente do cumprimento de carência, cuja renda mensal inicial será de 60% do seu salário de benefício, com um acréscimo de 2% para cada ano de contribuição que exceder 20 anos de contribuição.

Comentários:

A aposentadoria por incapacidade permanente consistirá em renda mensal equivalente a cem por cento sobre o salário de benefício, quando a aposentadoria decorrer de acidente de trabalho, doença profissional ou doença do trabalho, nos termos do art. 44, II, do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Certo

442. Os valores recebidos a título de auxílio-alimentação, pagos em dinheiro, integram o salário de contribuição.

Comentários:

O auxílio-alimentação pago em dinheiro integra o salário de contribuição, conforme o artigo 214, § 9º, inciso V, alínea “m”, do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Certo

443. De acordo com a Constituição Federal de 1988, é permitido estabelecer bases de cálculo diferenciadas para as contribuições sociais devidas pelo empregador, pela empresa e pelas entidades equiparadas, conforme definido por lei. Essas contribuições podem incidir sobre a receita, o faturamento ou o lucro.

Comentários:

Nos termos do artigo 195, § 9º, da Constituição Federal de 1988, temos que as contribuições sociais de seguridade social poderão ter alíquotas diferenciadas em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho, sendo também autorizada a adoção de bases de cálculo diferenciadas para as contribuições sociais incidentes sobre a receita, o faturamento e o lucro do empregador, da empresa e das entidades a ela equiparadas.

Gabarito: Certo

444. Luana, uma operadora de máquinas, sofreu um acidente de trabalho que resultou na amputação parcial de um dedo. Após a recuperação, Luana voltou ao trabalho com uma redução na sua capacidade laboral para a atividade que habitualmente exercia. Ela solicitou o auxílio-acidente, mas teve o pedido negado pelo INSS. Diante do exposto, podemos afirmar que Luana pode recorrer administrativamente e, se necessário, judicialmente, pois a amputação parcial de um dedo pode justificar o auxílio-acidente.

Comentários:

Luana tem o direito de recorrer da decisão do INSS administrativamente e, se necessário, judicialmente. A amputação parcial de um dedo pode justificar o recebimento do auxílio-acidente, uma vez que pode resultar em redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, conforme previsto no artigo 86 da Lei nº 8.213/1991.

Gabarito: Certo

445. Pedro, com 60 anos de idade, exerce atividades autônomas como instrutor de dança em eventos culturais, sendo um contribuinte individual. Se Pedro comprovar que trabalhou durante 25 anos exposto continuamente a agentes físicos nocivos à saúde, de forma permanente e não ocasional, e que tais agentes não foram eliminados ou neutralizados mesmo após a adoção de medidas de controle previstas na legislação trabalhista, ele terá direito à aposentadoria especial.

Comentários:

A aposentadoria especial somente será devida ao segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual, este último somente quando cooperado filiado à cooperativa de trabalho ou de produção (art. 64 do Decreto 3.048/99). As demais categorias de segurados não terão direito à aposentadoria especial.

Gabarito: Errado

446. Thiago trabalha como cozinheiro na residência de Silvia, prestando serviços de forma subordinada, remunerada e pessoal à família de Silvia, em atividades sem fins lucrativos, durante dois dias por semana. Diante da situação exposta, a contribuição previdenciária de Silvia, na qualidade de empregadora doméstica, incidente sobre o salário de contribuição de Thiago, será de oito por cento de contribuição patronal, acrescida de oito décimos por cento de contribuição social para financiamento do seguro contra acidentes do trabalho, totalizando 8.8% sobre o salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço.

Comentários:

Thiago não é empregado doméstico, pois trabalha apenas 2 dias por semana na residência de Silvia. Nesse caso, Thiago será contribuinte individual (diarista) e deverá recolher suas próprias contribuições, não cabendo a Silvia qualquer recolhimento.

Gabarito: Errado

447. Após ser submetido a uma avaliação biopsicossocial realizada por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar, foi constatado que Avelino Pereira, segurado empregado do RGPS, possui grau de deficiência leve. Diante dessa constatação, Avelino foi orientado a entrar com um requerimento junto ao INSS, solicitando aposentadoria por tempo de contribuição, uma vez que já possui 30 anos de contribuição na condição de pessoa com deficiência. Considerando os fatos apresentados, o INSS deverá deferir o pedido de Avelino, uma vez que os requisitos para a obtenção de sua aposentadoria por tempo de contribuição do segurado com deficiência foram preenchidos.

Comentários:

Nos termos do art. 70-B do Decreto 3.048/99, a aposentadoria por tempo de contribuição do segurado com deficiência, quando cumprida a carência, é devida se cumpridos 33 anos de tempo de contribuição na condição de pessoa com deficiência, se homem, e 28 anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência leve. Portanto, com 30 anos de contribuição não é suficiente para Avelino se aposentar em caso de deficiência leve.

Gabarito: Errado

448. Para ter direito ao Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS), é necessário que o requerente tenha contribuído para a Previdência Social por pelo menos 12 meses.

Comentários:

O BPC é um benefício assistencial, não previdenciário. Portanto, não exige qualquer contribuição, nos termos do art. 203 da CF/88. O requisito principal é a comprovação de renda familiar *per capita* igual ou inferior a 1/4 do salário-mínimo e, no caso de pessoas com deficiência, a comprovação da deficiência, nos termos do art. 20, *caput*, da Lei 8.742/93.

Gabarito: Errado

449. Maria, uma cidadã brasileira de 60 anos, casada com João e mãe de 8 filhos, residente no município de Florença/CE, é uma segurada empregada do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Após contribuir de forma contínua para a previdência social por 15 anos, Maria deseja solicitar sua aposentadoria programada. Nesse contexto, o pedido de Maria deve ser concedido, pois ela cumpriu os requisitos exigidos pela legislação previdenciária.

Comentários:

Maria não atingiu a idade mínima para a sua aposentadoria programada, que é de 62 anos, nos termos do art. 51 do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Errado

450. Renata trabalha como vendedora em uma empresa que comercializa produtos de tecnologia. A título de incentivo, essa empresa oferece exclusivamente aos empregados do setor de vendas um plano de previdência privada. Além disso, a empresa também paga mensalmente a todos os funcionários um valor referente à participação nos resultados. Nessa situação, incide contribuição previdenciária sobre os valores pagos pela empresa a título de contribuição para a previdência privada de Renata, bem como sobre o valor recebido a título de participação nos resultados.

Comentários:

Não integram o salário de contribuição o valor das contribuições efetivamente pago pela pessoa jurídica relativo a programa de previdência complementar privada, aberta ou fechada, quando disponível à totalidade de seus empregados e dirigentes, o que não é o caso. Ademais, a participação do empregado nos lucros ou resultados da empresa somente não integra o salário de contribuição quando paga ou creditada de acordo com lei específica, sendo vedado o pagamento de qualquer antecipação ou distribuição de valores a título de participação nos lucros ou resultados da empresa em mais de 2 (duas) vezes no mesmo ano civil e em periodicidade inferior a 1 (um) trimestre civil. Assim sendo, incidirá contribuição previdenciária sobre os valores pagos pela empresa a título de contribuição para a previdência privada de Renata, bem como sobre o valor recebido a título de participação nos resultados.

Gabarito: Certo

451. Mariana, segurada facultativa do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), após cometer homicídio contra um parente, foi condenada por crime doloso e está cumprindo pena em regime fechado. Mariana estava recebendo auxílio por incapacidade temporária na data de sua prisão e deverá ter seu benefício cancelado a partir da data de sua reclusão.

Comentários:

O segurado em gozo de auxílio por incapacidade temporária na data do recolhimento à prisão terá o seu benefício suspenso. A suspensão será pelo prazo de até sessenta dias, contado da data do recolhimento à prisão, hipótese em que o benefício cessará somente após o referido prazo (art. 71, §4º e §5º, do Decreto 3.048/99).

Gabarito: Errado

452. Em relação à evolução histórica da Seguridade Social no Brasil, é possível afirmar que a Constituição Federal de 1967 incluiu a doença e o desemprego como riscos sociais a serem cobertos pela Previdência Social. Esta foi a primeira Constituição a prever o seguro-desemprego e a empregar o termo "Seguridade Social", abrangendo saúde, assistência social e previdência social.

Comentários:

De fato, a Constituição Federal de 1967 incluiu a doença e o desemprego como riscos sociais a serem cobertos pela Previdência Social. Contudo, a primeira Constituição a utilizar a expressão "Seguridade Social" foi a CF/88.

Gabarito: Errado

453. Observados os demais critérios de elegibilidade definidos em Lei, terão direito ao benefício de prestação continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS) apenas a pessoa com deficiência ou a pessoa idosa com renda familiar mensal *per capita* inferior a 1/4 do salário-mínimo.

Comentários:

A renda familiar mensal *per capita* deverá ser igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo (art. 20, § 3º, da lei 8.742/93).

Gabarito: Errado

454. João Silva, um contribuinte individual, após atender a todos os critérios necessários para a concessão de sua aposentadoria programada, terá direito ao benefício a partir da data do desligamento de sua atividade, desde que o pedido seja formalizado dentro de noventa dias após o desligamento.

Comentários:

Exceto para o segurado empregado e empregado doméstico, a aposentadoria programada será devida sempre a partir da data da entrada do requerimento. A regra apresentada no enunciado, portanto, só valeria se João Silva fosse um segurado empregado ou empregado doméstico, e não um contribuinte individual, nos termos do art. 52 do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Errado

455. Adelaide, de 67 anos, não possui renda própria e vive exclusivamente com sua filha, que recebe um salário mínimo mensal. Ela solicitou o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Nesse caso, Adelaide não tem direito ao benefício.

Comentários:

Para ter direito ao BPC, a renda *per capita* familiar deve ser igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo. No caso de Adelaide, a renda familiar *per capita* é igual a 1/2 do salário mínimo (um salário mínimo dividido por duas pessoas), o que excede o limite estabelecido pela Lei 8.742/93, Art. 20, § 3º.

Gabarito: Certo

456. Carlos Mendes exerce múltiplas atividades como segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Se Carlos for considerado permanentemente incapaz para uma dessas atividades, o auxílio por incapacidade temporária deverá ser mantido indefinidamente, sendo proibida a concessão de aposentadoria por incapacidade permanente enquanto a incapacidade não se estender a todas as atividades.

Comentários:

Quando o segurado que exercer mais de uma atividade for considerado definitivamente incapacitado para uma delas, o auxílio por incapacidade temporária deverá ser mantido indefinidamente, hipótese em que não caberá a concessão de aposentadoria por incapacidade permanente enquanto a incapacidade não se estender às demais atividades (art. 74 do Decreto 3.048/99).

Gabarito: Certo

457. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo e de servidores ativos, não incidindo contribuição previdenciária sobre os proventos de aposentadorias e pensões, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Comentários:

Nos termos do art. 40 da CF/88, o regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Gabarito: Errado

458. Juvenal, nascido na cidade de Porto Alegre, é segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e ficou incapacitado para o seu trabalho por quinze dias consecutivos, conforme avaliação médico-pericial, devido a um acidente de carro ocorrido enquanto dirigia para seu trabalho. Dessa forma, independentemente do cumprimento de período de carência, Juvenal terá direito ao auxílio por incapacidade temporária pelo período em que esteve afastado das atividades.

Comentários:

O auxílio por incapacidade temporária será devido ao segurado que, uma vez cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de quinze dias consecutivos, conforme definido em avaliação médico-pericial. Até 15 dias de afastamento por incapacidade não gera direito ao benefício (art. 71 do Decreto 3.048/99).

Gabarito: Errado

459. Carlos Silva, segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), veio a falecer, deixando sua esposa, Mariana Lima, de 41 anos, e seu filho, João Silva, de 15 anos, como seus dependentes. Mariana e João entraram com o pedido de pensão por morte 90 dias após o falecimento de Carlos. Neste contexto, a pensão por morte será concedida a ambos desde a data do falecimento.

Comentários:

A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito, quando requerida em até cento e oitenta dias após o óbito, para os filhos menores de dezesseis anos, ou quando requerida no prazo de noventa dias, para os demais dependentes, ou a contar do requerimento, quando requerida após os prazos mencionados (art. 105, I e II, do Decreto 3.048/99).

Gabarito: Certo

460. Carlos é um segurado obrigatório de baixa renda vinculado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) como contribuinte individual. Ele terá direito ao recebimento do salário-família, que será pago mensalmente, proporcionalmente ao número de filhos, enteados e menores tutelados, até quatorze anos de idade ou inválidos. Para os enteados e menores tutelados, é necessário comprovar a dependência econômica, enquanto para os filhos não é necessária essa comprovação.

Comentários:

De acordo com o Decreto 3.048/99, especificamente no artigo 81, o salário-família é devido apenas ao empregado, empregado doméstico e ao trabalhador avulso, não sendo estendido ao contribuinte individual. Portanto, Carlos, na qualidade de contribuinte individual, não tem direito ao salário-família.

Gabarito: Errado

No que se refere à aplicação da norma previdenciária e da seguridade social, julgue o item a seguir:

461. Suponha que tenha sido publicada uma lei prevendo aumento da contribuição, para arcar com o custeio de benefícios previdenciários. Nesse caso, a previdência pode exigir o imediato pagamento da respectiva contribuição com a alíquota majorada.

Comentários:

Nos termos do art. 195, § 6º, da CF/88, as contribuições de Seguridade Social só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado.

Gabarito: Errado

No tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do RGPS, julgue o item abaixo:

462. A renda mensal da aposentadoria por tempo de contribuição devida ao segurado com deficiência será de setenta por cento do salário de benefício, acrescido de um ponto percentual por grupo de doze contribuições mensais até o máximo de trinta por cento.

Comentários:

Nos termos do art. 70-J, I, do Decreto 3.048/99, a renda mensal da aposentadoria devida ao segurado com deficiência será cem por cento, na hipótese de aposentadoria por tempo de contribuição.

Gabarito: Errado

No tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do RGPS, julgue o seguinte item:

463. É assegurada a concessão de aposentadoria pelo RGPS ao segurado com deficiência aos 29 anos de tempo de contribuição, se homem, e aos 24 anos de tempo de contribuição, se mulher, no caso de segurado com deficiência moderada que tenha cumprido os demais requisitos previstos na legislação.

Comentários:

Assertiva correta, nos termos do art. 70-B, II, do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Certo

No tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do RGPS, julgue item abaixo:

464. É garantida a concessão de aposentadoria pelo RGPS à segurada com deficiência com 55 anos de idade, desde que cumprido tempo mínimo de contribuição de 20 anos e comprovada deficiência durante igual período.

Comentários:

Nos termos do art. 70-C, § 1º, do Decreto 3.048/99, no caso de aposentadoria por idade da pessoa com deficiência, o segurado deve contar com no mínimo quinze anos de tempo de contribuição, cumpridos na condição de pessoa com deficiência, independentemente do grau, além da idade prevista em lei.

Gabarito: Errado

465. Abelardo, que contribui para o RGPS na condição de empregado doméstico há 16 anos ininterruptos, recentemente completou 65 anos de idade. Nessa situação, Abelardo tem direito de se aposentar, cujo valor do benefício será equivalente a 100% do seu salário de benefício.

Comentários:

Nos termos do art. 53 do Decreto 3.048/99, o valor da aposentadoria programada corresponderá a sessenta por cento do salário de benefício, com acréscimo de dois pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de vinte anos de contribuição, para os homens, ou de quinze anos de contribuição, para as mulheres.

Gabarito: Errado

466. O contribuinte individual que não presta serviços a empresas ou equiparadas e os segurados facultativos devem recolher as contribuições à previdência social por iniciativa própria.

Comentários:

Assertiva correta, nos termos do art. 216, II, do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Certo

467. A assistência social é a política social que provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência, independentemente de contribuição à seguridade social, e deve ser organizada de forma descentralizada.

Comentários:

Assertiva correta, nos termos do art. 3º do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Certo

468. A contribuição empresarial destinada à seguridade social de associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional corresponde a 5% da receita bruta decorrente dos espetáculos desportivos de que participe em todo território nacional, em qualquer modalidade desportiva, inclusive jogos internacionais, e no mesmo percentual sobre a receita de qualquer forma de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e de transmissão de espetáculos desportivos.

Comentários:

Assertiva correta, nos termos do art. 205 do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Certo

469. Os benefícios e serviços prestados pela seguridade social são exclusivos daqueles que contribuem, pois seu caráter é contributivo e de filiação obrigatória.

Comentários:

Dentre as áreas da Seguridade Social, somente a Previdência Social possui caráter contributivo e de filiação obrigatória. A saúde e a assistência social possuem caráter não contributivo, não sendo exclusivo, portanto, dos que contribuem.

Gabarito: Errado

470. Albert, alemão com 72 anos de idade, residente no Brasil, é comprovadamente incapaz de prover a própria subsistência e não tem familiar que possa provê-la. Nessa situação, apesar de ser estrangeiro, Albert poderá se beneficiar da assistência social prevista na Constituição Federal, uma vez atendidos os requisitos constitucionais e legais.

Comentários:

Segundo a tese firmada pelo Tema 173 do STF, temos que “Os estrangeiros residentes no País são beneficiários da assistência social prevista no artigo 203, inciso V, da Constituição Federal, uma vez atendidos os requisitos constitucionais e legais”. Ou seja, o fato de Albert ser estrangeiro não impede, por si só, o direito à assistência social no Brasil.

Gabarito: Certo

471. No que diz respeito ao benefício de prestação continuada da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, terão direito a tal benefício a pessoa com deficiência e a pessoa idosa com renda familiar mensal *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo.

Comentários:

Nos termos do art. 20, § 3º, da Lei 8.742/93, observados os demais critérios de elegibilidade, terão direito a BPC/LOAS a pessoa com deficiência ou a pessoa idosa com renda familiar mensal *per capita* igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

Gabarito: Errado

472. Compete à Receita Federal do Brasil planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas à tributação, à fiscalização, à arrecadação, à cobrança e ao recolhimento das contribuições previdenciárias.

Comentários:

Em março de 2007, com a publicação da Lei nº 11.457/2007, que passou a vigorar desde 02 de maio do mesmo ano, houve uma fusão entre a Secretaria da Receita Previdenciária - SRP e a Secretaria da Receita Federal – SRF, dando origem à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB (ou apenas RFB), incorporando as atribuições de arrecadar, fiscalizar e cobrar contribuições previdenciárias, além dos outros tributos que já eram de sua competência. Atualmente o artigo 33, *caput*, da Lei 8212/91, diz: “À Secretaria da Receita Federal do Brasil compete planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas à tributação, à fiscalização, à arrecadação, à cobrança e ao recolhimento das contribuições sociais previstas no parágrafo único do art. 11 desta Lei, das contribuições incidentes a título de substituição e das devidas a outras entidades e fundos.”

Gabarito: Certo

473. Com relação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, considera-se empresa, para fins previdenciários, a sociedade que assume ou não risco de atividade econômica urbana ou rural, desde que com fins lucrativos, a ela equiparando-se a cooperativa de trabalho e de produção.

Comentários:

Nos termos do art. 12, I, do Decreto 3.048/99, consideram-se empresa a firma individual ou a sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, bem como os órgãos e as entidades da administração pública direta, indireta e fundacional.

Gabarito: Errado

474. Em relação ao salário de contribuição, quando a remuneração do contribuinte individual, em determinado mês, não alcançar o salário mínimo, ele poderá complementar a sua contribuição visando o cômputo da competência desse mês como tempo de contribuição.

Comentários:

Assertiva correta, nos termos do art. 19-E, I, do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Certo

475. Com relação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, são considerados contribuintes individuais o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, bem como o trabalhador intermitente.

Comentários:

Nos termos do art. 9º, I, “s”, do Decreto 3.048/99, o trabalhador intermitente é considerado segurado empregado do RGPS.

Gabarito: Errado

476. Suponha-se que, para complementar a renda familiar, Adelaide, servidora pública federal, exerça eventualmente, nas horas vagas, atividade como professora particular de inglês. Nessa situação hipotética, na condição de professora, Adelaide é considerada segurada facultativa do RGPS.

Comentários:

Nos termos do art. 11, § 2º, do Decreto 3.048/99, é vedada a filiação ao Regime Geral de Previdência Social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência social, salvo na hipótese de afastamento sem vencimento e desde que não permitida, nesta condição, contribuição ao respectivo regime próprio. Pela atividade eventual de professora particular, Adelaide será contribuinte individual.

Gabarito: Errado

A empresa Alfa descontou a contribuição previdenciária devida pelos trabalhadores e não a repassou à previdência social. A empresa Beta declarou corretamente, mas deixou de recolher as contribuições previdenciárias devidas, por estar passando por dificuldades financeiras.

477. Nas situações acima, podemos afirmar que a empresa Alfa cometeu crime de apropriação indébita previdenciária e a empresa Beta cometeu crime de sonegação de contribuição previdenciária.

Comentários:

Nos termos do art. 337-A do Código Penal, a empresa Beta, mesmo deixando de recolher as contribuições devidas, não comete crime de sonegação de contribuição previdenciária, pois declarou corretamente os valores devidos para a Previdência Social. Nesse caso, trata-se de mera inadimplência e não configura o crime de sonegação de contribuição previdenciária.

Gabarito: Errado

Quanto aos dependentes do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, julgue o item a seguir.

478. É beneficiário do RGPS, na condição de dependente do segurado, o filho não emancipado, de qualquer condição, que tenha 21 anos, 8 meses e 12 dias de idade, independentemente de qualquer invalidez ou deficiência.

Comentários:

Nos termos do art. 16, I, do Decreto 3.048/99, é beneficiário do RGPS, na condição de dependente do segurado, o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos de idade ou inválido ou que tenha deficiência intelectual, mental ou grave.

Gabarito: Errado

479. Acerca do conceito previdenciário dos segurados do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, podemos afirmar que empregado doméstico é aquele que presta serviço de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividade sem fins lucrativos, por até dois dias por semana.

Comentários:

Nos termos do art. 9º, II, do Decreto 3.048/99, são segurados da previdência social, na qualidade de empregado doméstico, aquele que presta serviço de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividade sem fins lucrativos, por mais de dois dias por semana (e não por até dois dias por semana).

Gabarito: Errado

480. Suponha que um advogado tenha contratado um indivíduo para exercer funções tipicamente domésticas em seu escritório de advocacia, limpando diariamente o local, lavando louça, fazendo café e tirando pó dos móveis. Nesse caso hipotético, para efeito previdenciário, o referido contratante não é considerado empregador doméstico.

Comentários:

Assertiva correta. Nos termos do art. 9º, II, do Decreto 3.048/99, o empregado doméstico deve realizar suas atividades em locais onde não sejam realizadas atividades com fins lucrativos pelo empregador doméstico.

Gabarito: Certo

Com relação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, julgue o item subsequente:

481. A filiação de um segurado obrigatório à previdência social se concretiza após sua inscrição e respectivo pagamento, sem atraso, da primeira contribuição previdenciária desse segurado.

Comentários:

Nos termos do art. 20, § 1º, do Decreto 3.048/99, a filiação à previdência social decorre automaticamente do exercício de atividade remunerada para os segurados obrigatórios, e da inscrição formalizada com o pagamento da primeira contribuição para o segurado facultativo.

Gabarito: Errado

482. Nos termos da CF/88, a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber incentivos fiscais ou benefícios creditícios.

Comentários:

Assertiva correta, nos termos do art. 195, § 3º, da CF/88.

Gabarito: Certo

483. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e, dentre outras, das contribuições sociais do empregador incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.

Comentários:

Assertiva correta, nos termos do art. 195, I, "a", da CF/88.

Gabarito: Certo

No que se refere à filiação e à inscrição no Regime Geral de Previdência Social - RGPS, julgue o item subsequente:

484. Suponha que um estudante de 14 anos de idade pretenda se inscrever no RGPS na condição de segurado facultativo. Nessa situação, a inscrição será possível, uma vez que a inscrição no RGPS é permitida a partir dessa idade.

Comentários:

Nos termos do art. 11 do Decreto 3.048/99, é segurado facultativo o maior de dezesseis anos de idade que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuição, desde que não esteja exercendo atividade remunerada que o enquadre como segurado obrigatório da previdência social.

Gabarito: Errado

Em relação à interpretação e integração da legislação previdenciária, julgue o item a seguir:

485. No caso de ausência de norma expressa e específica para o caso concreto a ser analisado, deve-se preencher as lacunas da lei por meio de técnicas de interpretação previstas na legislação previdenciária.

Comentários:

No caso de ausência de norma expressa e específica para o caso concreto a ser analisado, deve-se preencher as lacunas da lei por meio de técnicas de integração (e não de interpretação) previstas na legislação previdenciária. A interpretação é utilizada em caso de existência da norma a ser interpretada.

Gabarito: Errado

486. Nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, podemos afirmar que a proteção social especial é um conjunto de serviços, programas e projetos que têm por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Comentários:

Assertiva correta, nos termos do art. 6º-A, II, da Lei 8.742/93.

Gabarito: Certo

A respeito da manutenção da qualidade de segurado, julgue o item a seguir:

487. Situação hipotética: Ariovaldo contribuiu para o RGPS pelo período de três anos e dois meses, quando então ficou incapacitado para o trabalho e entrou em gozo do benefício de auxílio por incapacidade temporária. Permaneceu afastado e recebendo o mencionado benefício por quatro anos e seis meses. Assertiva: Nessa situação, devido ao tempo que ficou sem contribuir para o INSS em decorrência do benefício, Ariovaldo perdeu a sua qualidade de segurado, mas poderá recuperá-la após seis contribuições mensais ininterruptas após a nova filiação.

Comentários:

Nos termos do art. 13, I, do Decreto 3.048/99, mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, e sem limite de prazo, o segurado que estiver em gozo de benefício, exceto na hipótese de auxílio-acidente. Assim sendo, Ariovaldo não perdeu sua qualidade de segurado pelo tempo que ficou sem contribuir para o INSS em decorrência do benefício.

Gabarito: Errado

A respeito da manutenção da qualidade de segurado, julgue o item a seguir:

488. O segurado facultativo mantém sua qualidade de segurado por, no máximo, doze meses após a cessação das contribuições.

Comentários:

Nos termos do art. 13, VI, do Decreto 3.048/99, o segurado facultativo mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, até seis meses após a cessação das contribuições.

Gabarito: Errado

489. A Constituição Federal de 1967 acrescentou a doença e o desemprego como riscos sociais a se proteger pela Previdência Social, sendo a primeira Constituição a prever o seguro-desemprego.

Comentários:

De fato, foi a Constituição Federal de 1967 que acrescentou a doença e o desemprego como riscos sociais a se proteger pela Previdência Social, sendo a primeira Constituição a prever o seguro-desemprego.

Gabarito: Certo

490. Não faz jus à pensão por morte o pretense beneficiário que tenha sido condenado criminalmente, por sentença transitada em julgado, pela prática de crime que tenha culposamente causado a morte do segurado.

Comentários:

Nos termos do art. 105, § 4º, do Decreto 3.048/99, o homicídio tem que ser doloso (e não culposo), ou tentativa de homicídio doloso.

Gabarito: Errado

491. A respeito do financiamento da seguridade social, podemos afirmar que o contribuinte individual que trabalhe por conta própria como cabeleireiro e o segurado facultativo podem optar pelo plano simplificado de inclusão previdenciária, recolhendo suas contribuições previdenciárias com alíquota de 11% incidente sobre o limite mínimo do salário de contribuição.

Comentários:

Assertiva correta, nos termos do art. 199-A, I e II, do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Certo

492. A respeito do financiamento da seguridade social, podemos afirmar que o contribuinte individual que trabalhe por conta própria e o segurado facultativo devem recolher a contribuição relativa a determinado mês, por iniciativa própria, até o dia 15 do mês subsequente àquele a que se refira a contribuição, existindo previsão legal para recolhimento trimestral em determinadas circunstâncias previstas na legislação.

Comentários:

Assertiva correta, nos termos do art. 216, II, e art. 216, § 15, do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Certo

493. A respeito das inovações trazidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019, podemos afirmar que passou a ser vedada a instituição de novos regimes próprios de previdência social pelos entes federativos.

Comentários:

Assertiva correta, nos termos do art. 40, § 22, da CF/88.

Gabarito: Certo

494. A respeito do financiamento da seguridade social, podemos afirmar que a parcela recebida a título de vale-transporte e de auxílio-alimentação, pagos em dinheiro, deverão integrar o salário de contribuição, nos termos da legislação.

Comentários:

Nos termos do art. 214, § 9º, VI, do Decreto 3.048/99, não integra o salário de contribuição a parcela recebida a título de vale-transporte, ainda que paga em dinheiro, na forma da legislação própria.

Gabarito: Errado

495. O princípio da seguridade social que estabelece que a contribuição social para o custeio do regime geral de previdência social deve ser proporcional à condição financeira dos seus contribuintes denomina-se princípio da uniformidade e da equivalência.

Comentários:

O princípio da seguridade social que estabelece que a contribuição social para o custeio do regime geral de previdência social deve ser proporcional à condição financeira dos seus contribuintes denomina-se equidade na forma de participação no custeio.

Gabarito: Errado

496. João, trabalhador rural que explora atividade agropecuária em área de 3 módulos fiscais, em regime de economia familiar, utilizando-se eventualmente da ajuda de terceiros, sem empregados permanentes, residente no respectivo imóvel rural, pode ser considerado segurado especial do Regime Geral de Previdência Social.

Comentários:

De acordo com o art. 9º, inciso VII, do Decreto nº 3.048/1999, o trabalhador rural que explora atividade em regime de economia familiar, mesmo com auxílio eventual de terceiros, é considerado segurado especial, desde

que a atividade seja o principal meio de subsistência e não haja uso de empregados permanentes. O auxílio eventual de terceiros, a título de mútua colaboração, não caracteriza vínculo empregatício e é permitido no conceito de segurado especial.

Gabarito: Certo

497. Maria, ocupante de cargo em comissão no município em que reside, sem vínculo efetivo com o respectivo município, está vinculada ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), mesmo que o município não tenha instituído um regime próprio.

Comentários:

Nos termos do art. 9º, inciso I, alínea "i", do Decreto nº 3.048/1999, o servidor público ocupante exclusivamente de cargo em comissão será filiado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), na qualidade de empregado, em qualquer caso.

Gabarito: Errado

498. Um estagiário que presta serviços de acordo com a Lei nº 11.788/2008, sem qualquer vínculo empregatício com o contratante, não é considerado segurado obrigatório da Previdência Social.

Comentários:

Conforme o art. 9º, inciso I, alínea "h", do Decreto nº 3.048/1999, o estagiário que presta serviços em conformidade com a Lei nº 11.788/2008 não é enquadrado como segurado obrigatório da Previdência Social, uma vez que a relação do estagiário contratado de acordo com a lei não gera vínculo empregatício.

Gabarito: Certo

499. Pedro, diretor eleito de uma sociedade anônima, sem vínculo empregatício, não precisa contribuir para o RGPS.

Comentários:

O art. 9º, §3º, do Decreto nº 3.048/1999, define que diretores não empregados de sociedades anônimas, eleitos por assembleia geral de acionistas, são considerados contribuintes individuais e, portanto, devem contribuir obrigatoriamente para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Gabarito: Errado

500. O pescador artesanal, que utiliza embarcação própria de pequeno porte, está automaticamente incluído como contribuinte individual, mesmo que desenvolva a atividade em regime de economia familiar.

Comentários:

De acordo com o art. 9º, inciso VII, alínea "b", do Decreto nº 3.048/1999, e art. 9º, §14, II, do Decreto nº 3.048/1999, o pescador artesanal que utiliza embarcação de pequeno porte e desenvolve a atividade em regime de economia familiar é considerado segurado especial, não contribuinte individual, desde que a pesca seja sua profissão habitual ou principal meio de vida.

Gabarito: Errado

501. A pessoa física que edifica obra de construção civil, ainda que sem fins lucrativos, é considerada contribuinte individual do RGPS.

Comentários:

Nos termos do art. 9º, inciso V, alínea "I" c/c o art. 9º, §15, IX, do Decreto nº 3.048/1999, a pessoa física que executa obra de construção civil, mesmo sem fins lucrativos, é considerada contribuinte individual, sendo responsável pela contribuição previdenciária decorrente da atividade.

Gabarito: Certo

502. Uma pessoa física que exerce a atividade de comerciante ambulante de alimentos, sem vínculo empregatício e com fins lucrativos, deve ser enquadrada como contribuinte individual do RGPS.

Comentários:

De acordo com o art. 9º, inciso V, alínea "j", do Decreto nº 3.048/1999, a pessoa física que presta serviços de natureza urbana, com fins lucrativos, sem vínculo empregatício, enquadra-se como contribuinte individual e deve recolher contribuições ao RGPS.

Gabarito: Certo

503. O segurado especial pode exercer uma atividade remunerada temporária por até 180 dias no ano civil sem perder sua condição de segurado especial.

Comentários:

Conforme o art. 9º, § 8º, inciso III, do Decreto nº 3.048/1999, o segurado especial pode exercer atividade remunerada por até 120 dias no ano civil, e não 180 dias, sem perder sua condição de segurado especial. Exceder esse limite descaracteriza o enquadramento.

Gabarito: Errado

504. Um árbitro de futebol profissional, remunerado por partida, é classificado como segurado obrigatório na categoria de contribuinte individual do RGPS.

Comentários:

De acordo com o art. 9º, inciso V, alínea "XIV", do Decreto nº 3.048/1999, os árbitros e seus auxiliares, quando remunerados, são enquadrados como contribuintes individuais obrigatórios do RGPS, devendo recolher as contribuições previdenciárias correspondentes.

Gabarito: Certo

505. Carla, que presta serviços três dias por semana na residência de uma família, de forma subordinada, onerosa e pessoal, é considerada segurada obrigatória do RGPS na qualidade de empregada.

Comentários:

Nos termos do art. 9º, inciso II, do Decreto nº 3.048/1999, quem presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal, por mais de dois dias por semana, é segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) na qualidade de empregada doméstica.

Gabarito: Errado

506. Antônio, sócio-gerente de uma sociedade limitada, que retira pró-labore mensal, é considerado contribuinte individual do RGPS.

Comentários:

De acordo com o art. 9º, inciso V, alínea "e", item 4, do Decreto nº 3.048/1999, o sócio-gerente de sociedade limitada que retira pró-labore é considerado contribuinte individual e, portanto, está obrigado a contribuir para o RGPS.

Gabarito: Certo

507. O segurado empregado que está em licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares perde automaticamente a qualidade de segurado após 12 meses sem contribuição.

Comentários:

De acordo com o art. 15, inciso II, da Lei nº 8.213/1991, o segurado empregado mantém a qualidade de segurado por até 12 meses após cessar suas contribuições, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 12 meses se o segurado já tiver realizado mais de 120 contribuições ou mais 24 meses em caso de desemprego involuntário comprovado.

Gabarito: Errado

508. O cônjuge que participa ativamente de atividades rurais em regime de economia familiar, mesmo sem titularidade formal da terra, pode ser enquadrado como segurado especial do RGPS.

Comentários:

Conforme o art. 9º, inciso VII, alínea "c", do Decreto nº 3.048/1999, o cônjuge que participa ativamente das atividades rurais em regime de economia familiar, mesmo sem titularidade da terra, é considerado segurado especial, desde que a atividade rural seja o principal meio de subsistência do grupo familiar.

Gabarito: Certo

509. O segurado que exerce mais de uma atividade remunerada vinculada ao RGPS deve contribuir para a Previdência em relação a cada uma dessas atividades.

Comentários:

Nos termos do art. 11, § 3º, do Decreto nº 3.048/1999, o segurado que exerce mais de uma atividade remunerada sujeita ao RGPS deve contribuir obrigatoriamente em relação a cada uma dessas atividades, respeitado o limite máximo do salário de contribuição.

Gabarito: Certo

510. O trabalhador que realiza atividades em feiras livres, sem vínculo empregatício e sem intermediação sindical, é enquadrado como contribuinte individual.

Comentários:

Conforme o art. 9º, inciso V, alínea "I", do Decreto nº 3.048/1999, o trabalhador que exerce atividade econômica, como feirante, sem vínculo empregatício, é considerado contribuinte individual.

Gabarito: Certo

511. O aposentado por incapacidade permanente que se torna empregado de uma empresa perde automaticamente o benefício previdenciário.

Comentários:

Conforme o art. 46 da Lei nº 8.213/1991, o aposentado por incapacidade permanente que retorna à atividade remunerada tem sua aposentadoria automaticamente cancelada, uma vez que a invalidez é incompatível com o exercício de atividade laborativa.

Gabarito: Certo

512. O trabalhador intermitente, que presta serviços em períodos alternados, é considerado contribuinte individual do RGPS.

Comentários:

Conforme o art. 9º, inciso I, alínea "s", do Decreto nº 3.048/1999, o trabalhador intermitente é considerado segurado empregado, desde que haja vínculo de subordinação e a prestação de serviços seja realizada conforme o disposto no § 3º do art. 443 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Gabarito: Errado

513. O pescador que utiliza embarcação de médio porte, em regime de parceria, deve ser enquadrado como segurado especial do RGPS.

Comentários:

Conforme o art. 9º, § 14, da Lei nº 11.959/2009, o pescador que utiliza embarcação de médio ou grande porte, mesmo em regime de parceria, não é considerado segurado especial, mas sim contribuinte individual, uma vez que o uso desse tipo de embarcação excede os critérios para o enquadramento como especial.

Gabarito: Errado

514. A pessoa física que explora atividade agropecuária em área superior a quatro módulos fiscais é enquadrada como contribuinte individual do RGPS.

Comentários:

Nos termos do art. 9º, inciso V, alínea "a", do Decreto nº 3.048/1999, a pessoa física que explora atividade agropecuária em área superior a quatro módulos fiscais é classificada como contribuinte individual, independentemente de ter empregados ou explorar diretamente a atividade.

Gabarito: Certo

515. O aposentado pelo RGPS que volta a exercer atividade remunerada está isento de contribuir para a Previdência Social.

Comentários:

De acordo com o art. 11, § 1º, do Decreto nº 3.048/1999, o aposentado que retorna ao exercício de atividade remunerada abrangida pelo RGPS é segurado obrigatório e está sujeito às contribuições previdenciárias correspondentes.

Gabarito: Errado

516. Os trabalhadores que exercem atividades de movimentação de mercadorias em áreas urbanas, intermediados por sindicatos, são considerados segurados na categoria de trabalhador avulso.

Comentários:

De acordo com o art. 9º, inciso VI, alínea "b", do Decreto nº 3.048/1999, os trabalhadores que atuam na movimentação de mercadorias, com intermediação obrigatória de sindicato e sem vínculo empregatício, são classificados como trabalhadores avulsos, estando incluídos como segurados obrigatórios do RGPS.

Gabarito: Certo

517. Carlos, idoso com 65 anos de idade, que vive com sua família e possui renda mensal familiar *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo, tem direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), mesmo residindo em uma instituição de longa permanência para idosos.

Comentários:

De acordo com o art. 20 da Lei nº 8.742/1993 (LOAS), o BPC é devido ao idoso com 65 anos ou mais que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família. O § 5º do mesmo artigo estabelece que a condição de acolhimento em instituições de longa permanência não prejudica o direito ao benefício.

Gabarito: Certo

518. Maria, pessoa com deficiência que possui impedimento de longo prazo avaliado em dois anos, tem direito ao BPC sem necessidade de comprovar renda familiar.

Comentários:

Embora a deficiência de Maria seja considerada impedimento de longo prazo, conforme o art. 20, § 10, da Lei nº 8.742/1993, a concessão do BPC exige a comprovação de renda mensal familiar *per capita* igual ou inferior a um quarto do salário mínimo, conforme o § 3º do mesmo artigo.

Gabarito: Errado

519. Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são responsáveis por ofertar a proteção social especial, atendendo a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social.

Comentários:

Conforme o art. 6º-C, § 1º e § 2º, da Lei nº 8.742/1993, os CRAS são responsáveis pela proteção social básica, enquanto os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) atendem casos de proteção social especial.

Gabarito: Errado

520. Os conselhos de assistência social devem ser compostos exclusivamente por representantes governamentais para garantir maior eficiência na gestão da política assistencial.

Comentários:

Conforme o art. 16 da Lei nº 8.742/1993, os conselhos de assistência social devem ter composição paritária entre representantes governamentais e da sociedade civil, garantindo participação democrática.

Gabarito: Errado

521. Pedro, desempregado, pode ser beneficiado por serviços de proteção social básica, mesmo sem comprovar a situação de vulnerabilidade de sua família.

Comentários:

Os serviços de proteção social básica, descritos no art. 6º-A, inciso I, da Lei nº 8.742/1993, visam prevenir situações de vulnerabilidade social, sendo acessíveis a indivíduos ou famílias em risco social.

Gabarito: Certo

522. A renda de um estágio supervisionado deve ser incluída no cálculo da renda familiar *per capita* para concessão do BPC.

Comentários:

O art. 20, § 9º, da Lei nº 8.742/1993, exclui os rendimentos decorrentes de estágio supervisionado do cálculo da renda familiar *per capita* para fins de concessão do BPC.

Gabarito: Errado

523. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) integra tanto entidades públicas quanto privadas na oferta de serviços assistenciais.

Comentários:

Conforme o art. 6º-B da Lei nº 8.742/1993, o SUAS é formado por uma rede integrada de serviços públicos e entidades privadas vinculadas ao sistema.

Gabarito: Certo

524. João, empregado de uma empresa, teve o pagamento de sua contribuição previdenciária retido na folha de pagamento. De acordo com a Constituição Federal, o empregador não é obrigado a contribuir para a seguridade social sobre o valor pago a João.

Comentários:

Conforme o art. 195, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, o empregador deve contribuir para a seguridade social sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados a qualquer título. Portanto, além da contribuição retida do empregado, o empregador também tem obrigação de contribuir.

Gabarito: Errado

525. Maria, pescadora artesanal filiada ao RGPS como segurada especial, é obrigada a contribuir para a seguridade social apenas com base no valor da comercialização de sua produção. Essa forma de contribuição é válida, desde que Maria exerça suas atividades em regime de economia familiar e sem empregados permanentes.

Comentários:

De acordo com o art. 195, § 8º, da Constituição Federal de 1988, o pescador artesanal que exerce suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribui para a seguridade social mediante alíquota sobre o resultado da comercialização de sua produção.

Gabarito: Certo

526. Um município pode incluir as receitas destinadas à seguridade social em seu orçamento geral, integrando-as ao orçamento da União, para facilitar a gestão dos recursos.

Comentários:

Conforme o art. 195, § 1º, da Constituição Federal de 1988, as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

Gabarito: Errado

527. É vedado criar um benefício previdenciário sem a correspondente fonte de custeio previamente estabelecida.

Comentários:

De acordo com o art. 195, § 5º, da Constituição Federal de 1988, nenhum benefício ou serviço da seguridade social pode ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

Gabarito: Certo

528. Nos termos da CF/88, as entidades beneficentes de assistência social que atendem às exigências legais são imunes e não contribuem para a seguridade social.

Comentários:

Conforme o art. 195, § 7º, da Constituição Federal de 1988, as entidades beneficentes de assistência social que cumprem as exigências estabelecidas em lei são isentas (imunes) de contribuições destinadas à seguridade social.

Gabarito: Certo

529. É permitida a destinação de recursos públicos para instituições privadas com fins lucrativos que atuem na assistência à saúde, desde que atendam às normas do SUS.

Comentários:

Conforme o art. 199, § 2º, da Constituição Federal de 1988, é vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos na área da assistência à saúde.

Gabarito: Errado

530. A assistência social será prestada somente àqueles que contribuíram para a seguridade social.

Comentários:

De acordo com o art. 203 da Constituição Federal de 1988, a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

Gabarito: Errado

531. Carla, empregada doméstica, sofreu um acidente no trabalho e ficou afastada por 30 dias. Ela não poderá receber auxílio por incapacidade temporária, porque seu contrato de trabalho é doméstico e não conta com este benefício.

Comentários:

Carla, empregada doméstica, tem direito ao auxílio por incapacidade temporária, pois a categoria está incluída dentre os beneficiários do RGPS com direito ao mencionado benefício. Base legal: Art. 71 do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Errado

532. Luana, empregada de uma empresa, está grávida e prestes a entrar em licença-maternidade. Sua empresa terá que pagar integralmente o salário-maternidade e não poderá deduzir esse valor da contribuição previdenciária.

Comentários:

A empresa deve pagar o salário-maternidade, mas pode deduzir esse valor das contribuições previdenciárias devidas. Base legal: Art. 72, § 1º, da Lei 8.213/91.

Gabarito: Errado

533. Ana e Jorge viviam em união estável há 10 meses quando Jorge faleceu. Ana não poderá receber pensão por morte, pois não cumpriu o tempo mínimo de união estável exigido pela legislação.

Comentários:

Ana pode receber pensão por morte, pois o tempo mínimo de união estável é exigido apenas para definir a duração do benefício, mas não é condição para a concessão da pensão por morte. Base legal: Art. 114, V, do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Errado

534. Fernanda, médica autônoma, começou a contribuir para a Previdência Social há 3 meses e sofreu um acidente. Ela poderá receber o auxílio por incapacidade temporária, mesmo sem ter cumprido o período de carência.

Comentários:

Fernanda tem direito ao auxílio por incapacidade temporária, pois incapacidade decorrente de acidente de qualquer natureza dispensa carência. Base legal: Art. 26, II da Lei 8.213/91.

Gabarito: Certo

535. Gustavo, segurado empregado, teve o benefício de auxílio-acidente concedido em 2021 e solicitou sua aposentadoria em 2023. Ele continuará recebendo o auxílio-acidente acumulado com a aposentadoria.

Comentários:

O auxílio-acidente não pode ser acumulado com qualquer aposentadoria, salvo em caso de direito adquirido. Base legal: Art. 104, § 2º, do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Errado

536. Daniel sofreu um acidente de trabalho e passou a receber auxílio por incapacidade temporária acidentário. Durante o período de afastamento, ele iniciou uma nova atividade remunerada na mesma área de atuação anterior. Nesse caso, o benefício deverá ser mantido.

Comentários:

O segurado que, durante o gozo do auxílio por incapacidade temporária, vier a exercer atividade remunerada que lhe garanta a subsistência poderá ter o benefício cancelado a partir do retorno à atividade. Base legal: Art. 73, § 5º, do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Errado

537. Lucas, menor aprendiz, iniciou sua primeira experiência profissional em uma empresa aos 16 anos. Diante de tal fato, podemos afirmar que ele não é segurado obrigatório do RGPS.

Comentários:

Lucas, como menor aprendiz, é segurado obrigatório do RGPS, na qualidade de segurado empregado. Base legal: Art. 45, IV, da IN PRES/INSS Nº 128/2022.

Gabarito: Errado

538. Em caso de desemprego involuntário, o segurado do RGPS mantém sua qualidade de segurado por até 36 meses, desde que comprove o registro no Ministério do Trabalho e tenha recolhido mais de 120 contribuições sem interrupção que tenha acarretado a perda da qualidade de segurado.

Comentários:

O período de graça pode ser estendido até 36 meses para o segurado desempregado, desde que comprovada essa situação por registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e Emprego e desde que o segurado já tenha pagado mais de cento e vinte contribuições mensais sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado. Base legal: Art. 13, §1º e §2º, do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Certo

539. João, segurado contribuinte individual do RGPS, após um acidente, sofreu uma redução de sua capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, em razão de sequelas definitivas. Caso continue trabalhando na mesma função, João pode solicitar o auxílio-acidente.

Comentários:

João não tem direito ao auxílio-acidente, pois o benefício não é devido a contribuinte individual e segurado facultativo.

Base legal: Art. 86 do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Errado

540. Laura, empregada de baixa renda da empresa Alpha & Beta Ltda., teve dois filhos e solicitou o salário-família. A empresa informou que apenas um filho seria considerado para o benefício. Diante da situação apresentada, podemos afirmar que está correto o entendimento da empresa.

Comentários:

Ambos os filhos menores de 14 anos ou inválidos devem ser considerados para o cálculo do salário-família. Base legal: Art. 81 do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Errado

541. Bruno, empregado de uma empresa há 30 anos, sofreu um acidente de trabalho e faleceu. Sua companheira, de 43 anos, com quem mantinha união estável há três anos, terá direito à pensão por morte vitalícia.

Comentários:

Apesar de Bruno já ter vertido 18 mensais e a união estável não ter menos de dois anos antes do óbito do segurado, a pensão por morte não será vitalícia, pois a companheira tinha apenas 43 anos. Para ter pensão por morte vitalícia, a companheira deveria ter pelo menos 45 anos completos na data do óbito. No caso em questão, receberá a pensão por morte por 20 anos. Base legal: Art. 114, V, do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Errado

542. Vanessa, empregada doméstica, teve sua aposentadoria programada negada pelo INSS sob o argumento de que a categoria não possui direito a esse benefício, nos termos da legislação previdenciária atual. Após a negativa do INSS, Vanessa consultou um advogado que confirmou tal entendimento. Diante do exposto, podemos afirmar que o INSS e o advogado estão equivocados.

Comentários:

O advogado e o INSS estão realmente equivocados, pois a aposentadoria é devida a todas as categorias de segurados do RGPS, desde que cumpridos os requisitos legais. Base legal: Art. 51 do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Certo

543. Patrícia foi diagnosticada com uma doença grave, prevista em lista específica, que reduziu sua capacidade de trabalho. Mesmo sendo segurada especial, ela precisa cumprir 12 meses de carência para solicitar auxílio por incapacidade temporária.

Comentários:

Doenças graves, previstas em listas específicas, dispensam a carência para o auxílio por incapacidade temporária, mesmo para segurados especiais. Base legal: Art. 30, III, do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Errado

544. Lucas, contribuinte individual, está desempregado há oito anos e deixou de contribuir para o RGPS. Assim sendo, podemos afirmar que, apesar do tempo sem contribuir, Lucas não perdeu a possibilidade de aproveitar o tempo de contribuição anterior para futura aposentadoria.

Comentários:

A perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão das aposentadorias programada e especial. Base legal: Art. 13, § 5º, do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Certo

545. Carlos possui um filho com deficiência intelectual e não tem renda própria. Ele pode solicitar o salário-família, mesmo que sua renda ultrapasse o limite previsto na legislação.

Comentários:

O salário-família está condicionado ao limite de renda, independentemente de deficiência dos filhos. Base legal: Art. 81 do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Errado

546. Ana, 65 anos, possui renda *per capita* familiar de um salário-mínimo. Ela solicitou o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), mas foi indeferido porque, embora atenda ao critério de idade, sua renda *per capita* ultrapassa o limite de um quarto do salário-mínimo. Podemos afirmar que o indeferimento foi corretamente feito pelo INSS.

Comentários:

O critério de renda para o BPC é de renda familiar mensal *per capita* igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo. Ana ultrapassa esse limite, o que justifica o indeferimento. Base legal: Art. 20, §3º da Lei 8.742/93.

Gabarito: Certo

547. João tem 40 anos e sofre de uma deficiência física que reduz sua capacidade de trabalhar e prover seu sustento. Ele mora com a esposa, que é dona de casa, e dois filhos menores de idade. A renda total da família é de R\$ 1.200,00. João não pode receber o BPC, pois a renda *per capita* de sua família é superior a um quarto do salário-mínimo.

Comentários:

A renda *per capita* da família de João é inferior ao limite de um quarto do salário-mínimo, o que o qualifica para o recebimento do BPC. Base legal: Art. 20, §3º, da Lei 8.742/93.

Gabarito: Errado

548. Lucas, de 18 anos, com deficiência intelectual, foi aprovado para receber o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social. Ele poderá utilizar o benefício para custear sua inscrição em um curso técnico que facilite sua inclusão no mercado de trabalho.

Comentários:

O beneficiário pode utilizar o BPC para custear despesas que favoreçam sua inclusão social e econômica, incluindo cursos técnicos. Base legal: Art. 20 da Lei 8.742/93.

Gabarito: Certo

549. Uma pessoa que recebe o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC pode acumular este benefício com aposentadoria, desde que a aposentadoria seja oriunda do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Comentários:

O BPC não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória, bem como as transferências de renda de que tratam o parágrafo único do art. 6º (uma renda básica familiar) e o inciso VI do *caput* do art. 203 da Constituição Federal (redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza) e o *caput* e o § 1º do art. 1º da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004 (renda básica de cidadania). Base legal: Art. 20, §4º, da Lei 8.742/93.

Gabarito: Errado

550. O prazo para interposição de recurso administrativo contra indeferimento do pedido de BPC é de 30 dias, contados a partir da ciência da decisão pelo requerente.

Comentários:

O prazo para recurso administrativo contra o indeferimento de benefícios assistenciais é de 30 dias. Base legal: Art. 305 do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Certo

551. A Lei Eloy Chaves, de 1923, é considerada o marco inicial da Previdência Social no Brasil, tendo instituído as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) para os trabalhadores ferroviários.

Comentários:

A Lei Eloy Chaves instituiu as CAPs, sendo a base para o desenvolvimento do sistema previdenciário brasileiro. Inicialmente, era voltada apenas aos ferroviários, mas posteriormente foi estendida a outras categorias.

Gabarito: Certo

552. A Constituição de 1988 trouxe um marco para a seguridade social no Brasil ao estabelecer um sistema tripartite, abrangendo saúde, previdência social e assistência social, todos financiados exclusivamente por contribuições dos trabalhadores.

Comentários:

A Constituição de 1988 estabeleceu um sistema tripartite, mas o financiamento é realizado por toda a sociedade, incluindo recursos do orçamento público, contribuições dos trabalhadores, empregadores, dentre outras fontes. Base legal: Art. 194 da Constituição Federal de 1988.

Gabarito: Errado

553. Durante o governo Vargas, na década de 1930, foram criados os primeiros institutos de aposentadorias e pensões (IAPs), que substituíram as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs).

Comentários:

Os IAPs foram criados no governo Vargas, a partir de 1933, como uma evolução das CAPs, organizados por categorias profissionais.

Gabarito: Certo

554. A unificação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões em um único sistema nacional ocorreu em 1966, com a criação do INSS.

Comentários:

A unificação dos IAPs ocorreu em 1966, tendo entrado em vigor apenas em 01/01/1967, com a criação do Instituto Nacional da Previdência Social - INPS. O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi criado posteriormente, em 1990.

Gabarito: Errado

555. A assistência social, que integra o sistema de seguridade social, é destinada apenas aos segurados que contribuem para a Previdência Social.

Comentários:

A assistência social é destinada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição, como definido pela Constituição de 1988. Base legal: Art. 203 da Constituição Federal de 1988.

Gabarito: Errado

556. A Previdência Social é de filiação obrigatória e tem como objetivo garantir proteção em casos de incapacidade, idade avançada, morte e maternidade, entre outros eventos.

Comentários:

A filiação à Previdência Social é obrigatória para trabalhadores que exercem atividade remunerada, e o sistema visa proteger contra diversos riscos sociais. Base legal: Art. 201 da Constituição Federal de 1988.

Gabarito: Certo

557. A saúde, como parte integrante da seguridade social, é um direito de todos e um dever do Estado, sendo financiada exclusivamente pelos impostos.

Comentários:

A saúde é um direito de todos e dever do Estado, mas seu financiamento vem de recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. Base legal: Art. 198, § 1º, da Constituição Federal de 1988.

Gabarito: Errado

558. As contribuições previdenciárias dos segurados empregados devem ser recolhidas diretamente pelos empregadores, que também são responsáveis por reter e repassar as contribuições ao INSS.

Comentários:

Os empregadores são responsáveis por reter as contribuições previdenciárias dos segurados empregados e repassá-las ao INSS no prazo estipulado. Base legal: Art. 216, I, do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Certo

559. Os segurados facultativos estão obrigados a recolher sua contribuição, por iniciativa própria, até o dia quinze do mês seguinte àquele a que as contribuições se referirem, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subsequente quando não houver expediente bancário no dia quinze

Comentários:

Base legal: Art. 216, II, do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Certo

560. As receitas da Seguridade Social incluem contribuições sociais, recursos oriundos de concursos de prognósticos e outras fontes previstas em lei.

Comentários:

Base legal: Art. 195 da Constituição Federal de 1988.

Gabarito: Certo

561. Os segurados especiais são obrigados a recolher contribuições previdenciárias sobre sua produção, independentemente de haver comercialização de produtos.

Comentários:

Os segurados especiais só são obrigados a contribuir quando houver comercialização de sua produção. Base legal: Art. 200 do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Errado

562. O valor referente ao adicional de férias integra o salário de contribuição para fins de cálculo das contribuições previdenciárias.

Comentários:

O adicional de férias (um terço constitucional) é considerado parte integrante do salário de contribuição, conforme o regulamento da Previdência Social. Base legal: Art. 214, §4º, do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Certo

563. As parcelas pagas a título de auxílio-alimentação em dinheiro ou mediante cartão ou vale são incluídas no salário de contribuição.

Comentários:

Quando pago em dinheiro ou cartão/vale, o auxílio-alimentação integra o salário de contribuição. Apenas as parcelas fornecidas *in natura* não integram o salário de contribuição. Base legal: Art. 214, §9º, inciso III, do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Certo

564. As diárias para viagem que excedam 50% do salário do empregado são incluídas no salário de contribuição.

Comentários:

Não integram o salário de contribuição as importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado o seu pagamento em dinheiro, e diárias para viagem. Base legal: Art. 214, §9º, inciso V, "m", do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Errado

565. São segurados obrigatórios da previdência social, na qualidade de trabalhador avulso, aquele contratado como trabalhador intermitente para a prestação de serviços, com subordinação, de forma não contínua, com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, em conformidade com o disposto na legislação trabalhista e previdenciária.

Comentários:

Base legal: Art. 9º, inciso I, “s”, do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Certo

Acerca dos Princípios, Evolução Histórica e Conceitos sobre a Seguridade Social, julgue:

566. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e sobre as contribuições sociais, dentre as quais, do importador e sobre bens e serviços.

Comentários:

O artigo 195 da CF traz regras sobre o custeio da Seguridade Social, prevendo que:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: (Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

b) a receita ou o faturamento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) (Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023) Vigência

c) o lucro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

III - sobre a receita de concursos de prognósticos.

IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) (Vide Emenda Constitucional nº 132, de 2023) Vigência

V - sobre bens e serviços, nos termos de lei complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Gabarito: Certo

567. A Lei Eloy Chaves é considerada um marco inicial da Previdência Social no Brasil, sendo o modelo de participação das empresas e trabalhadores no custeio adotado até hoje.

Comentários:

A Lei Eloy Chaves é considerada um marco inicial da Previdência, pois a partir desta se ampliou o sistema previdenciário no país, e até hoje empregadores e trabalhadores contribuem para o custeio do sistema.

Gabarito: Certo

568. O Sistema Único de Saúde foi criado através da Constituição Federal de 1967, quando surgiu a Seguridade Social.

Comentários:

A Seguridade Social (e “junto” dela o SUS) foi prevista pela primeira vez na CF de 1988.

Gabarito: Errado

569. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, houve também a unificação administrativa, com a instituição do INPS - Instituto Nacional de Previdência Social, que unificou os diversos Institutos de Previdência existentes na época.

Comentários:

A unificação administrativa ocorreu em 1966, com o INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, reunindo os diversos Institutos de Previdência em um único.

Gabarito: Errado

570. São princípios da Seguridade Social a universalidade de participação nos planos previdenciários, seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial de trabalhadores em atividade, empregadores e aposentados e irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo.

Comentários:

São princípios que regem a previdência a universalidade de participação nos planos previdenciários e irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo.

Gabarito: Errado

Sobre os Segurados e Dependentes do Regime Geral de Previdência Social, julgue:

571. Carlos é segurado especial, possui um pequeno sítio no qual cultiva hortaliças. Por ser muito conhecido na sua cidade, foi eleito vereador, com o objetivo de ajudar pequenos agricultores como ele. Nesta situação, como passou a categoria de empregado para o RGPS, deixará de ser segurado especial, mesmo que continue o labor como pequeno produtor rural, voltando a ser segurado especial com o fim do mandato eletivo.

Comentários:

Ele continua como segurado especial (mesmo que a lei determine que é segurado empregado aquele que exerça cargo eletivo sem amparo de regime próprio), pois a lei permite exercício de atividade de segurado especial e vereador (artigo 11, parágrafo 9º, da Lei 8.213/91).

Gabarito: Errado

572. Aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário que presta serviço para atender à necessidade transitória de substituição de pessoal regular, permanente ou a acréscimo extraordinário de serviço de outras empresas, na forma da legislação própria, é considerado segurado empregado.

Comentários:

Literalidade do artigo 9º, I, “b”, do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Certo

573. A pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral – garimpo –, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua é considerada Contribuinte Individual.

Comentários:

Literalidade do artigo 9º do Decreto 3.048/99, o garimpeiro será sempre contribuinte individual, independente da forma que explore a atividade.

Gabarito: Certo

574. Carolina foi casada com José Mário por 20 anos, quando decidiram se divorciar, ficando garantido para Carolina pensão alimentícia vitalícia. Logo após o divórcio, José Mário se casou com Mariazinha, com quem viveu até seu falecimento. Nesta situação hipotética, são consideradas dependentes de José tanto Carolina como Mariazinha.

Comentários:

Como ficou garantida a pensão alimentícia para Carolina, está mantendo a qualidade de dependente com José Mário, conforme artigo 17, I, do Decreto 3.048/99. Portanto, a atual e a ex são dependentes do segurado.

Gabarito: Certo

575. Karla pediu demissão em julho de 2024 para dedicar-se exclusivamente à maternidade. Nesta situação, Karla poderá filiar-se à previdência social como segurada facultativa, enquanto não for segurada obrigatória do RGPS.

Comentários:

Como Karla deixou de ser segurada obrigatória no RGPS, poderá filiar-se como segurada facultativa, conforme previsto no artigo 11, do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Certo

576. O enteado, o menor sob guarda e o menor tutelado equiparam-se a filho do segurado, mediante declaração deste, desde que comprovada a dependência econômica.

Comentários:

Cuidado! Menor sob guarda não é equiparado a filho. Existe discussão na justiça sobre o tema, mas na lei previdenciária ele está excluído do rol de dependentes.

Gabarito: Errado

577. Os estrangeiros domiciliados e contratados no Brasil para trabalharem como empregados em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença à empresa brasileira de capital nacional.

Comentários:

Exatamente o que prevê a lei, os estrangeiros domiciliados e contratados no Brasil para trabalharem como empregados em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença à empresa brasileira de capital nacional são considerados empregados do RGPS.

Gabarito: Certo

Sobre os benefícios previdenciários, julgue as assertivas:

578. Lucy trabalha como empregada rural em uma fazenda do interior de São Paulo. Nesta situação, ao completar 55 anos de idade e 180 contribuições, terá direito à aposentadoria por idade do trabalhador rural.

Comentários:

O trabalhador rural, incluindo o empregado, tem direito à aposentadoria por idade do trabalhador rural aos 55 anos, se mulher, e 60 anos, se homem, após completar carência, art. 56 do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Certo

579. O benefício da aposentadoria programada tem início para o segurado empregado e empregado doméstico a partir da data do desligamento do emprego, quando requerido em até 90 dias.

Comentários:

Esse benefício tem início em 90 dias a partir da data do desligamento do emprego, se houver, pois o segurado pode continuar trabalhando quando se aposentar por idade.

Gabarito: Certo

580. A aposentadoria por tempo de contribuição do segurado com deficiência, cumprida a carência, é devida ao segurado empregado, inclusive o doméstico, trabalhador avulso, contribuinte individual e facultativo após vinte e cinco anos de tempo de contribuição na condição de pessoa com deficiência, se homem, e vinte anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência grave, cumprida a carência exigida pela lei.

Comentários:

Aos segurados deficientes a lei prevê tempo de contribuição, conforme o grau, e idade reduzidos, após cumprir a carência exigida pela lei. Veja artigo 70-B do Decreto 3.048/99:

Art. 70-B. A aposentadoria por tempo de contribuição do segurado com deficiência, cumprida a carência, é devida ao segurado empregado, inclusive o doméstico, trabalhador avulso, contribuinte individual e facultativo, observado o disposto no art. 199-A e os seguintes requisitos: (Incluído pelo Decreto nº 8.145, de 2013)

I - aos vinte e cinco anos de tempo de contribuição na condição de pessoa com deficiência, se homem, e vinte anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência grave; (Incluído pelo Decreto nº 8.145, de 2013)

II - aos vinte e nove anos de tempo de contribuição na condição de pessoa com deficiência, se homem, e vinte e quatro anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência moderada; e (Incluído pelo Decreto nº 8.145, de 2013)

III - aos trinta e três anos de tempo de contribuição na condição de pessoa com deficiência, se homem, e vinte e oito anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência leve. (Incluído pelo Decreto nº 8.145, de 2013)

*Parágrafo único. A aposentadoria de que trata o **caput** é devida aos segurados especiais que contribuam facultativamente, de acordo com o disposto no art. 199 e no § 2º do art. 200. (Incluído pelo Decreto nº 8.145, de 2013)*

Art. 70-C. A aposentadoria por idade da pessoa com deficiência, cumprida a carência, é devida ao segurado aos sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher. (Incluído pelo Decreto nº 8.145, de 2013)

Gabarito: Certo

581. O início da concessão do benefício relativo à pensão do segurado condiciona-se à inscrição e à habilitação de todos os seus possíveis dependentes.

Comentários:

O benefício não será protelado, veja o art. 107 do Decreto 3.048/99:

Art. 107. A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente somente produzirá efeito a contar da data da habilitação.

Gabarito: Errado

582. O salário-família pago aos segurados empregados que possuem tal direito é pago diretamente pela empresa, enquanto o benefício devido aos empregados aposentados é pago diretamente pela Previdência Social.

Comentários:

É o que determina o artigo 82 do Decreto 3.048/99 acerca do pagamento do benefício do salário-família aos que possuem tal direito.

Gabarito: Certo

583. Cláudia, segurada empregada de baixa renda, tem um filho, Júlio, de apenas 2 anos de idade. Cláudia é casada com Jair, que é servidor público e ganha uma média de 3 salários-mínimos mensais. Nesta situação, por a renda familiar ultrapassar dois salários-mínimos, Cláudia não faz jus ao salário-família.

Comentários:

O benefício não é condicionado à renda familiar, e sim ao salário do segurado, portanto faz jus ao benefício.

Gabarito: Errado

584. Julia trabalha desde 2023 como professora em uma escola particular. Em outubro de 2024, sofreu um acidente de carro que a deixou incapacitada temporariamente para seu trabalho. Nesta situação, se cumprida a carência de 12 contribuições, Julia terá direito à aposentadoria por incapacidade permanente.

Comentários:

Primeiramente Julia tem direito ao benefício do auxílio por incapacidade, e não aposentadoria, visto que está temporariamente incapacitada para o trabalho. Outro erro na questão é afirmar a necessidade de cumprir a carência. Quando for acidente, não importa a origem, o benefício é concedido independente de carência.

Gabarito: Errado

585. O segurado que recuperar sua capacidade laborativa dentro de cinco anos da data do início da aposentadoria por incapacidade permanente terá cessado de imediato o benefício caso o segurado seja contribuinte individual e possa retornar à atividade.

Comentários:

Neste caso, o benefício cessa em tantos meses quantos forem os anos que recebeu, artigo 47 da Lei 8.213/91.

Gabarito: Errado

586. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

Comentários:

Conforme a Lei 8.213/91:

Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

Gabarito: Certo

587. Para fazerem jus ao benefício de auxílio-acidente, faz-se necessária a comprovação de 10 contribuições pelo segurado.

Comentários:

Para a concessão do benefício não é exigida carência.

Gabarito: Errado

Acerca do Salário de Contribuição e o Financiamento da Seguridade Social, julgue as assertivas:

588. O salário de contribuição do segurado empregado será proporcional aos dias efetivamente trabalhados, mesmo que tal valor seja abaixo do salário mínimo, contando o tempo para fins de concessão do benefício.

Comentários:

O artigo 214, parágrafo 1º, do Decreto 3.048/99, determina a proporcionalidade no pagamento, conforme dias trabalhados, porém não será contado para fins de concessão de benefício valores recolhidos abaixo do mínimo, conforme previsto no Decreto 3.048/99:

Art. 19-E. A partir de 13 de novembro de 2019, para fins de aquisição e manutenção da qualidade de segurado, de carência, de tempo de contribuição e de cálculo do salário de benefício exigidos para o reconhecimento do direito aos benefícios do RGPS e para fins de contagem recíproca, somente serão consideradas as competências cujo salário de contribuição seja igual ou superior ao limite mínimo mensal do salário de contribuição. (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

§ 1º Para fins do disposto no **caput**, ao segurado que, no somatório de remunerações auferidas no período de um mês, receber remuneração inferior ao limite mínimo mensal do salário de contribuição será assegurado: (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

I - complementar a contribuição das competências, de forma a alcançar o limite mínimo do salário de contribuição exigido; (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

II - utilizar o excedente do salário de contribuição superior ao limite mínimo de uma competência para completar o salário de contribuição de outra competência até atingir o limite mínimo; ou (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

III - agrupar os salários de contribuição inferiores ao limite mínimo de diferentes competências para aproveitamento em uma ou mais competências até que estas atinjam o limite mínimo. (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

Gabarito: Errado

589. Integram o salário de contribuição do empregado as férias indenizadas e o respectivo adicional previsto na Constituição Federal, as gorjetas e as diárias não excedentes a 50% da remuneração mensal do empregado.

Comentários:

Não integram o salário de contribuição diárias e as férias indenizadas e o respectivo adicional.

Gabarito: Errado

590. Jonas foi demitido sem justa causa em 20 de fevereiro de 2024. Nesta situação, a indenização por despedida sem justa causa do empregado nos contratos por prazo determinado, conforme estabelecido na Consolidação das Leis do Trabalho.

Comentários:

Estão expressamente excluídos pelo artigo 214 do Decreto 3.048/99.

Gabarito: Certo

591. Para motivar seus empregados, Etamilindo decide implementar participação de lucros na empresa. Nesta situação, não incidirá contribuição caso pague conforme a lei.

Comentários:

Parcela expressa não integrante do salário de contribuição, artigo 214, Decreto 3.048/99.

Gabarito: Certo

592. O décimo terceiro salário (gratificação natalina) integra o salário de contribuição, inclusive para o cálculo de benefício, na forma estabelecida em lei.

Comentários:

O 13º salário é base para o salário de contribuição, mas não para o salário de benefício. Famoso: paga, mas não leva.

Gabarito: Errado

593. Como não pode exercer atividade de comércio, o segurado especial da Previdência Social não é obrigado a recolher nenhuma contribuição sobre a receita da venda de artigos de artesanato elaborados com matéria-prima produzida pelo respectivo grupo familiar.

Comentários:

O segurado especial deverá contribuir, na forma do artigo 25 da Lei 8.212/91. Este contribui de forma diferente dos demais segurados, sobre a comercialização da produção rural.

Art. 64. A aposentadoria especial, uma vez cumprido o período de carência exigido, será devida ao segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual, este último somente quando cooperado filiado a cooperativa de trabalho ou de produção, que comprove o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, durante, no mínimo, quinze, vinte ou vinte e cinco anos, e que cumprir os seguintes requisitos: (Redação dada pelo Decreto nº 10.410, de 2020).

I - cinquenta e cinco anos de idade, quando se tratar de atividade especial de quinze anos de contribuição; (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

II - cinquenta e oito anos de idade, quando se tratar de atividade especial de vinte anos de contribuição; ou (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

III - sessenta anos de idade, quando se tratar de atividade especial de vinte e cinco anos de contribuição. (Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

Gabarito: Errado

Acerca do Benefício de Prestação Continuada da Previdência Social e as disposições da LOAS, julgue:

594. Marcelo é deficiente físico e mental, necessitando de cuidados constantes de sua mãe, Lúcia. Em face da deficiência do filho, Lúcia deixou de trabalhar, e eles vivem hoje com a renda do pai de Marcelo, que ganha em média mil reais mensais, e não possui emprego fixo. Nesta situação, Marcelo tem direito a benefício de prestação continuada da assistência social no valor de um salário mínimo.

Comentários:

Marcelo enquadra-se nos requisitos do artigo 20 da LOAS, inclusive no que tange à renda familiar (Art. 20, § 3º, *Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo.*)

Gabarito: Certo

595. Francisca, viúva, tem 74 anos, não tem nenhum familiar que possa ajudá-la financeiramente e não dispõe de renda para prover suas necessidades. Neste caso, ela terá direito a benefício assistencial mesmo que não tenha contribuído para a seguridade social.

Comentários:

Conforme artigo 203 da Constituição Federal, o idoso acima de 65 anos que não tenha meios de prover a própria manutenção nem de tê-las provida por sua família, fará jus ao benefício de prestação continuada da Assistência Social. Confira o artigo da CF:

art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Gabarito: Certo

596. Os valores recebidos a título de auxílio financeiro temporário ou de indenização por danos sofridos em decorrência de rompimento e colapso de barragens, bem como os rendimentos decorrentes de estágio supervisionado e de aprendizagem, não serão computados para fins de cálculo da renda familiar per capita.

Comentários:

Literalidade do parágrafo 9º do art. 20 da LOAS.

Gabarito: Certo

597. David nasceu na Inglaterra e atualmente está residindo no Brasil, mas não adquiriu nacionalidade brasileira. Nesta situação hipotética, ele não fará jus ao benefício de prestação continuada da assistência social, mesmo que tenha preenchido os demais requisitos, pois não tem nacionalidade brasileira.

Comentários:

Os estrangeiros também farão jus ao BPC da assistência social, caso preencham os requisitos. Conforme o entendimento do STF no Recurso Extraordinário (RE) 587970. Vejamos:

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a condição de estrangeiro residente no Brasil não impede o recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) às pessoas com deficiência e aos idosos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou ter o sustento provido por sua família, desde que atendidos os requisitos necessários para a concessão. Em julgamento concluído nesta quinta-feira (20), o Plenário negou provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 587970, no qual o INSS questionava decisão da Primeira Turma Recursal do Juizado Especial Federal da 3ª Região que o condenou a conceder a uma italiana residente no Brasil há 57 anos o benefício assistencial de um salário-mínimo, previsto no artigo 203, inciso V, da Constituição Federal.

O recurso extraordinário tem repercussão geral reconhecida, o que significa que o entendimento firmado hoje pelo STF deve ser aplicado pelas demais instâncias do Poder Judiciário a processos semelhantes. A tese de repercussão geral aprovada é a seguinte: “Os estrangeiros residentes no país são beneficiários da assistência social prevista no artigo 203, inciso V, da Constituição Federal, uma vez atendidos os requisitos constitucionais e legais”.

Gabarito: Errado

598. O centro de referência de assistência social (CRAS) é uma unidade de base municipal e é destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

Comentários:

Conforme prevê a Lei 8742/93:

Art. 6º-C. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social de que trata o art. 3º desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 1º O Cras é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

Gabarito: Certo

Julgue as assertivas sobre Seguro Defeso:

599. Holanda era casada com Raimundo, o qual trabalhava como pescador artesanal em Maceió e o auxiliava nas atividades do dia a dia. Ocorre que, no dia 31 de março de 2023, enquanto pescava, veio uma onda muito forte e Raimundo acabou morrendo afogado. Alguns dias antes de sua morte, ele tinha requerido benefício do seguro-desemprego do pescador artesanal e em abril receberia a primeira parcela. Nessa situação hipotética, Holanda fará jus ao benefício do seguro defeso, que era devido a seu esposo, até o término do período.

Comentários:

O seguro defeso é benefício pessoal e intransferível, conforme inciso art. 1º, parágrafo 7º, da Lei 10.779/2003.

Gabarito: Errado

600. No dia 06 de julho de 2022, Sérgio, pescador artesanal, segurado especial do regime geral, requereu o benefício do seguro-desemprego, pois faltavam 30 dias para iniciar o período de defeso na região em que trabalha. Nessa situação hipotética, o benefício será devido desde a data do requerimento, pelo prazo que durar o defeso.

Comentários:

O início do benefício coincide com o início do período de defeso, e não com a data do requerimento, como afirma a questão. Portanto, se o defeso iniciar no dia 6 de agosto, o benefício será devido a partir desta data.

Gabarito: Errado

O que você achou deste e-book?

Sua opinião é muito importante para nós! Conte-nos como foi sua experiência de estudo com este e-book.

<https://forms.gle/2wX6PbeYVn6t2qnH8>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>



Estratégia

Concursos

